



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
EM EDUCAÇÃO - PPGED



ANTÔNIO DOMINGOS MOREIRA

**A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS DE PAU BRANCO – APAB NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA – BA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2019

ANTÔNIO DOMINGOS MOREIRA

**A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS DE PAU BRANCO - APAB NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Arlete Ramos dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2019

M836e

Moreira, Antônio Domingos.

A educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB no município de Riacho de Santana - Ba. / Antônio Domingos Moreira, 2019.

185f.

Orientador (a): Dr^a. Arlete Ramos dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referências. 146 – 161.

1. Práticas educativas – Educação não formal. 2. Associativismo – Desenvolvimento local. 3. Sujeitos emancipados. I. Santos, Arlete Ramos dos. II. Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGED. III.T.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa que se conclui na minha vida. Todo esse tempo de mestrado me permitiu momentos que me fizessem refletir acerca das conquistas, decepções, medos e incertezas diante daquilo que parece tão gigante. Contudo, aprendi a dar maior valor às minhas conquistas quando estas se consagram em meio ao cansaço, desânimo, encantos e também desencantos.

Diante desse cenário capitalista e de luta me deparei com situações que exigiam de mim a determinação, confiança, fé, paciência e sabedoria que me conduziram ao caminho da vitória e me fez vencedor. As lágrimas me mostraram que quando tudo parece perdido, existe um tempo determinado para todos os propósitos debaixo do céu, e que Deus tem o controle de tudo; a ansiedade me fez ver que sozinho não consigo grandes feitos; o cansaço me fez entender que sou humano, e assim sendo, tenho limitações, dificuldades, dúvidas, receios, dores, sonhos e também alegrias.

Não foi fácil estar aqui e concluir essa etapa; confesso que senti, muitas vezes, minhas forças se esvaírem... viajar 320 quilômetros quase todas as semanas e ainda trabalhar no Colégio Estadual Sinésio Costa – CESC, no qual tive todo apoio da direção e funcionários para cursar o mestrado, foi muito atribulado; por vezes, só me restavam as madrugadas submersas aos livros, computador, reflexões/ideias e o desejo contínuo de alcançar o que me propus a fazer e vencer nesse universo do estudo e do conhecimento inacabados.

Diante desse mundo acadêmico, só me resta atribuir honra e agradecimentos a DEUS por me abençoar sempre com sabedoria, por se fazer presente em minha vida e por tornar tudo possível.

Assim agradeço de coração aos meus pais, José Antônio Moreira e Valdice Oliva Domingos por estar sempre dispostos a me ajudar quando eu mais precisei.

À Professora Orientadora, Dr.^a Arlete Ramos dos Santos, pela paciência e orientações, por me ouvir, acompanhar minhas produções e pela dedicação no processo de construção dessa Dissertação. Foi com Dr.^a Arlete Ramos, que tive o meu primeiro contato com o método Materialismo Histórico Dialético, e pude compreender acerca das categorias, lutas, contradições e a consciência para a concretização de educação transformadora e emancipatória, além de me descortinar o horizonte e me fazer encantar pelo mundo de intelectuais como Marx e Mészáros.

À todos os meus irmãos por torcerem pela minha caminhada.

À todos os familiares de um modo geral, amigos e colegas que direta ou indiretamente me apoiaram, incentivaram e oraram por mim e minha família.

Aos colegas pelos momentos vividos no percurso das aulas de mestrado.

Ao meu amigo e Prof. Dr. Adejanildo Pereira, pelas grandes contribuições na pesquisa.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC, pelas contribuições nas discussões, produções e publicações.

À Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, e todos os seus associados pelos dados disponibilizados para a concretização desta pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos!

“Um dos meus sonhos ao escrever estas cartas pedagógicas – se não os tivesse não haveria por que escrevê-las – é desafiar-nos, pais e mães, professoras e professores, operários, estudantes, a refletir sobre o papel que temos e a responsabilidade de assumi-lo bem, na construção e no aperfeiçoamento da democracia entre nós. Não de uma democracia que aprofunda as desigualdades, puramente convencional, que fortifica o poder dos poderosos, que assiste de braços cruzados à aviltção e ao destrato dos humildes e que acalenta a impunidade. Não de uma democracia cujo sonho de Estado, dito liberal, é o Estado que maximiza a liberdade dos fortes para acumular capital em face da pobreza e às vezes da miséria das maiorias, mas de uma democracia de que o Estado, recusando posições licenciosas ou autoritárias e respeitando realmente a liberdade dos cidadãos, não abdica de seu papel regulador das relações sociais. Intervém, portanto, democraticamente, enquanto responsável pelo desenvolvimento da solidariedade social.”

(Paulo Freire, 2000, p.23)

Dedico este trabalho aos meus pais, **José Antônio** e **Valdice Oliva**, meus irmãos, amigos e familiares em geral que me apoiaram e incentivaram para que pudesse concretizar esse sonho.

RESUMO

Este trabalho intitulado *A Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB no Município de Riacho de Santana – BA* é resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Linha 1 – Políticas Públicas e Gestão da Educação - que teve como objetivo geral Investigar se as práticas da educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB no município de Riacho de Santana/Ba, têm fortalecido a emancipação ou a alienação dos sujeitos do campo no espaço pesquisado”. Como objetivos específicos, ela se dispõe à: 1) Analisar as principais práticas educativas não formais dos Associados dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, no município de Riacho de Santana – Ba; 2) Observar como estão organizadas as relações de trabalho na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco; 3) Identificar as práticas coletivas e formativas da Associação pesquisada, e se estas contribuem para a emancipação ou alienação; e 4) Verificar as vivências/experiências desses sujeitos no associativismo. As informações coletadas ao longo da pesquisa, somadas às contribuições das leituras, desenharam os caminhos e trouxeram os resultados para a conclusão da presente dissertação. O método que subsidiou a pesquisa foi o materialismo histórico-dialético com o uso das categorias da totalidade, contradição, mediação e práxis, tomando o fenômeno na sua relação entre o universal-particular-singular. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, questionários e análise documental. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram quatro famílias que são associadas na APAB, direção, duas representantes da sociedade cívica e um elaborador de projetos na APAB. A trajetória deste trabalho se materializou na análise sobre: associativismo local, Políticas Públicas, economia solidária, agroecologia, educação do campo, produção sustentável, dentre outros. Considerando a educação como um direito e, percebendo que ela se faz em diferentes lugares das mais variadas formas, à medida que as transformações na sociedade foram se acentuando, intensificou-se e expandiu-se, também, a necessidade de reconhecer que o ato de educar está para além do espaço escolar e atribuído nos espaços não formais e informais. Os resultados evidenciaram que os sujeitos daquele espaço pesquisado estão em constantes avanços no aspecto que conduz para a emancipação humana, social, política e financeira. Nesse sentido, as ações desenvolvidas nos espaços da APAB podem levar à emancipação humana, pois os mesmos estão se preparando para atuar coletivamente, resistir e romper com a lógica do capital a partir da autogestão e a coletividade. Conclui-se que o conceito marxiano de emancipação está diretamente relacionado ao processo de uma efetiva liberdade onde as lutas de classe, a superação da propriedade privada dos meios de produção não mais existiriam. Emancipar-se não se trata somente de autonomia política, mas, sobretudo voltar-se à natureza humana, eliminando toda e qualquer forma de dominação econômica, política e cultural. A pesquisa demonstrou a existência de reflexão sobre a intencionalidade política do ato de educar, e as potencialidades que as práticas educativas podem ter para a transformação social dos sujeitos para a construção de uma educação libertária.

Palavras-Chave: Associativismo; Educação não Formal; Práticas Educativas; Sujeitos Emancipados.

ABSTRACT

This work entitled Non-formal Education at the Association of Small Rural Producers of Pau Branco - APAB in the Municipality of Riacho de Santana - BA is the result of research carried out in the academic Master's in Education at the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Line 1 - Public Policies and Education Management - which aimed to investigate whether non-formal education practices in the Association of Small Rural Producers of Pau Branco - APAB in the municipality of Riacho de Santana - Ba, have strengthened the emancipation or alienation of the subjects of field in the researched space. As specific objectives, it is prepared to: 1) To analyze the main non-formal educational practices of the Associates of Small Rural Producers of Pau Branco, in the municipality of Riacho de Santana - Ba; 2) To observe how work relations are organized in the Association of Small Rural Producers of Pau Branco; 3) To identify the collective and training practices of the researched Association, and whether they contribute to emancipation or alienation; and 4) To verify the experiences of these subjects in associativism. The information collected during the research, added to the contributions of the readings, designed the paths and brought the results to the conclusion of this dissertation. The method that supported the research was historical-dialectical materialism with the use of the categories of totality, contradiction, mediation and praxis, taking the phenomenon in its relationship between the universal-particular-singular. Data collection instruments, questionnaires and document analysis were used. The subjects who participated in the research were four families that are members of APAB, management, two representatives of civil society and a project developer at APAB. The trajectory of this work was materialized in the analysis of local associations, Public Policies, solidary economy, agroecology, rural education, sustainable production, among others. Considering education as a right and, realizing that it takes place in different places in the most varied ways, as the transformations in society have been accentuated, the need to recognize that the act of educating is beyond the school space and assigned in non-formal and informal spaces. The results showed that the subjects of that researched space are in constant progress in the aspect that leads to human, social, political and financial emancipation. In this sense, the actions developed in the APAB spaces can lead to human emancipation, as they are preparing to act collectively, resist and break with the logic of capital based on self-management and collectivity. It is concluded that the Marxian concept of emancipation is directly related to the process of an effective freedom where class struggles, the overcoming of private property of the means of production would no longer exist. Emancipation is not just about political autonomy, but, above all, turning to human nature, eliminating any and all forms of economic, political and cultural domination. The research demonstrated the existence of reflection on the political intentionality of the act of educating, and the potential that educational practices can have for the social transformation of the subjects for the construction of a libertarian education.

Key words: Associativism; Non-formal education; Educational Practices; Emancipated Subjects.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPERS	Associação Beneficente Promocional Agrícola de Riacho de Santana
AECOFABA	Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia
APAB	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CDT	Conselho de Desenvolvimento Territorial
CEB	Câmara de Educação Básica
CECAE	Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar
CESC	Colégio Estadual Sinésio Costa
CF	Constituição Federal
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CMAS/RS	Conselho Municipal de Assistência Social de Riacho de Santana
CMDS/RS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana
CNE	Conselho Nacional de Educação
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EFA	Escola de Família Agrícola
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GECAF	Grupo Espírita Caminho da Felicidade
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MHD	Materialismo Histórico Dialético
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RENIVA	Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária
SAF	Secretaria de Assuntos Federativos
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição do Terceiro Setor	53
Quadro 2- Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA	63
Quadro 3 - Diretrizes instituídas pelo PNAE para a alimentação escolar	67
Quadro 4 - Análise para comparação do associativismo e cooperativismo	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações básicas sobre a Associação de Pau Branco	106
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Riacho de Santana/BA.....	26
Figura 2 - A educação no espaços: formal, não formal e informal	45
Figura 3 - Evolução dos recursos disponibilizados pelo PRONAF (Bilhões)	62
Figura 4 - Distribuição dos recursos do PAA por região em 2014	64
Figura 5 - Imagens da sede da Associação dos Pequenos Rurais de Pau Branco/ no município de Riacho de Santana/BA.....	105
Figura 6 - Ata de fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB	136

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO I	20
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
1.1 Compreendendo o percurso metodológico	20
1.1.1 Algumas considerações sobre o método Materialismo Histórico Dialético	21
1.1.2 Procedimento metodológico.....	23
1.1.3 Contextos de realização da pesquisa.	24
1.1.4 Sujeitos da pesquisa	27
1.1.5 A análise documental	28
1.1.6 Tratamento e análise das informações	30
1.1.7 Conceituando o Objeto de Estudo na percepção de Marx	34
CAPITULO II	38
2 EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL	38
2.1 Tipos de educação.....	38
CAPITULO III	48
3 A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	48
3.1 Associativismo e o Terceiro Setor no Brasil	52
3.1.1 Políticas Públicas na Agricultura Familiar e no Associativismo	57
3.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)	62
3.1.3 O programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	65
3.1.3.1 Objetivos e Diretrizes do PNAE:.....	66
3.1.4 Associativismo para Emancipação ou Alienação?.....	68
CAPÍTULO IV	76
4 CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO DO ASSOCIATIVISMO ...	76
4.1 O Campesinato Brasileiro e suas Organizações em Associações	82
4.1.1 Agricultura Familiar e Associativismo	87
4.1.2 Agroecologia e economia solidária para o desenvolvimento.....	93

4.1.3	Associativismo e agroecologia no contexto da educação do campo.....	97
CAPÍTULO V		104
5 TRATAMENTO E ANÁLISES DOS DADOS.....		104
5.1	Dados quantitativos dos sujeitos da APAB	105
5.1.1	Análise dos dados a partir dos questionários de perguntas abertas obtidos por meio de representantes da sociedade civil.....	107
5.1.2	Análises dos dados a partir do questionários de perguntas abertas respondidos pelos associados da APAB.....	118
5.1.3	Elaborador de Projetos	118
5.1.4	Questionário respondido pelas famílias e a direção da APAB.....	124
5.1.5	Análise documental da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB.....	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS		143
7 REFERÊNCIAS		147
APÊNDICES		163
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE		163
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AS DUAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.....		165
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM ELABORADOR DE PROJETOS		168
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SÓCIOS PROJETISTAS.....		170
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO A DIREÇÃO.....		173
ANEXOS		176
ANEXO A - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE PAU BRANCO - APAB.....		176

APRESENTAÇÃO

O presente estudo se insere na linha de pesquisa *Política Pública Educacional* no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, cujo foco de interesse foi investigar e analisar a *Educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, no município de Riacho de Santana/Ba.* Nessa análise foram feitos diversos estudos para compreender se os sujeitos pertencentes à referida Associação possuem conhecimentos condizentes para a sua emancipação ou para sua alienação.

O interesse pela temática em questão, ocorreu quando comecei a desenvolver os projetos de Educação Ambiental e Agroecologia como professor do Colégio Estadual Sinésio Costa - CESC, no município de Riacho de Santana. No ano de 2015, dei início ao projeto de *Horta e Pomar Agroecológico: complexo temático para práticas educativas transversais no campo da Educação Ambiental no CESC*, e esse estudo fez parte da proposta de intervenção do curso de especialização em Inovação Social, com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, que cursei junto ao Instituto Federal - IF Baiano, *campus* de Bom Jesus da Lapa, durante os anos de 2015 à 2017.

Nesse sentido, busquei nessa pesquisa, dar continuidade aos estudos com uma proposta baseada dentro da perspectiva da Educação do Campo e dos movimentos sociais para que houvesse uma melhor compreensão do saber do campo e reforçar a necessidade de compreender o lugar que faz parte da minha história e de minha família. Nessa primazia, faz-se necessário estudar como se evidencia a educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco (APAB), no município de Riacho de Santana e compreender se os sujeitos que vivem naquele espaço realizam as atividades agrícolas de forma agroecológica e sustentável. A perspectiva é entender a agroecologia como uma nova matriz produtiva para o campo, e que também resgata relações sociais vinculadas à cultura camponesa e ao saber popular, além de confrontar com o modelo hegemônico hoje encontrado no campo, que é o agronegócio.

Para o alcance exitoso dessa pesquisa, estabelecemos os seguintes passos: compreender a educação não formal na referida associação, conhecer as Políticas Públicas inseridas no campo, analisar as produções agroecológicas e sustentáveis na APAB, identificar como a economia solidária é importante para a cultura do desenvolvimento local, observar as relações

coletivas/sociais e como procede a forma de trabalho na perspectiva de emancipação ou alienação. Para tanto, as leituras serão baseadas em autores marxistas que poderão subsidiar na busca por essas respostas e também nos auxiliar a compreender o método Materialismo Histórico Dialético – MHD, para que possa entender as condições materiais e às relações sociais conflituosas a partir da forma que os homens se organizam, criam leis e costumes, estabelecendo relações em torno da noção de trabalho. Marx (1986) concebeu, segundo a abordagem da vida social, que os homens têm como base de suas relações o modo como produzem seus meios de existência.

Nessa linha de pensamento de Marx, podemos salientar a sua importante contribuição no mundo teórico: a perspectiva materialista da história. No materialismo histórico, as respostas para os fenômenos sociais estão inseridas nos meios materiais dos sujeitos. Isso quer dizer que diferentes situações materiais moldam diferentes sujeitos, o que, em uma sociedade capitalista, traduz-se em situação econômica. Essa diferença seria, para Marx, vetor de conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes. Marx, como se sabe, dedicou todo o seu esforço intelectual na tentativa de mostrar o capitalismo por dentro, apontando as suas contradições, seus sustentáculos, sua origem e desenvolvimento, bem como as suas consequências para o ser humano que trabalha.

Ainda hoje, em todo o planeta, milhões de trabalhadores são submetidos a salários baixos, insuficientes quando quer ter uma vida digna junto com sua família. Para Gramsci (1981), do mesmo modo que o trabalho é princípio educativo o movimento social popular é educador como formador da classe e identidade de classe. Nesse sentido, a educação coletiva tem, assim, um caráter de classe, e é isso que a distingue da educação moderna. A crítica à educação reduzida à escola não significa negar a instituição escolar ou deixar de reconhecer o direito das classes populares à educação, quando esta é universal. A educação como direito universal é um direito da pessoa com melhor formação educacional com maiores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, de se desenvolver profissionalmente e mudar sua qualidade de vida e as condições culturais e materiais de sua comunidade.

No entanto, foram investigadas também as formas de convivência e as práticas que mais predominaram dentro da perspectiva da educação popular que buscam e se auto constituem como

sujeitos populares “capazes de serem os construtores da sua própria história de libertação” como atribui Paludo (2001, p. 99).

A nossa pesquisa apresentou como objetivo geral: investigar se as principais práticas da educação Não Formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB no município de Riacho de Santana/Ba, têm fortalecido a emancipação ou a alienação dos sujeitos do campo no espaço pesquisado. Como objetivos específicos, ela se dispõe a: 1) Analisar as principais práticas educativas não formais dos Associados dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, no município de Riacho de Santana – Ba; 2) Observar como estão organizadas as relações de trabalho na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco; 3) Identificar as práticas formativas da Associação pesquisada, e se estas contribuem para a emancipação ou alienação; e 4) Verificar as vivências/experiências desses sujeitos no associativismo.

As informações coletadas ao longo da pesquisa, somadas às contribuições das leituras, desenharam os caminhos e trouxeram importantes resultados para a conclusão dessa investigação. O método que subsidiou a pesquisa foi o materialismo histórico-dialético com o uso das categorias da totalidade, contradição, mediação e práxis, tomando o fenômeno na sua relação entre o universal-particular-singular.

O trabalho está distribuído em cinco capítulos. O capítulo I, tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos para a coleta e análise das informações. Para isso, fez-se necessário dialogar com o método do Materialismo Histórico Dialético com base nas categorias de totalidade, práxis, contradição e mediação, tendo como maior expoente Marx. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, cujos instrumentos para a análise das informações foram revisão bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e questionários.

No capítulo II, tem como base essencial a discussão que leva em conta as características e as definições de cada conceito educacional. Nesse viés, permeiou-se pela educação formal, não formal e informal para compreender a utilização desses espaços no processo ensino e aprendizagem. Portanto, estes conceitos nos fizeram entender que a educação não se limita apenas a escola, existem muitas outras formas educativas que auxiliam no processo formativo de diferentes grupos sociais, como: instituições, entidades sem fins lucrativos, as associações filantrópicas, entre outras.

O capítulo III, salienta a importância de um associativismo que possa vislumbrar interesses comuns e capazes de promover o desenvolvimento local através da identificação das práticas coletivas nesses espaços e compreender como se procede essa educação dos sujeitos que inserem nesses lugares. Nessa lógica de discussão, para entender o associativismo que vem se perpetuando ao longo dos tempos, é necessário também compreender todo o processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção da igualdade do desenvolvimento local.

No capítulo IV, são apresentados algumas reflexões sobre o campesinato e o agronegócio no contexto do associativismo e o entendimento de como esses estão organizados dentro da sociedade civil. Ambos os conceitos – sociedade civil e associativismo - têm sido utilizados em diversas áreas das ciências humanas, sendo inequivocamente vinculados à questão da participação.

No capítulo V, é apresentada a análise dos dados levantados e as informações que possibilitaram a pesquisa, onde se buscou as respostas para os questionamentos levantados, tendo por base o método Materialismo Histórico Dialético e para a análise das informações os seguintes instrumentos: análise documental, e questionários e observações no campo da pesquisa.

CAPÍTULO I

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo faz-se necessário para que sejam evidenciados os caminhos que direcionaram a pesquisa, compreendendo que a metodologia é o percurso percorrido para se chegar aos resultados esperados, neste caso específico sobre a temática “Educação Não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, no município de Riacho de Santana – Ba”. A intenção é analisar como se dar essa educação não formal nos espaços da Associação em que se pesquisa, no intuito de observar se as práticas educativas são emancipatórias ou alienadoras.

Quanto aos percursos metodológicos, foram adotados nesta pesquisa, as análises com base no Materialismo Histórico Dialético, observando que Marx chama atenção para a distinção entre o método de investigação e o método de exposição, explicando que:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori. (MARX, 1988, p. 26).

Para entender com mais profundidade o Materialismo Histórico Dialético, seguindo esse método, cujas categorias se constituem a partir da matéria, da consciência e da prática social, sendo que esta última é determinante em nossa pesquisa, pois os sujeitos, em sua grande maioria, são militantes políticos do movimento social que se constitui dentro do associativismo. Nessa perspectiva, acredita-se que percorrer estes caminhos facilitará a compreensão da realidade onde acontecem os fatos que construíram este estudo.

1.1 Compreendendo o percurso metodológico

O Materialismo Histórico Dialético busca conhecer as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. Com base nessa questão marxiana, Kosik (1997, p. 17) afirma que “[o] marxismo é o esforço para ler, por trás da pseudoimediatez do mundo econômico reificando as relações

inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra”, ou seja, esse entendimento vai além do fenômeno, constituindo o que vem a ser a coisa em si que difere do fenômeno e desponta de forma intermediária a ele.

A pesquisa se fundamentou na abordagem metodológica qualitativa/quantitativa e teve como objetivos, a princípio, a aquisição de dados e, a posteriori o seu entendimento, a fim de expandir novos olhares e possíveis descobertas. Segundo Andrade (2003), a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Partindo desse pensamento, é visto que a pesquisa é compreendida como uma maneira de se estudar com mais afinco a questão focada neste trabalho

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. As razões que levam à realização de uma pesquisa científica podem ser agrupadas em razões intelectuais (desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer) e razões práticas (desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz). Para se fazer uma pesquisa científica, não basta o desejo do pesquisador em realizá-la; é fundamental ter o conhecimento do assunto a ser pesquisado, além de recursos humanos, materiais e financeiros.

1.1.1 Algumas considerações sobre o método Materialismo Histórico Dialético

Utilizamos nessa pesquisa como método o Materialismo Histórico dialético, o qual firma-se na realidade concreta estudando os fenômenos da natureza, sociedade e o pensamento, analisando-os e interpretando-os a fim de desvelar a sua essência, ou seja, um de seus princípios fundantes é o desvelamento da realidade, tendo como suporte as mediações e contradições que estão imbuídas nas relações humanas/sociais. Assim, segundo Kosik (2002, p.20- 21), a dialética,

[...] é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade.

Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. [...] A dialética não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência [...] A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente.

Compreender a realidade é o objetivo central do método dialético, desta forma, a reflexão densa, concisa, torna-se prerrogativa indubitável, pois, captar os aspectos da realidade é negar o superficial à luz das contradições e determinações. Coadunando com esta afirmativa, Cheptulin (1982, p. 1) destaca que o "[...] materialismo dialético estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens." Assim, à luz do materialismo histórico dialético, algumas categorias metodológicas serão evidenciadas: práxis, contradição, totalidade e mediação, com vistas a compreender a materialidade das condições laborais e as suas implicações no processo de alienação dos sujeitos.

Cabe salientar que utilizamos as categorias de conteúdo e de forma. Nesse sentido, por mais que muitos autores abordem a análise de conteúdo, inclusive, utilizando conceitos diferenciados e diferentes terminologias para as diversas etapas da técnica, neste ensaio teórico toma-se como base a conceituação de Bardin (2006), bem como as etapas da técnica explicitadas por este autor. Tal opção se deve por ser um dos autores mais conhecidos no Brasil, em pesquisas que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Bardin (2006, p.38) afirma que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Diante do exposto, percebemos que, para Bardin (2006), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. O autor afirma que o método tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.”

Nesse sentido, Cheptulin (1982), diz que as categorias de conteúdo e de forma estão intrinsicamente ligadas ao movimento de apropriação de pensamento do indivíduo posto que conteúdos determinam formas, que por sua vez atribuem mudanças em conteúdos já estruturados no pensamento, assim, gerando nova forma ao conhecimento e um novo pensamento. Cabe destacar ainda, que o autor traz críticas a concepções reducionistas, revela que alguns autores consideram o conteúdo apenas como um conjunto de elementos constituintes de um objeto, outros ainda o analisam como não dialético, o que torna-se incoerente, uma vez que os aspectos estão em movimento e necessitam integralmente um do outro.

1.1.2 Procedimento metodológico

Adotamos como procedimento metodológico o estudo de caso, a fim de identificar se as práticas educativas da educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco - APAB no município de Riacho de Santana/Ba são emancipatórias ou alienadoras. A realização de um estudo de caso não é uma tarefa fácil, exige tempo e dedicação do pesquisador e, frequentemente, “os trabalhos são sujeitos a críticas em função de limitações metodológicas na escolha do(s) caso(s), análise dos dados e geração de conclusões suportadas pelas evidências” (MIGUEL, 2007, p. 217).

Nessa lógica da pesquisa, buscou-se compreender o seguinte:

- Está sendo atribuído um estudo através de observações dos sócios e projetistas da APAB, de modo que permita o seu amplo e detalhado conhecimento sobre a educação não-formal desses sujeitos;
- As pesquisas buscam compreender a relação de determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para estudar aspectos variados dessa educação não formal.
- O Campo da pesquisa, cujo foco é uma comunidade rural que se examina as vivências do sujeito, objetivando estender a descrição de determinada realidade dessas famílias inseridas nesse espaço.

Ciente de que o estudo de caso aprecia três passos básicos e fundamentais em uma pesquisa: a fase exploratória, a coleta de dados e, enfim, a análise dos dados seguida da construção de um relatório, e que esse tripé parte do contexto no qual se realiza a pesquisa, acredita-se que seja a opção mais apropriada para o desenvolvimento exitoso desta atividade de investigação.

O Estudo de Caso, como procedimento de análise, nada mais é do que uma investigação que busca em situações práticas, conclusões sobre singularidades que servem como exemplos para a compreensão mais globalizada de um determinado fenômeno.

Nessa perspectiva, objetivamos investigar que se assume tratar sobre uma situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela. Esse estudo pode ajudar na busca de novas teorias e questões que serviram como base para futuras investigações. Sendo assim, como instrumentos de coleta de dados foram realizadas aplicações de questionários com alguns sócios e direção que faz parte da associação e, também, análise documental, por meio da qual analisou o estatuto da associação que é o documento que a sustenta e tem seu regimento próprio, bem como olhar os registros e arquivos dos associados que informa toda estrutura funcional e organizacional da referida associação.

1.1.3 Contextos de realização da pesquisa.

A pesquisa em destaque foi realizada na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Pau Branco - APAB. A referida associação está situada na zona rural com distância aproximada de 15 quilômetros da sede do município de Riacho de Santana-BA, que fica no Território de Identidade do Velho Chico, há 720 quilômetros de Salvador, capital Baiana (Figura 1). Sua população estimada em 2018 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 43.568 habitantes.

O município de Riacho de Santana onde está sendo realizado a pesquisa, mostra um passado economicamente rico, porém, com uma marcante desigualdade social, típica do período colonial, período no qual havia índios em franco processo de dizimação e escravidão de negros. Porém, estes foram fundamentais para o desenvolvimento das principais atividades econômicas, mediante o árduo trabalho nas minas de salitre exploradas em nosso município. Além disso, os

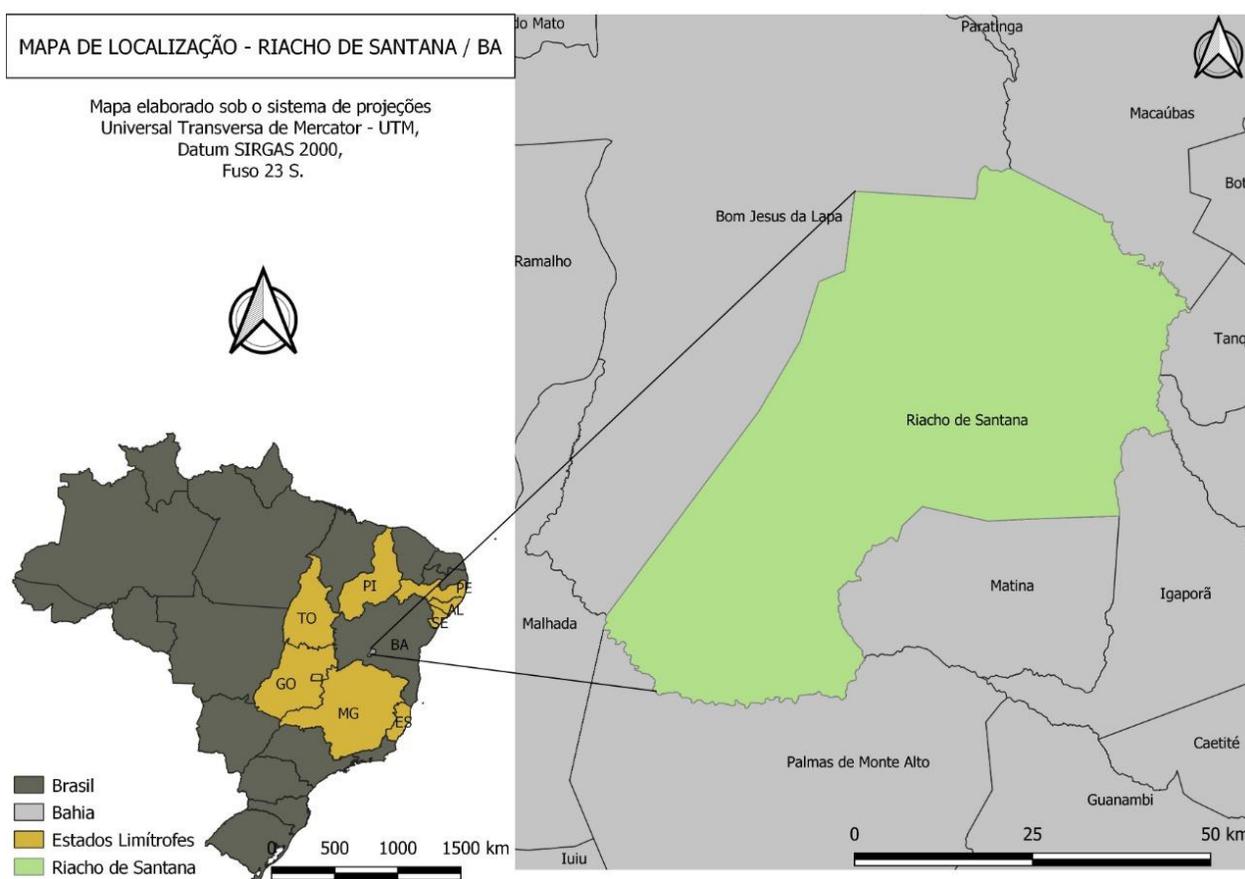
brancos de origem europeia, também contribuíram para a formação da nossa população atual, sendo estes, os grandes proprietários de terras destinadas à criação extensiva do gado.

Nessa vertente, por meio da composição desses três grupos étnicos constituiu-se a base do povo riachense, não fugindo a regra da formação da sociedade brasileira. Os primeiros habitantes foram os índios, os quais habitaram a margem direita do Rio São Francisco, mas que se teve indícios de que estabeleceram-se em diversas partes do município. Os primeiros grupos indígenas a serem conquistados foram os Canindés que se destacam em virtude de alguns conflitos. Fixaram-se nas margens do rio Boqueirão, mais ou menos onde se localiza atualmente o povoado de Botuquara, à 14 km da cidade. Segundo alguns dados, realizados por historiadores riachense, os Canindés se originaram quando os Caaetés se uniram com os Picuris, formando assim um grande exército para se defenderem dos índios inimigos, como os Aimorés.

Com o passar dos anos, os primeiros habitantes do município, caracterizavam-se por praticar a antropofagia, enfeitar-se com colares, penas e pinturas. Eram supersticiosos, apreciavam a música e tinham os seus dialetos próprios. Caçavam e pescavam, além de fabricar utensílios de madeira, cerâmica e pedras. Depois do massacre do Sargento-mor José Velásquez Santiago, em 1695, que, influenciado por seu pai Mariano Velásquez, adentrou no sertão à procura de riquezas minerais, os índios Canindés passaram a praticar o nomadismo, penetrando na caatinga do Oeste baiano. Pouco se sabe sobre a vida do primeiro branco a pisar em solo riachense. De origem portuguesa, Velásquez Santiago, soldado de uma antiga ordem de Lisboa, especialista em soltar granadas, chegou à Bahia em 1675, impulsionado pelas riquezas. Em 1695 organiza seu bando e sai pelo sertão à das lendárias e reais minas. Foi nesse espaço cheio de contradições que surgiu o município de Riacho de Santana, no qual fica o objeto da nossa pesquisa, qual seja: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB, que iniciou suas atividades em 13 de Maio de 1989, (Ata de Fundação, Figura 6), tem como objetivo principal fortalecer a agricultura familiar e melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais da referida comunidade. Com base nos documentos analisados, observamos que esta se fundamentou no desenvolvimento local e responsabilidade social, preservando a cultura das famílias e contribuindo diretamente para a geração de emprego e renda, com respeito aos direitos fundamentais, à vida das crianças dos jovens, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais como sua essência. Nesse intuito, a APAB

visa promover o desenvolvimento das famílias agricultoras da comunidade através do fortalecimento socioeconômico, cultural e político, apoiando os direitos dos seus associados, bem como o de profissionalizar as atividades produtivas e a comercialização dos produtos por meio das feiras livres no município de Riacho de Santana e das vendas institucionais, acessando o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Figura 1 - Localização de Riacho de Santana/BA



Fonte: <https://www.sei.ba.gov.br>

1.1.4 Sujeitos da pesquisa

Este estudo foi realizado por meio de visitas *in loco*, para aplicar os questionários aos sócios da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco - APAB, para saber como acontecem os processos educativos não formais. Compreendemos que questionários: São questões organizadas e entregues ao respondente para que o mesmo responda sem a presença do pesquisador. Segundo Aaker (2001), o questionário é considerado uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Ainda segundo o autor, fatores como bom senso e experiência do pesquisador podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros. No entanto, existe uma sequência de etapas lógicas que o pesquisador deve seguir para desenvolver um questionário: Para este instrumento de coleta de dados devem ser mais utilizadas questões objetivas e poucas questões abertas para facilitar a atividade do respondente.

Diante do que foi exposto, fica evidente que dentro da pesquisa materialista histórica dialética, os aspectos qualitativos e quantitativos se complementam no sentido de compreender o que se discute. Nesse intuito, buscamos as informações para dar enriquecimento da pesquisa e compreensão do objeto de estudo, logo a debatida dicotomia pode então ser transposta dentro desta abordagem.

Para aplicação dos questionários (APÊNDICE B a E), obedecemos como recorte temporal, o período de 2015 a 2019, para analisar as falas dos sujeitos e os grandes avanços que a APAB teve com as Políticas Públicas nesse espaço durante esses cinco anos de projetos e trabalhos executados pelos sócios projetistas. Nas transcrições do material coletado, em alguns momentos houve correções gramaticais e ortográficas para um melhor entendimento dos leitores. Lembrando que alguns sujeitos que responderam o questionário (famílias) não têm domínio do português padrão, assim, mantivemos a transcrição fosse na íntegra, para uma análise interpretativa mais aprofundada dos conteúdos apresentados.

Nessa análise, o questionário foi aplicado com os sujeitos abaixo citados, e adotados os seguintes critérios para obtenção de resultados:

- 02 representantes da sociedade civil do município de Riacho de Santana no ano de 2019;

- 02 presidentes que tiveram na gestão de 2015 a 2019;
- 02 tesoureiros que tiveram na gestão de 2015 a 2019;
- 02 últimos secretários que tiveram na gestão de 2015 a 2019;
- 03 famílias que enquadram no perfil da pesquisa, pois são 02 famílias que ajudaram a fundar a associação e conhece a estrutura, a história e o funcionamento da mesma, e 01 família que tinha, no mínimo, o ensino médio cujos conhecimentos puderam contribuir com as informações necessárias para a produção da pesquisa do período de 2015 a 2019;
- Idealizador (a) dos projetos da referida Associação para compreender as formas de planejamento e execução dos projetos aprovados na APAB nesse percurso de 2015 a 2019.

1.1.5 A análise documental

Pensar a elaboração de uma pesquisa no campo social, consiste que o pesquisador esteja ciente da diversidade de informações existentes. Além disso, é preciso estar ciente da grande diversidade de documentos, onde em especial, as informações são registradas. Neste sentido, foi proposto trazer à luz das abordagens de técnicas de investigação, algumas discussões pautadas em pesquisas bibliográficas e exploratórias que envolvem a análise documental associada à pesquisa social aplicada. Ao optar por analisar os documentos que sustentam a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pau Branco - APAB (Estatuto e Ata - ANEXO A e Figura 5), buscamos observar se na sua essência trata-se de um documento emancipatório ou conservador na perspectiva do trabalho que esses sócios executam dentro desse espaço formativo. Observou-se ainda, se tem alguns dados relevantes que podem enriquecer sobre seu percurso de funcionamento e etapas que fazem o seu desenvolvimento e a parte organizacional em um todo.

Sobre os procedimentos metodológicos, Lakatos (2007) diz que seriam etapas mais concretas de investigação, com a finalidade restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Além dele, Gil (1999), também explica que os procedimentos técnicos a serem utilizados nas pesquisas, proporcionam ao pesquisador os meios adequados para garantir a objetividade e a precisão no estudo de ciências sociais.

Não obstante, é relevante ter claro as maneiras nas quais se utilizarão os documentos, onde de acordo com May (2004, s/p) ocorre com o levantamento de questões teóricas e metodológicas,

através de de informações para o enriquecimento da pesquisa. Nesse sentido, documentos que estão relacionados e dialogam a partir do momento em que o pesquisador vai a campo.

Ainda buscando compreender o espaço social, a forma de convivência em espaços coletivos, é inerente entender que a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos. Conforme lembram Bruyne et al., (1991, p. 16), "na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma". Obviamente isto se faz dentro da especificidade que as ciências sociais representam no campo do conhecimento. Por isso, para falar de Ciências Sociais dentro de sua distinção, serão retomados critérios gerais que a distinguem e que se encontram em autores como Demo (1981) e Minayo (1992), sem, contudo, desvinculá-la dos princípios da cientificidade.

May (2004, s/p.) observa também os tipos das fontes documentais que o pesquisador social tem ao seu dispor (quando permitido o acesso), essas independem do suporte: leis, relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos, registro governamentais, fotografias, iconografias, imagens.

É interessante observar que May (2004, s/p.) diferencia os documentos em suporte diferente do papel (excluindo a fotografia) tratando-os como fontes físicas e exemplifica como todo e qualquer objeto que possa auxiliar ou servir como evidência para uma pesquisa (uma peça de vestuário, uma ferramenta qualquer). Destarte, retomando os questionamentos acerca da análise documental, Richardson et al., (1999, p. 230) consideram algumas semelhanças na metodologia utilizada na análise documental e na análise de conteúdo. Entretanto, percebe também a existência de algumas dessemelhanças, a saber: "a análise documental trabalha sobre documentos. A análise de conteúdo sobre as mensagens; a análise documental é essencialmente temática, sendo essa apenas uma das técnicas da análise de conteúdo."

Uma das primeiras informações a serem consideradas é a existência de registros na própria Associação, sob a forma de documentos. Identificamos de imediato a Ata de fundação da Associação pesquisada, em um segundo momento o Estatuto que sustenta o seu funcionamento. A Ata já traz registros de dia/mês/ano de fundação e quais pessoas fundaram a associação, e por quais motivos a fundaram. O Estatuto é um documento que contém a forma organizacional e as etapas sobre como esta instituição funciona, e quais os direitos e deveres de cada sócio. Fazendo o uso

desses registros e documentos disponíveis, informações importantes a respeito do objeto pesquisado foram obtidas. Deve ser observado que, na maioria das vezes, já existe uma grande quantidade de informação sobre as Associações, porém, estas não têm sido utilizadas para fins de avaliação e nas pesquisas acadêmicas.

1.1.6 Tratamento e análise das informações

Ao conduzir a realização dos questionários (ANEXO B a E), todas as informações produzidas foram organizadas levando-se em consideração, sempre, coleta das informações, o contexto em que estas/estes foram obtidas/obtidos. Posteriormente, as informações, já agrupadas/sistematizadas, foram confrontadas com o referencial teórico, havendo triangulação, no sentido de interpretá-las da maneira mais cabível possível, observando que a interpretação do conhecimento não se restringe à mera descrição factual daquilo que está codificado na lógica da linguagem (TRINDADE; FAZENDA, 2001, p. 219).

Nesse sentido, as categorias utilizadas para esta pesquisa foram: totalidade, práxis, contradição e mediação, tomadas do método dialético a fim de que a realidade seja considerada como totalidade concreta. Para Masson (2012), captar a realidade em sua totalidade não significa, no entanto, a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades. A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. A práxis representa a atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo humano e a si mesmo. A contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica marcados pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro (MASSON, 2012).

As categorias do método do Materialismo Histórico Dialético foram utilizadas durante o desenvolvimento desta pesquisa, pois estamos priorizando a sua aplicação na análise das informações que constituem o quinto capítulo, a fim de desvelar a realidade vivenciada pelos

sujeitos que compõem a comunidade escolar do campo, a implementação e implantação das Políticas Públicas educacionais ofertada a essa população.

Compreender a realidade é o objetivo central do método dialético, desta forma, a reflexão densa, concisa torna-se prerrogativa indubitável, pois, captar os aspectos da realidade é negar o superficial à luz das contradições e determinações. Coadunando com esta afirmativa Cheptulin (1982, p. 1), destaca que o "[...] materialismo dialético estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens." Assim, à luz do materialismo histórico dialético, algumas categorias metodológicas serão evidenciadas: práxis, contradição, totalidade e mediação com vistas em compreender a materialidade das condições laborais e as suas implicações no processo de alienação dos docentes.

De acordo com Marx (1980, p. 16), no Materialismo Histórico Dialético “a investigação tem que apoderar-se da matéria, em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas”. Portanto, esse método analisa as situações complexas, indo além do imediatismo e da aparência, ou seja, do concreto pensado ou abstrato que é estabelecido pelos olhares do pesquisador; na verdade, tem na complexidade o objetivo de desvelar a essência da coisa, com o intuito de compreendê-la para chegar às sínteses das múltiplas determinações, ou melhor, o concreto real que transcende da “coisa em si” que representa o sujeito na sociedade capitalista, à “coisa para si”, como sujeito que compreende na totalidade, agindo de forma autônoma, sem alienação.

Nesse sentido, para compreender os conceitos de alienação e emancipação, Karl Marx propôs a tese de que o homem, no contexto do Capitalismo, se aliena em relação ao fruto de seu trabalho e a sua própria essência e espécie. Marx desenvolveu o conceito de “alienação” em sua obra “Manuscritos Econômico-filosóficos” ou “Manuscritos de Paris” (1844), obra que embora escrita ainda em sua “juventude”, só veio a ser conhecida por um público maior em 1932 nas palavras de Sell (2013, p. 48). Para Marx, “[a] alienação significa que a ‘exteriorização’ e objetivação dos bens sociais que resultam do processo de trabalho tornaram-se autônomos e independentes do homem, apresentando-se como realidades ‘estranhas’ e opostas a ele, como um ser alheio que o domina”.

A classe que produz a riqueza, para Marx, é aquela que pode tomar essa questão nas mãos e, controlando a produção, resolvê-la em sua escala mais profunda através de um processo prático que passa pela desalienação do homem de si próprio através da luta de classes com o programa de emancipação da classe trabalhadora. Desalienar tem o sentido, portanto, também, de recompor a relação dos homens com a natureza.. O trabalho que deveria ser uma ação de realização pessoal, de criação e recriação de si mesmo em relação ao seu produto criado, sob o sistema econômico capitalista, o aliena. “O trabalho inverte o papel e, de meio para realização do indivíduo como ser humano, passa a negar e a impedir o desenvolvimento de sua natureza” (SELL, 2013, p.48). Embora não tivesse sido objeto de discussão em Marx, seguindo sua lógica, podemos afirmar que por esse motivo vemos tantas pessoas escravas do trabalho e doentes por conta dele. Certamente, nunca tivemos tantas pessoas com esgotamento mental, com problemas emocionais e psíquicos como agora.

Marx (1994, p.79) analisa que, “[...] à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”. Na lógica do capital há, para Marx, uma inversão nos sentidos das relações sociais: o homem passa a ser objeto e o objeto a ser sujeito. O que temos, desta forma, é uma mercantilização da vida e das relações sociais, estando o homem dominado pela produção, e isto de tal forma pode ser considerado alienação. O seu contrário, levaria o homem à liberdade e à emancipação.

O trabalho se perpetua na fundamentação do método materialismo histórico dialético, segundo a concepção de Marx e Engels, apresentamos os objetivos principais deste trabalho, sempre atrelando com a sociedade e o ser social; e por seguinte explanamos na seguinte ordem, as teorias analíticas marxistas a serem discutidas: totalidade, práxis, contradição e mediação. É fundamental afirmar que estas categorias são completas e extremamente imbricadas, o fato delas serem apresentadas de forma separadas, dizem somente a respeito de as explicarmos com mais praticidade, pois, no sentido real, elas não são organizadas de forma alguma separadamente.

A categoria mediação é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações

recíprocas que se modificam constantemente. A práxis representa a atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo humano e a si mesmo. Enquanto, que a contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro (ibidem).

Nesse sentido, as análises foram feitas com base nos dados coletados, à luz do referencial teórico utilizado na pesquisa. Van Zanten (2004) aponta cuidados e atitudes que o pesquisador precisa ter quando do tratamento dos dados coletados e o recorte a ser efetuado diante de determinado momento histórico: É importante sermos rigorosos porque nossas provas empíricas não constituem nunca totalmente uma prova, mas permitem, pelo menos, uma transparência na discussão. Se um pesquisador nos mostra o material que dispõe, o que selecionou, o que montou, há um debate possível entre os atores e é possível dizermos que interpretamos diferentemente dele. Isto permite a transparência de um tipo de discussão que me parece essencial.

No tratamento desses dados, de modo geral, buscamos por significados e ligações, pontos comuns e divergentes, observado o objetivo orientador da etapa. Com base nos dados que serão obtidos, serão construídas as análises pertinentes, consoante aos objetivos propostos para esta investigação. No entendimento de Gatti (2007, p. 29),

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza), e de outro ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial não tem significação em si.

Por essa razão, foi observado o aspecto qualitativo como um valor para a interpretação pretendida, buscando os elementos presentes nos questionários e nas análises documentais, pautando-se nos autores que embasam teoricamente a pesquisa. As informações coletadas auxiliaram para a melhor compreensão do fenômeno pesquisado e contribuíram para uma ressignificação da realidade estudada.

1.1.7 Conceituando o Objeto de Estudo na percepção de Marx

Entendendo que essa pesquisa está focada no aspecto da educação não formal, tornou-se necessário esclarecer sobre o pensamento marxista no que diz respeito a educação. Na obra de Marx e Engels não tem nenhum escrito propriamente dito sobre educação e ensino escolar, no entanto, devido a riqueza dos seus escritos e a grandeza da sua obra pode-se abordar assuntos sobre o tema através do materialismo e suas categorias. “Para Marx, a educação é o processo pelo qual os homens tomam consciência de seu ser social e da necessidade de sua superação” (MORAES, 2014, p.90).

Jesus (2014, p.229), aborda que

[...] em textos sobre educação e ensino, de 1868, Marx definiu como educação três aspectos fundamentais: 1) Educação intelectual, 2) Educação corporal, tal como se consegue com exercícios de ginástica e militares, 3) Educação tecnológica que simultaneamente objetivava os processos científicos dos processos de produção e, ao mesmo tempo, iniciava as crianças no manejo das ferramentas, cujo resultado seria elevar a classe operária a uma condição superior à da burguesia e da aristocracia. Engels já afirmava que os operários eram expulsos tanto no plano material, como no moral, psíquico e intelectual pela classe dominante. Dessa forma, a função instrumentalizadora da educação funcionaria no sentido de preparação da classe operária para o embate com os setores dominantes da sociedade.

Durante a fase que Marx ficou na Inglaterra, percebemos a realidade absoluta e a situação caótica em que as indústrias haviam alocado seus operários, experiência que o levou a sustentar seus debates sobre as lutas de classe. Lá ele presenciou as condições insalubres de trabalho das crianças, onde eram arrancadas dos seus leitões imundos e obrigadas a trabalhar, por um salário de pura subsistência (MARX, 2002).

Nesse sentido, foram essas situações que levou Marx a analisar propostas para a educação; que levassem a superação das contradições existentes nas sociedades capitalistas, através da educação; o proletariado adquiria ferramentas para o embate com a classe dominante. No entanto, no contexto da sociedade contemporânea, marcada pela globalização capitalista, onde a educação é transformada em objeto de desejo de muitos, Jesus (2014, p.231), realça que:

No bojo de tais mudanças, a educação transformou-se em objeto de muitos desejos, desde o controle e a privatização de recursos públicos, passando pela prescrição de currículos como forma de construção e sujeição de trabalhadores,

bem como da oportunidade de uma inclusão nos limites de uma cesta básica, até o reforço ao pensamento liberal em que os mais talentosos, estejam onde estiverem, não podem ser aliados do processo. Portanto, a démarche de tal projeto passou a ser a universalização: “ toda criança na escola” é uma palavra de ordem, com muitos significados, é bem verdade.

Essa pesquisa, ao se fundamentar no método do Materialismo Histórico Dialético, se objetivou entender e investigar o estudo que perpassa sobre a educação não formal no associativismo, da particularidade (a educação não formal no associativismo), e a singularidade (como os sócios projetistas se relacionam na associação), possibilitando a percepção proporcionada pelo caráter empírico e o teórico que constituem as vivências e essa educação não formal que acontecem no campo, como determinantes nos contextos históricos, culturais, formativos, e baseado nas relações sociais, visando uma produção altamente agroecológica e sustentável, daqueles sujeitos inseridos naquele local.

Para melhor compreender o método, o atrelamento entre a singularidade, particularidade e universalidade são fundamentais, dissociadas entre si podem provocar uma desvinculação da realidade pesquisada. Nessa linha de pensamento, as categorias da dialética escolhidas para a pesquisa (totalidade, contradição, práxis e mediação), são importantes. Segundo Cheptulin (2004, p. 3),

O estudo das leis e das categorias da dialética tem um papel importante na elevação do nível cultural do homem. E isso porque os resultados do desenvolvimento do conhecimento científico e da prática social concentram-se nas leis e categorias filosóficas. As categorias e leis são graus do desenvolvimento, do conhecimento e da prática sociais, conclusões tiradas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática. Familiariza os homens com as categorias e as leis da dialética, fazê-los assimilar sua essência, nada mais é do que os iniciar na cultura humana e alargar seus horizontes.

O método do Materialismo Histórico Dialético está sendo fundamental para a compreensão do conhecimento, através de reflexão crítica da realidade e da análise dos documentos sobre a associação pesquisada, das transcrições dos questionários que estão sendo essenciais na abstração do conhecimento e das informações sobre a pesquisa, possibilitando a abrangência dialética, reverenciando o particular e o geral que são consignaões do método, tomando como base ainda as categorias para concretização de ilações e conclusões acerca do objeto de pesquisa, ressaltando as categorias do método: conteúdo e forma, que segundo Cheptulin (2004, p.263),

O conteúdo não pode ser o simples conjunto dos elementos ou aspectos que constituem a coisa, ele é um processo no qual todos esses elementos e aspectos encontram-se constantemente em interação, em movimento mudam-se um no outro e manifestam às vezes uma, às vezes outra de suas propriedades.

Já a categoria de forma, para Cheptulin (2004, p. 265), “[...] é a estrutura interna do conteúdo”, ressaltando o específico na categoria de forma o autor expõe que:

O específico para a categoria de “forma” é refletir o laço entre os elementos, os momentos que constituem o conteúdo da estrutura do conteúdo e não da manifestação, não da expressão do interior no exterior. Sendo uma estrutura do conteúdo que inclui tanto os processos internos, como os externos da coisa, do objeto, a forma penetra tanto no domínio interior, como no domínio exterior, tanto na essência, como no fenômeno.

O autor ainda chama a atenção que ambas as categorias são relevantes e que uma está ligada a outra; o todo conexo às suas partes, “[a] forma e o conteúdo estando em correlação orgânica, dependem um do outro, e essa dependência não é equivalente ” (p.266).

Na perspectiva Marxiana, a totalidade que é prescindida como categoria de forma é um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem. Nesse sentido, foi adotada como categoria para analisar as formas educacionais no contexto do associativismo presentes pelo viés do sistema capitalista, observando as consequências e as representações presentes da associação que está sendo pesquisada com a seguinte disposição categórica:

- A práxis, que se caracteriza como uma atividade prática que teoriza a ação – reflexão- ação dos sócios projetistas, direção da associação, na implementação e execução das atividades destinadas a associação e dessa educação no campo;
- As contradições que são manifestadas pelas ações não sucedidas inerentes a singularidade das Políticas Públicas na associação, a composição dos sistema capitalista implantadas no associativismo em delinhamento do individualismo. Essas especificidades das manifestações e das resoluções das contradições na sociedade de forma antagônicas e não-antagônicas.
- A mediação, tomou como embasamento as ações implantadas pela direção na implementação das Políticas Públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de

alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da Educação Básica pública nas execuções pertencentes as atividades na associação. Tendo a mediação como uma necessidade para a descrição da particularidade do objeto, a relação com o aparente, singular ou contingente com o processo mais expressivo que o determina.

As categorias aqui elencadas, possibilitaram uma investigação coerente e abstrata da realidade e muito contribuiu para a análise das informações na essência dos fenômenos estudados. Nos capítulos seguintes serão abordadas as temáticas que dialogam com o método Materialismo Histórico Dialético que permitiu compreender a pesquisa na sua totalidade. Nesse sentido, serão abordados diversas temas que ajudarão a compreender e a responder a questão da pesquisa.

CAPITULO II

2 EDUCAÇÃO FORMAL, EDUCAÇÃO INFORMAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Esse capítulo aborda um viés para entender os diferentes espaços educacionais, levamos em análise a caracterização e a diferenciação de cada especificidade da educação. A utilização desses espaços, no processo ensino e aprendizagem, apresenta a intenção de preparar o sujeito para enfrentar os desafios dos tempos modernos enquanto cumpre seu papel para a prática da cidadania.

Nessa perspectiva, foi necessário entender os diferentes formatos, onde acontece o processo educacional, esta pesquisa tem o propósito básico de discutir e entender alguns conceitos de educação, como o da educação formal, não formal e informal, a fim de esclarecer aos leitores como acontece especificamente a educação não formal na Associação dos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB.

Para compreender melhor a distinção destes conceitos, a discussão perpassa com base nos pressupostos da pesquisadora Maria da Glória Gohn (2000), para quem diz que a educação formal é uma educação institucionalizada, ocorre em espaços sistematizados, suas atividades são assistidas pelo ato pedagógico e preocupa-se com a aquisição e construção do conhecimento que atendam as demandas da contemporaneidade, nas diferentes disciplinas escolares. Já a educação não formal ocorre fora dos espaços escolares, sendo, portanto no próprio local de interação do indivíduo, sofre as mesmas influências do mundo contemporâneo como as outras formas de educação, mas, pouco assistida pelo ato pedagógico, e desenvolve uma ampla variedade de atividades para atender interesses específicos de determinados grupos. A educação informal, por sua vez, é resultado das ações que permeiam a vida do indivíduo. Ocorre nas experiências do dia-a-dia, tem função adaptadora e os conhecimentos adquiridos são passados para as gerações futuras.

2.1 Tipos de educação

Para compreendermos os tipos de educação, é necessário conhecer um pouco do processo histórico sobre a construção destes conceitos no Brasil e como essas se iniciaram. A educação não formal deu início por volta dos anos 1960, quando o país passava por um momento conturbado de

intensos e importantes confrontos entre, de um lado, o Estado e as forças capitalistas e, de outro, as necessidades básicas da população e a participação da sociedade civil nas discussões políticas e da sociedade (FREITAS, 1996). Nessa fase, intensificaram-se os movimentos de base populares urbanos e rurais, as greves, o desemprego e houve um grande aumento do custo de vida para a população em geral. À época, devido a estes confrontos, houve também tentativas de transformações, especialmente, na área educacional, surgindo, então, os projetos que visavam o desenvolvimento de uma consciência crítica na população, a fim de que essa pudesse recuperar seu lugar no processo social do qual fazia parte.

Nessa perspectiva, foi necessário que surgisse no cenário nacional os movimentos de educação popular e de adultos de Paulo Freire, principalmente na região nordeste do país. Esses trabalhos tinham um compromisso político explícito com a libertação dos setores populares e com o resgate do seu papel como agentes sociais e históricos (FREIRE, 1987).

A educação popular fica compreendida, de acordo com Wanderley (1980), como aquela que é produzida por ou para as classes populares dos movimentos sociais, em função de seus interesses; sendo as classes populares entendidas como as parcelas da população exploradas e dominadas pelo sistema capitalista. Na compreensão de Paiva (1986, p.01), nos últimos 25 anos no Brasil, a educação popular sofreu um “estreitamento e uma desmedida ampliação”, e por isso há um crescente interesse por ela e pela compreensão de sua abrangência e amplitude. Para apresentar o conceito de educação não formal é necessário, inicialmente, diferenciar a educação formal da não formal.

Enquanto Swift (1977, p.15) afirma que “a educação é a maneira pela qual o indivíduo adquire muitas de suas capacidades físicas, morais e sociais exigidas pelo grupo, dentro do qual ele nasceu e dentro do qual ele deve exercer sua função”. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, em seu artigo 1º, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Por estas e outras razões, podemos referenciar a educação como conceito amplo, e, assim, não nos restringimos somente àquelas consequências da ação que são intencionais, pois isso,

limitaria o entendimento do processo educacional. Identificando a educação numa ótica ampliada, não nos restringimos aos processos de ensino-aprendizagem no interior das unidades escolares formais. De acordo com Gohn (2000), os processos gerados no cotidiano, no dia-a-dia de homens e mulheres, fazem emergir processos de aprendizagens e novas concepções, na tentativa de dar conta de seus problemas para a sobrevivência diária. A educação tem como princípio básico atender a todas as pessoas indistintamente. Neste sentido, as questões que norteiam a educação, hoje se deparam com um mundo globalizado e com pessoas que ainda se encontram excluídas, impedidas de exercerem seus direitos de cidadão.

Neste cenário, a educação se apresenta em diferentes formatos e características sendo: a educação não formal, informal e formal para a prática educativa. Estes conceitos de ensino são não são substitutivos, mas se complementam nas suas ações de tal forma que o ensino e a aprendizagem perpassem por elas. Assim, os três formatos de educação podem ocorrer em espaços formais e em não formais de educação. Buscará-se no decorrer do capítulo, apresentar algumas definições. No entanto, é importante ressaltar que todas essas acepções não passam de distinções entre os conceitos de “educação” para que não haja confusões ou mal-entendidos, uma vez que se referem a uma parcela do universo da educação.

De acordo com Brandão (1985), o ato de aprender envolve todas as situações do nosso cotidiano. A rapidez com que as informações chegam até nós suscita a sensação de que, se pararmos um pouco, essas informações já estarão ultrapassadas e, por conseguinte, ficaremos desatualizados e fora da realidade,

Compreendendo dentro dessa lógica normativa, a escola se divide em pequenas organizações, baseadas na idade cronológica, onde se formam as classes, envolvem cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas. Tem exigências claras, como competição e aquisição, que fazem parte do dinamismo escolar, tem que provar por meio de exames o que o aluno aprendeu, que, por sua vez, é avaliado por notas ou conceitos, com punições para aqueles que não têm uma boa avaliação.

Dias (2007, p. 4) diz que nesse caso, “a educação formal não é uma opção ou desejo voluntário, o ser em processo de aprendizagem não participa das atividades escolares por

determinação própria ou da família”. Ela é obrigatória por lei, não é somente responsabilidade da família como também da sociedade e do Estado.

A educação formal para, Afonso (1989b, p.78-79), diz que,

Entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas. Tem, portanto uma estrutura, um plano de estudos e papéis definidos para quem ensina e para quem é ensinado. Conduz normalmente a um determinado nível oficializado por um diploma [...].

Na visão do autor, de forma obrigatória a educação formal e os indivíduos têm que seguir os parâmetros institucionais e culturais que se concretizam na imposição de saberes afastados da sua realidade, expectativas e necessidades. Assim, “não tem sido caracterizada pela preocupação com as expectativas mais imediatas dos sujeitos e as respectivas condições de aprendizagem” (AFONSO, 1989, p. 83).

Para Dias (2007), já a educação não formal vem sendo usualmente definida por uma ausência, em comparação ao que há na escola, tendo como único parâmetro a educação formal. Entretanto, Gadotti (2005) propõe uma definição de educação não formal por aquilo que ela é, e não por sua oposição à educação formal. Para o autor, a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática, além de seus programas não precisarem seguir necessariamente um sistema sequencial e hierárquico de progressão, podendo ter duração variável, concedendo ou não certificados de aprendizagem.

Para compreender a diferenciação entre a educação formal e não formal, segundo Gohn (2005), são os múltiplos espaços onde se desenvolvem as atividades da educação não formal, sendo que esses espaços e tempos ganham novos elementos, uma vez que o tempo de aprendizagem não é fixado e são respeitadas as diferenças existentes na absorção e reelaboração dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem. É também de Afonso (1989b, p.79) a definição mais clássica e usualmente aceita de educação não-formal:

[...] embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e de locais, e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Os espaços de interação e coletividade que desenvolvem a educação não formal são múltiplos (igrejas, escolas, Organizações Não Governamentais, associativismo/cooperativismo vivências nos bairros, partidos, etc.), e a “categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo que ocorre o processo da aprendizagem na educação não formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, e de cada uma” (GADOTTI, 2005, p.02).

Gohn (2005) se refere à educação não formal como um modelo educacional que designa um processo que envolve quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência:

- 1º - Conscientização política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos;
- 2º - Capacitação para o trabalho;
- 3º - Educação para civilidade;
- 4º - Aprendizagem de conteúdos da educação formal em formas e espaços diferenciados.

É imprecídível compreender na definição da autora ao nos referirmos à educação não formal. Para a autora, a diferenciação entre educação não formal e educação informal é a intencionalidade na criação ou busca de determinados objetivos e qualidades por parte da educação não formal. Também agrupa os campos da educação não formal em dois grupos. O primeiro, destinado à aprendizagem da escrita e da leitura por procedimentos e métodos não oficiais, mas com a preocupação de se transmitir os mesmos conteúdos da educação formal, ainda que em espaços alternativos e com metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e adaptados à realidade da clientela a ser atendida.

Por volta de 1960, foram períodos importantes e produtivos em termos de proposta e experiência na área da educação não-formal. Entretanto, este período durou pouco, assim como estas iniciativas, devido às pressões e mecanismos de controle repressivos empregados pelo Estado, que objetivaram conter os movimentos populares e impedir o fortalecimento da conscientização da população enquanto agente do processo social e político (GOHN, 2005a).

A instauração do regime militar no país reformou a educação brasileira, procurando adequá-la às exigências do modo de acumulação associado ao capital internacional.

O crescimento desorganizado do setor da educação formal, nos anos 70, sua burocratização e a queda de sua qualidade levaram, nos anos 80, ao ressurgimento

de novas formas de trabalho na área da educação popular e de experiências na área da educação não-formal, geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares (GOHN, 2005a, p.08).

Pode-se afirmar, então, que até 1980, a educação não formal foi um campo de pouca importância no Brasil, não só no que se refere às políticas públicas, mas também para muitos educadores (GOHN, 2005b). Até esta década, era considerada como uma continuação da educação formal, que apenas não era desenvolvida nos espaços escolares. Gohn (2005b, p.91-92) afirma que:

A educação não formal era vista como um conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, Educação Básica, planejamento familiar, etc.

Assim, entende-se que as atividades desenvolvidas nessa área ultrapassavam a aprendizagem da leitura e escrita, e buscavam a participação sociopolítica das camadas populares.

Por volta da década de 1980, o Brasil começou a viver a esperança com a abertura democrática emancipatória, e os trabalhos na educação não formal ganharia mais visibilidade e atenção. Souza, Park & Fernandes (2001) mostram que alguns espaços de educação não formal surgiram neste período, a princípio, para atender a uma população crescente de crianças e adolescentes, cujas mães, por diferentes motivos, saíam para trabalhar. Inicialmente, e infelizmente ainda em muitos lugares, estas práticas educativas não-formais assumem um caráter assistencialista e/ou de complementação escolar, tendo no reforço escolar uma maneira de suprir as dificuldades apresentadas pelas crianças no que se refere ao rendimento escolar.

No final da década de 1980, porém, começaram a surgir algumas experiências questionando esse caráter assistencialista e buscando ampliar essa atuação, calcada agora no universo lúdico da criança, daí a importância que começam a dar aos espaços e momentos para as brincadeiras, às manifestações expressivas das crianças, com forte presença de atividades artísticas (SOUZA; PARK; FERNANDES, 2001, p. 176).

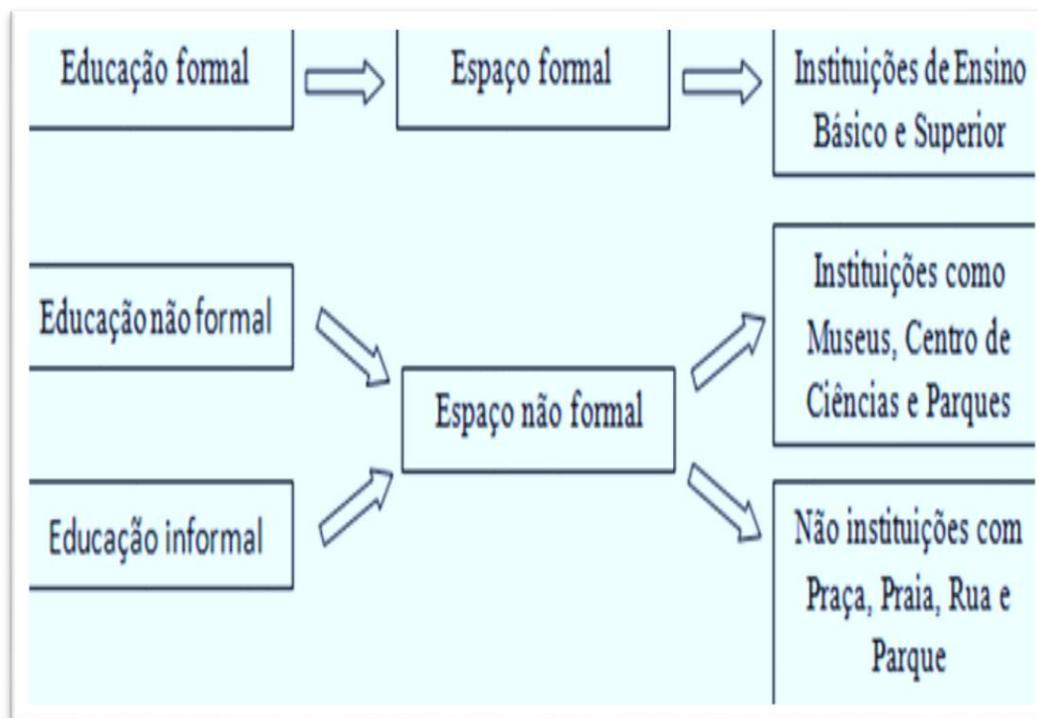
Só foi precisamente nos anos de 1990 que a educação não formal passou a ter grande destaque no cenário nacional, em função das mudanças na economia, na sociedade e no trabalho. Desta forma, os processos de aprendizagem em grupo passam a ser valorizados com mais frequência, os resgates culturais que articulam as ações dos indivíduos; a sociedade passa a se organizar a reivindicar os seus direitos de cidadania; os próprios organismos e agências

internacionais (Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO) contribuíram para configurar este novo campo para a educação não-formal, à medida que elaboraram os documentos “Declaração mundial sobre educação para todos” e “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas da aprendizagem”, em 1990 na Tailândia (GOHN, 2005b).

Diante desse quadro, pode se considerar que a educação não formal surge não para desvalorizar a educação formal, e sim como uma complementação. Segundo Afonso (2001, p. 31), é importante salientar que a recente valorização do campo da educação não formal não pode significar ou implicar a desvalorização da educação formal, pois estes campos sempre coexistiram, “sendo possível imaginar sinergias pedagógicas muito produtivas e constatar experiências com intersecções e complementaridades várias”.

Nesse sentido para que possamos trabalhar com novas possibilidades de aprendizagens que se adaptem ao mundo atual, trazemos na figura 2 por Morais (2012), que traz definições dos três conceitos de educação de uma forma mais clara e objetiva para que possamos compreender e sintetizar essas definições.

Figura 2 – A educação no espaços: formal, não formal e informal



Fonte: MORAIS (2012).

Como se observa na Figura 2, Educação não formal para Morais (2012), é compreendida como uma educação fora dos espaços escolares, e tem por finalidade desenvolver o ensino-aprendizagem de forma pouco explorada se comparando com a educação formal. Ela é entendida como uma modalidade de ensino, se desenvolve nos espaços não convencionais de educação. É considerada por alguns autores como intencional, pois sofre as mesmas influências do mundo contemporâneo que as demais formas de educação, mas pouco assistida pelo ato pedagógico. Neste sentido, Libâneo (2012, p.133) corrobora que “a educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”.

No entanto, as políticas educacionais e organizativas que caracterizam o mundo contemporâneo apontam traços que atendam a nível global a reestruturação da economia. As mudanças nos processos de produção associam-se aos avanços das ciências e tecnologias e com

superioridade do livre funcionamento do mercado, regulando a economia e forçando a uma redução do Estado quanto ao seu papel (LIBÂNEO, 2012).

Já em relação a educação informal, ela “ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política”.

Dessa maneira,

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (LIBÂNEO, 2010, p. 31).

Essas compreensões em suas diversas dimensões mostram que a educação tem uma função na vida do sujeito em sociedade em diferentes âmbitos dos saberes e que todo ato educativo é intencional. A educação informal, que na grande maioria das vezes é tratada como não intencional, por não apresentar claramente um formato intencional e estrutural de ensino, está interligada aos vários campos da educação, decorrentes das exigências da sociedade contemporânea que numa visão mais ampla, percebe que a tecnologia e a ciência está presente em todos os segmentos da sociedade (LIBÂNEO, 2010).

A educação é fundamental e se adapta precisamente no processo de formação do sujeito ao longo das etapas de sua vida por estar ligada à “produção e reprodução” da vida social. Permite que os conhecimentos, experiências e modos de ação adquiridos, sejam passados para as gerações futuras.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu Art. 205 estabelece “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No ano de 1996, fica estabelecida a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação. Em seu artigo 26 estabelece que

Os currículos do ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento

escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Sendo as ações sistemáticas da educação formal, diretamente ligadas às escolas, suas atividades são sustentadas por uma ação pedagógica intencional podendo ser desenvolvida em ambientes formais e não formais de educação.

As práticas educativas da educação formal têm como objetivo a aquisição e construção de conhecimentos que atendam as demandas da contemporaneidade. É, portanto, nos espaços educativos ou escolares que se desenvolve com maior frequência essa modalidade de ensino e coloca em evidência as figuras do professor e do aluno; o professor como sujeito de ensino e o aluno como sujeito de aprendizagem. O formato em que o processo ensino-aprendizagem ocorre, pode se apresentar de forma bastante diferenciada dentro de um espaço formal para outro (OLIVEIRA, 2009).

Entendendo dessa forma que a educação formal é uma prática pedagógica que acontece nos espaços escolares e seguindo todos os parâmetros legais e institucionais no processo de ensino e aprendizagem. Enquanto, a educação não formal é aquela que acontece nos espaços alternativos, utiliza como método a educação não escolar, corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino. Já a educação informal é a incidental são aquelas que ocorrem ao longo da vida.

CAPITULO III

3 A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo, foi realizada uma discussão dialógica que pudesse vislumbrar interesses comuns e capazes de promover o desenvolvimento local através de identificação das práticas coletivas no associativismo, e compreender como se procede essa educação dos sujeitos que se inserem nesses espaços. Nessa lógica de discussão, para entender o associativismo que vem se perpetuando ao longo do tempo, é necessário também compreender todo o processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças sociais e para a promoção da igualdade, do desenvolvimento local.

A ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas do associativismo é bastante antiga, porém, somente veio ter forças a partir de 1990, uma vez que foi a partir desse período que as discussões ganharam consistência através das lutas dos movimentos sociais e populares. Compreende que o desenvolvimento local e social avançou sob novas concepções e ideias as quais emergiram da concepção de sustentabilidade e da emancipação social, ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável. Os fatores responsáveis por esta mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais.

Neste sentido, Alain Touraine (1998, p. 254) posiciona que “[u]m movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural [...]. Ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social”. A experiência da desigualdade social põe em jogo movimentos sociais e estratégias de realizações correspondentes. Assim, um movimento social se constitui em torno de necessidades ou interesses a serem defendidos e promovidos. Os indivíduos se fazem sujeitos e atores políticos na mobilização, no movimento, na experiência social.

Sendo assim, o associativismo, vem de longo tempo contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas, ou seja, para melhorar as condições de trabalho de um determinado local, pois

faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento, respeitando sua cultura, sua originalidade e sua formação coletiva.

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social e, a esse respeito Frantz (2002, p. 1) diz que o

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Entendendo dessa maneira é possível perceber que o presente diálogo se faz necessário como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, o qual tem como denominador comum o fato de que o associativismo se constitui em força coletiva estratégica capaz de melhorar as condições de vida dos sócios da referida associação sob todas as suas dimensões.

Entretanto, no contexto do mundo do trabalho, o associativismo, pode ser citado como uma ação social que vem sendo apresentada pelo reconhecimento de sua importância nas transformações que estão em curso na atualidade. E graças ao reconhecimento dessa necessidade, e da proposição de que o trabalho associativo constitui uma das principais referências que determina não apenas direitos e deveres, diretamente ligado as relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente discutido de forma solidária e humana.

Neste campo que se faz essa discussão dentro da perspectiva sociológica, “o trabalho assume papel fundamental na compreensão do associativismo, pois incorporou o ponto de vista, então predominante entre os intérpretes das sociedades modernas, de que a economia forma uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social” (SORJ, 2000, p.26).

Ganância (2006, p.5) “corroborando com esta proposição, destaca que o associativismo, teve sua importância enfatizada por Alexis de Tocqueville, ao declarar sua contribuição para o fortalecimento da democracia, visto que possibilita a agregação de interesses individuais permitindo a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democráticos”. Para este autor,

[...] a sociedade democrática sempre será individualista para Tocqueville, mas para evitar a situação aqui descrita, ele elabora o conceito de interesse bem compreendido, que poderíamos chamar como egoísmo esclarecido. Ou seja, os indivíduos percebem que se todos se voltarem apenas para seus interesses privados, estarão piores do que se dispusessem de tempo para a coletividade. A dedicação de parte do tempo dos indivíduos ao coletivo e ao público é condição essencial para que a democracia liberal não degenera em uma democracia despótica. [...] uma das maneiras de impedir que o regime democrático liberal se degenera é a união dos indivíduos que individualmente são fracos para a realização de ações coletivas, por meio do associativismo, ou, como Tocqueville denomina, da arte da associação. Na realidade, para ele um aspecto muito importante dos efeitos da participação associativa sobre os indivíduos é a criação de hábitos de colaboração e solidariedade (GANANÇA, 2006, p.6-7).

Putnam (2002, p.103), inspirado principalmente pela teoria toquevilleana, afirma que

[...] as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objetivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitólogos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração.

“O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente” (CANTERLE, 2004, p. 5). “O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes.” (FRANTZ, 2002, p.33).

Diante da importância de se destacar o papel da pessoa enquanto sujeito legítimo da transformação e da validação social de normas e valores, Frantz (2002, p. 25) diz que:

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Frantz (2002) considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

Compreendido dessa maneira, o “associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento” e onde, conforme Frantz (2002, p. 29), afirma que

[...] a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas [...]. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento.

Percebe-se que o autor traz uma visão muito individualista no que concerne ao aspecto do associativismo, uma vez que, o associativismo tem uma visão coletiva e de movimentos sociais que agregam os valores e suas culturas.

Já para Canterle (2004, p. 8), traz uma análise mais coletiva,

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais.

Buarque (2002) compreende que desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Nesse diálogo, o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições

dadas pelo contexto. Assim entende que “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões” (BUARQUE, 1999, p. 10).

É necessário enfatizar que o desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

3.1 Associativismo e o Terceiro Setor no Brasil

Para compreender e abordar a presença do Associativismo e o Terceiro Setor nas relações sociais atuais, faz-se necessário analisar a concepção de Gohn (2010b, p.75), “o associativismo é impulsionado por organizações do chamado terceiro setor e atua via projetos sociais específicos”.

No ano de 1999, foi publicada a Lei 9.790/99, denominada Marco Legal do Terceiro Setor, criada graças ao empenho e à experiência acumulada pelo Conselho da Comunidade Solidária. Essa lei disciplina, entre outros aspectos, os requisitos para que uma entidade sem fins lucrativos (associação ou fundação) possa receber do Governo Federal a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Institui também a possibilidade de essas organizações celebrarem "termos de parceria" com o poder público para a execução de determinados projetos.

Nesse sentido, compreende que o “terceiro setor” é, portanto, relativamente novo em nossa sociedade, contudo, suas bases e princípios são seculares. Para Gohn (2005, p.76),

No Brasil, nos anos 70-80, as ONGs cidadãos e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearam um cenário de participação na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática do país. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito ‘sociedade civil’, termo originário do liberalismo, que adquire novos significados, menos centrados na questão do indivíduo e mais direcionados para os direitos de grupos.

A compreensão de Fernandes (1994, p.27) mostra muito bem a influência dos tempos. O autor diz que

O terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Fernandes (1994) define o terceiro setor conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Definição do Terceiro Setor

AGENTES	FINS	SETOR
Privados	Para privados	Mercado
Públicos	Para públicos	Estado
Privados	Para públicos	Terceiro Setor
Públicos	Para privados	Corrupção

Dowbor (2001, p.49), analisa que:

O papel do Terceiro Setor não é realizar ações próprias do Estado substituindo-o, mas agir como articulador e organizador das forças sociais no sentido de ampliar as possibilidades das comunidades locais influenciarem as políticas públicas.

Sendo assim, da forma como foi proposta, veremos as previsões da Constituição da República Brasileira de 1988 (CF/88) que possibilitam a emergência do Terceiro Setor e a importância dessa progressão para a efetivação de Políticas Públicas e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais.

Compreender a abordagem do termo “Terceiro Setor” nos traz uma ideia de indiferenciação, unidade, convergência, consenso. Contudo, sabemos que, na realidade, a sociedade civil organizada no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, e suas associações civis e demais grupos sociais naturalmente expressam os conflitos e contradições existentes.

Segundo Landim (2002, p.43), “o terceiro Setor evoca colaboração e positividade de interação, diluindo a ideia de conflito ou contradição e tendendo a esvaziar as dinâmicas politizadas

que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas (e talvez da história) do Brasil”.

Dentro de uma outra lógica, o Estado é ineficiente para resolver os problemas sociais e a solução está na eficiência do mercado, que aos poucos começa a atuar nas questões sociais por meio das instituições do terceiro setor. Como consequência, a ação social passa a ser associada a conceitos de mercado, como marketing e eficiência. Em paralelo a isso, há uma tendência a desqualificar antigos campos de atuação social, como o das entidades filantrópicas (hospitais, universidades e entidades de assistência social), que passam a ser consideradas “pilantrópicas”, atrasadas, ineficientes e não transparentes.

Essa vinculação entre o business e o chamado terceiro setor pode ser percebida por meio da seguinte análise realizada pelo antropólogo Fernandes (1997, p.30):

Não há interesse coletivo que, apreendido como uma demanda efetiva, não possa, em princípio, tornar-se objeto de investimentos lucrativos. Educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, esporte, comunicação, geração de renda e trabalho etc., são, evidentemente, fontes de prósperos negócios. A presença de um terceiro setor sinaliza, contudo, que o mercado não satisfaz a totalidade das necessidades e dos interesses efetivamente manifestos, em meio aos quais se movimenta. O mercado gera demandas que não consegue satisfazer, lança mão de recursos humanos, simbólicos e ambientais que não consegue repor. Uma parte substancial das condições que viabilizam o mercado precisa ser atendida por investimentos sem fins lucrativos.

Entendendo que a atuação de algumas empresas na área social possa ser considerada como positiva, a forma como esse processo vem ocorrendo no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, pode ser vista como preocupante. Na concepção de Nathalie Beghin (2003, p.8),

As grandes empresas buscam, pois, libertar-se do que entendem por amarras (os direitos sociais) para fazer face à concorrência de um mundo cada vez mais globalizado e, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza que é percebida como uma ameaça à ordem social ... Assim, a filantropia empresarial, da forma como vem sendo organizada no Brasil do fim do século XX, busca “governar” ou “regular” a pobreza, retirando da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. Nesse sentido, ela em pouco contribui para ampliar a cidadania social e, conseqüentemente, promover a inclusão social; ao contrário, tende a reforçar a pobreza política na medida em que os pobres e miseráveis são tratados como “massa de manobra”, impossibilitando que os mesmos se transformem em sujeitos críticos e autocríticos capazes de intervir nos seus destinos.

A apropriação e a difusão do conceito de terceiro setor, especialmente por setores empresariais, geram várias distorções. A primeira é a introdução de conceitos e valores de mercado estranhos e nocivos à área social (ou seja, práticas comuns na área empresarial como competição, ranking e prêmios, agora comuns no chamado terceiro setor). A segunda distorção é o estímulo à criação de uma nova geração de associações civis, voltadas para o mercado, a partir de uma lógica de prestação de serviços, sem nenhuma base social e com baixa capacidade contestatória e crítica.

A forma como o debate sobre o terceiro setor vem acontecendo no Brasil traz em si uma crítica indireta ao papel do Estado na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento, objetivos esses que seriam realizados de forma mais eficiente pela iniciativa privada. Outra distorção se refere à associação imediata do conceito de terceiro setor ao associativismo, induzindo a uma interpretação equivocada de que as associações civis que compõem esse setor têm uma natural vocação pública.

Para Montañó (2002), o Terceiro Setor, ao contrário do que divulgam as grandes fundações vinculadas a corporações econômicas internacionais e a governos, constitui-se em mal para a sociedade civil concreta, cujos direitos cabem ao estado suprir. Por sua vez, o poder público tenta se eximir das responsabilidades, tanto no âmbito político, como no legal. Por meio das ONGs, inverte os papéis, reinaugurando as ultrapassadas ações assistencialistas (MONTAÑO, 2002).

Nesse sentido, entende-se numa visão mais atual, que a Sociedade Civil pode ser compreendida como um conjunto de organismos ditos privados ou o conjunto das relações ideológico-culturais, da vida espiritual e intelectual, correspondentes à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (BOBBIO, 1982). Ela representa todo o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico.

Barbosa e Oliveira (2003) afirmam que:

Tanto as fundações quanto as associações regem-se, assim, por estatutos registrados em cartório. Porém, as fundações caracterizam-se por um patrimônio afetado a um fim, estando submetidas à fiscalização do Ministério Público. As associações caracterizam-se por ser uma reunião de pessoas. Não precisam contar com um patrimônio prévio.

Dentro do aspecto educacional, a sociedade compreendeu que ao longo da história percebia a luta dos movimentos sociais pela educação de qualidade, o interesse da população por uma

educação pública e universal, que acompanhasse os processos de mudança e promovesse o pleno desenvolvimento do cidadão. Eles até hoje se constituem como espaços de diálogo e de construção de conhecimento. Para Gohn (2005; 2006), analisa que a educação é algo necessário pela família, compreende também que os meios de comunicações pode formentar essa ideia em massa como a televisão, o rádio, a internet, em diversos lugares (ruas, bairros, clubes e outros), tendo como demarcações a nacionalidade, a religiosidade, as questões de etnia, sexo, idade.

Se dentro da perspectiva dos movimentos sociais têm chamado a atenção da população brasileira para a necessidade de maior participação política e social nas questões referentes à educação, a atuação das organizações juridicamente constituídas do Terceiro Setor, atuantes na área educacional, tem contribuído para resgatar a valorização humana, a formação do cidadão, o fortalecimento da moral, da ética e da virtude.

Portanto, o Terceiro Setor é composto por Organizações Não Governamentais (ONG's) que representam a sociedade civil organizada com participação de voluntários para atender aos interesses públicos em diferentes segmentos, como na educação, saúde, esporte, lazer e outros.

A substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem-Estar Social pelo chamado Estado Mínimo, resultado de implantar a gradativa política neoliberal, levou o sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de Bem-Estar Social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública, porém de importante presença no atendimento à questão social brasileira, fortalecida, a partir de 1988, pela Constituição Federal contínuo de diversas leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos, que as promulgaram como dever do Estado e direito do cidadão. (SIMÕES, 2009, p.341)

Assim, compreende que nesse contexto, funda-se mais um espaço sócio ocupacional para a configuração do mercado de trabalho do assistente social, determinado por um conjunto de chamados específicos que adensam a partir de condições sociais, históricas e particulares que necessitam de uma intervenção qualificada e crítica de um profissional do Serviço Social. (NETTO, 1992).

Nessa ótica bem definida com objetivos bem traçados, os recursos captados junto a organismos público/estatais, entidades internacionais e programas de geração de renda, além de know-how construído pela intensa participação popular, as organizações do Terceiro Setor têm desenvolvido ações em três dimensões que envolvem a educação: o da educação formal, o da

educação não formal e o das Políticas Públicas pela educação. A primeira dimensão, da educação formal, desenvolve projetos ligados à educação moldadas segundo o currículo escolar. São escolas, creches e institutos que realizam atividades principalmente, nos segmentos da pesquisa, da educação de jovens e adultos, da educação infantil e da educação técnica/profissionalizante.

3.1.1 Políticas Públicas na Agricultura Familiar e no Associativismo

A agricultura familiar brasileira contempla grande diversidade cultural, social e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. A redemocratização do país, a revitalização política e a expansão econômica sugeriram novos aspectos sociais, econômicos e ambientais às mais diversas instâncias sociais, e como consequência disso, emergem programas e Políticas Públicas de incentivo às práticas associativas entre pequenos e médios produtores rurais.

Atualmente, observam-se outros setores da sociedade participantes desse processo, como as Universidades, que promovem o desenvolvimento de projetos de extensão e disseminam práticas produtivas de economia solidária. No entanto, este seguimento produtivo da agricultura foi negligenciado na formulação de Políticas Públicas para o setor até o final do século XX. A política agrícola brasileira, sobretudo no período pós-guerra, foi orientada para conduzir à modernização de sua estrutura de produção agropecuária, tendo como foco o aumento da produtividade a partir da incorporação de avanços tecnológicos, e como público-alvo a empresa rural capitalizável, caracterizada por grandes extensões de terra, com acesso garantido a abundantes subsídios fiscais e creditícios (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

Assim, desconsiderou-se uma multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar no campo da economia territorial. Somente em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado que lhes favorecesse de fato. O PRONAF surgiu como resultado das muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Atualmente, o PRONAF alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a

principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que o principal determinante para os elevados níveis de pobreza do país reside na própria estrutura da desigualdade brasileira, que se configura em uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão social. Para os autores, o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres, fato pelo qual destacam a necessidade de as Políticas Públicas de combate à pobreza concederem prioridade à redução das desigualdades. Assim, entendem que a pobreza do Brasil é um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez, e que uma divisão equitativa dos recursos pode ter um impacto relevante para combatê-la.

No meio rural essa realidade de desigualdades da estrutura societal brasileira se expressa de maneira mais perversa. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2008, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), corroboram esta afirmação ao permitir estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade. Segundo os critérios do IBGE, estima-se que a população residente em domicílios rurais no Brasil seja 16,3% do total, confirmando a tendência de queda relativa. Entre as regiões, o Nordeste concentra 47,9% da população rural brasileira, justamente a região com os maiores índices de pobreza no país, enquanto as outras quatro regiões acomodam os 52,1% restantes.

Em termos de acesso à educação, a população rural também apresenta índices bem inferiores à urbana. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos no meio rural é mais que o triplo da mesma taxa na área urbana, 23,5% contra 7,5%. Além disso, 43% dos responsáveis pelos domicílios rurais não possuem o ensino fundamental completo. Com relação aos rendimentos entre a população do campo e dos centros urbanos, os dados também apontam uma acentuada disparidade. A renda domiciliar per capita na área rural corresponde a apenas 46% da renda verificada nos domicílios urbanos (IPEA, 2010).

Outro dado histórico refere-se à concentração de terras. O Brasil possui uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo, e o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que este grau de

concentração permanece praticamente inalterado desde 1985. O índice de Gini para desigualdade de terra registrado para 2006 foi de 0,854, não muito diferente do mesmo índice para os anos de 1995 e 1985, que foram, respectivamente, 0,856 e 0,857.

Por outro lado, apesar desse cenário de extrema desigualdade e da dificuldade de acesso a serviços públicos (como educação e saúde) que sofrem as populações rurais, a relevância da agricultura familiar em termos econômicos e sociais no Brasil é tema que vem sendo crescentemente abordado pela literatura. Sobretudo, a partir da década de 1990, quando o seu próprio conceito começou a ganhar corpo e ser aceito tanto na academia quanto na sociedade em geral. No documento desenvolvido pela INCRA/ FAO (2000), a produção agrícola brasileira foi classificada sob dois modelos: o familiar e o patronal. Tal classificação visava estabelecer diretrizes para ações de Políticas Públicas que levassem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares ao mercado. Um ponto importante desta nova proposta de estratificação das propriedades rurais é apresentar como ponto de partida o regime de trabalho prevalecente na propriedade (familiar ou assalariado), e não a extensão de sua área. Atualmente, está em vigor a Lei nº 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, a qual considera agricultor familiar:

Aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II -utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Abramovay (2006) afirmou que a valorização da agricultura familiar no país foi pautada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao surgimento de diversos estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país, bem como avaliar a sua relevância socioeconômica. O segundo plano é o das políticas públicas, principalmente após o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e a intensificação dos projetos de assentamentos de reforma agrária durante a década de 1990. Estas e outras políticas foram responsáveis pela geração de novas oportunidades de ocupação e negócios no campo a milhares de

famílias. No plano social, por último, a agricultura familiar corresponde a um conjunto de forças organizadas em movimentos sociais e sindicatos cuja principal bandeira de luta é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar.

O PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, foi planejado e implementado com base em uma discussão na qual se inseriu uma ampla rede de organizações, envolvendo diversas escalas governamentais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, dentre outros atores. Em seu desenho institucional inicial, o PRONAF foi organizado em três linhas distintas: i) Crédito, linha esta que, desde o início do programa, foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação, que perdeu sua importância atualmente.

Nessa perspectiva, compreende-se que o Programa de crédito permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar e beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Além disso, facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

A seguir são apresentadas as linhas de crédito do Pronaf, com base no referido Decreto, que tem fortalecido a agricultura familiar:

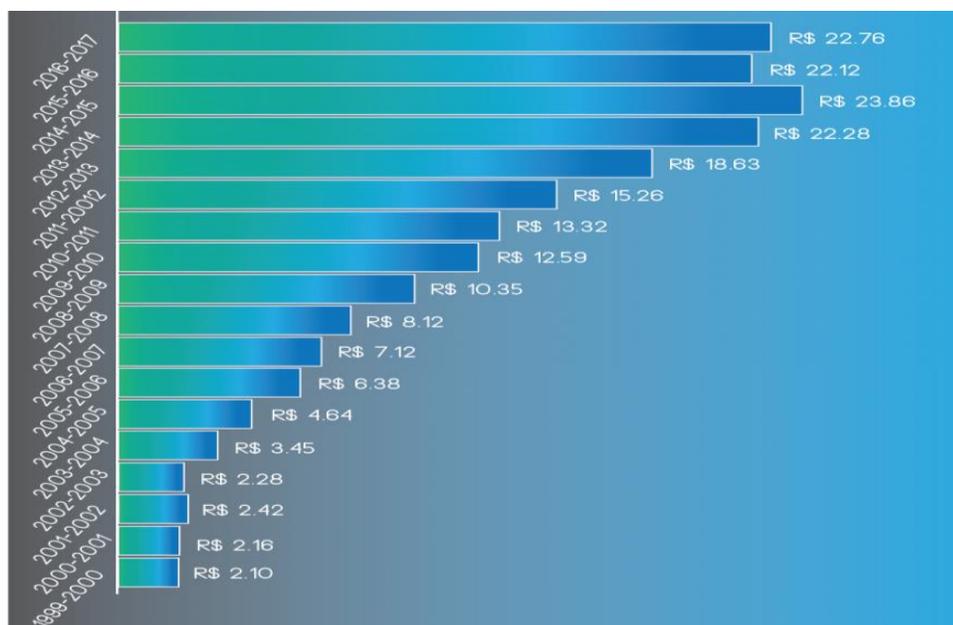
- Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- Pronaf Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- Microcrédito Rural: atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;

- Pronaf Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- Pronaf Mulher: linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;
- Pronaf Eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;
- Pronaf Agroindústria: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- Pronaf Semiárido: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;
- Pronaf Jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;
- Pronaf Floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;

- Pronaf Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

A Figura 3 mostra os avanços em recursos disponibilizados pelo PRONAF para agricultura familiar de 2000 a 2017.

Figura 3 - Evolução dos recursos disponibilizados pelo PRONAF (Bilhões)



Fonte: SAF/MAPA (2017).

Percebe que houve um investimento gigantesco do Governo Federal para investir nos setores da agricultura familiar. As Políticas Públicas é essencial para os pequenos e médios agricultores investir nas suas propriedades e manter a sua própria renda.

3.1.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

O PAA foi criado em 2003 por meio da Lei nº. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Esse representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem a produção ao preço normalmente pago pelos equipamentos públicos (escolas, hospitais, etc.) aos intermediários, eliminando esse agente.

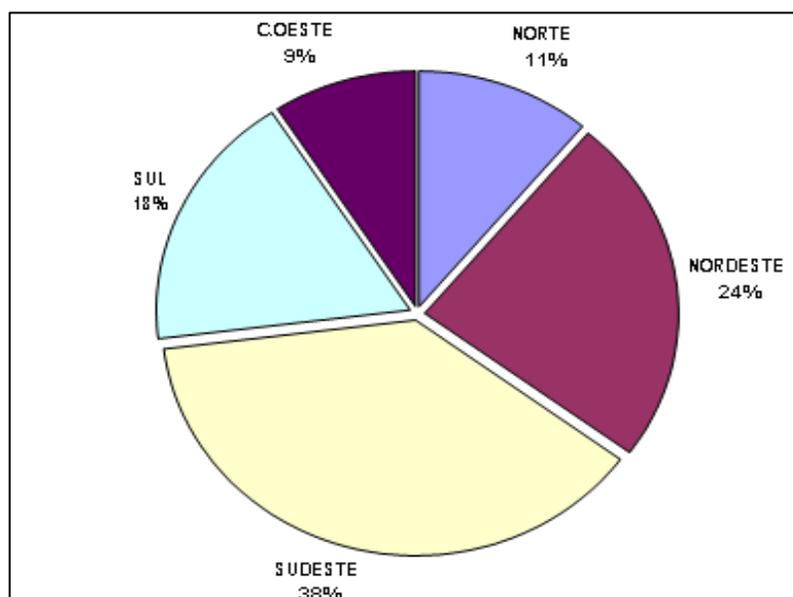
Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais mais excluídos como assentados de reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que tem uma função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados. Na Tabela 3.1 é apresentada a evolução dos recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2014.

Quadro 2- Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA

ANO	TOTAL
2003	81.541.207,29
2004	107.185.826,34
2005	112.791.660,39
2006	200.667.394,34
2007	228.352.963,49
2008	272.929.438,86
2009	363.964.228,12
2010	379.735.466,39
2011	451.036.204,40
2012	586.567.130,50
2013	224.517.124,45
2014	338.004.941,78
Total	3.347.293.586,34

Fonte: SUPAF/GECAF (2015).

Na Figura 4 é apresentada a distribuição de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar por região em 2015.

Figura 4 - Distribuição dos recursos do PAA por região em 2014

Fonte: SUPAF/GECAF (2015).

Percebemos de tal forma que os recursos liberados pelo Governo Federal para o PAA foi crescendo gradativamente, inserindo mais agricultores familiares. Os resultados demonstram que a demanda pelo PAA é variável, devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e o acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais. É importante mencionar que os alimentos que são produzidos da agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar e ao mesmo tempo o programa é importante fonte de renda para muitos agricultores familiares em todo o Brasil. Fazendo análise nessa lógica do PAA, foi criado o mecanismo de compras para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrindo oportunidade para os agricultores familiares, além da melhoria da alimentação servida nas escolas.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais. As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como, nas grandes cidades.

Sabendo assim, que é Lei de 2009, nem todas as prefeituras conseguiram se adequar para realizar as compras da agricultura familiar. Alguns registros constataam que aconteceram muitas dificuldades tanto por parte de quem recebe esses produtos, assim como, para quem comercializa. Esses entraves podem ser sanados com base em ações conjuntas ou Políticas Públicas auxiliares. Além disso, há a necessidade de vontade política dos executores das políticas públicas, principalmente os estados e municípios, assim como uma maior participação dos atores sociais na discussão das demandas, fiscalização etc.

Assim, os avanços do Governo Federal, principalmente no crédito rural e na criação de mercados institucionais foram expressivos, mas requerem ações em outras áreas, desde investimentos conjuntos na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que vem sendo aperfeiçoada aos poucos, até infraestrutura, educação, organização social. Principalmente, cabe a junção de esforços e trabalhos em conjunto entre sociedade civil, prefeituras, estados.

Compreende assim, que houve um significativo avanço no crédito rural, mercados institucionais, quanto na criação de outros programas (seguro rural da agricultura familiar, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Territórios da Cidadania, entre outros). Porém, para que a política saia do nível de criação e chegue aos beneficiários, são necessárias parcerias entre os entes federativos e suas organizações. Outras ações ou políticas podem não ter avançado tanto, o que mostra que algumas políticas ainda estão no embate de ideias e conflitos (inclusive dentro do próprio governo), algo presente nos diversos níveis das políticas públicas.

3.1.3 O programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Esta política pública, organizada dentro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na Educação Básica das escolas públicas, federais, filantrópicas,

comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN.

Cabe constatar que nos últimos anos, a fomentação do atendimento do PNAE aumentou substancialmente, de pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões de escolares em 2013. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos estados, municípios e Distrito Federal, chegando a 3,5 bilhões de reais no ano de 2013.

Além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para a gestão local do PNAE, outros importantes avanços são: a obrigatoriedade da existência de um nutricionista responsável técnico, a ampliação e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), por meio de parcerias entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os quais apontam igualmente para uma importante ampliação desta política pública no que concerne à garantia do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas.

Desta forma, o PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar entre outros.

3.1.3.1 Objetivos e Diretrizes do PNAE:

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

São objetivos complementares do PNAE:

- Envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa;
- Estimular o exercício do controle social;
- Dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda;
- Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola locais.

3. As diretrizes instituídas pelo PNAE para a alimentação escolar são apresentadas no Quadro

Quadro 3 - Diretrizes instituídas pelo PNAE para a alimentação escolar

DIRETRIZES	DEFINIÇÕES
Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de Educação Básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
Direito à alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Fonte: PNAE (2008).

Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 prevê que é responsabilidade de todos os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – assegurar a alimentação escolar para os alunos da Educação Básica pública e também de escolas filantrópicas e comunitárias, conveniadas com o poder público, e, portanto, são corresponsáveis pela alimentação escolar dos alunos de suas redes públicas de ensino.

3.1.4 Associativismo para Emancipação ou Alienação?

Karl Marx (1964, p. 211) afirma que "O trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver unicamente para isso ter."

Esta análise do conceito marxiano de trabalho alienado ou emancipado na perspectiva dos movimentos sociais, em específico ao "Associativismo", terá por base os Manuscritos Econômico Filosóficos, obra em que esse conceito foi mais detidamente estudado. Entretanto, diante da compreensão de que existe uma unidade na produção teórica de Marx, serão feitas incursões por outras obras desse autor, à medida que possam contribuir para esclarecer, tanto esse conceito de alienação como de emancipação na perspectiva do associativismo, quanto os desdobramentos dele decorrentes. Além disso, recorreremos aos comentadores que procuraram fazer uma interpretação desse conceito, tentando observar e preservar a estrutura teórica do pensamento marxiano, de forma a ajudar a compreendê-lo, ao invés de transmutá-lo à medida de interesses partidários ou ideológicos.

Sendo assim, no presente trabalho, foi realizada uma discussão do conceito de trabalho alienado na perspectiva do associativismo para designar a forma de trabalho que é contrário ao desenvolvimento das potencialidades humanas, que ocorre no sistema capitalista de produção, e alienação para designar a forma descaracterizar a objetivação, onde o ser humano se exterioriza de uma forma que impede o seu desenvolvimento.

Deste ponto de vista, só seria trabalho a atividade que promovesse esta interação e consequentemente somente seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto . Esta é uma primeira determinação do trabalho em Marx. Contudo o autor já faz uma ressalva, na qual afirma que "Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não basta de modo algum, para o processo de produção capitalista." (MARX,

1985a, p.151). Aqui o autor já contrapõe o trabalho do ponto de vista do processo simples ao modo como deve ser apreciado do ponto de vista específico da produção capitalista, ou seja, de um ponto de vista historicamente determinado.

Para compreender essa relação que o ser humano tem com o trabalho foram realizadas algumas análises aos tempos em que o seu caráter de humanidade apenas estava principiando seu desenvolvimento. Para tanto, o trabalho tem acompanhado, ao longo da história, a evolução dos seres humanos em seus mais diversos aspectos, sejam eles cognitivos, emotivos, afetivos, motores, criativos, imaginativos e outros que se possam relacionar. Portanto, podemos dizer que o ato de trabalhar praticamente se confunde com a história do desenvolvimento humano.

Fica a seguinte pergunta: Porque o homem trabalha tanto? O que significa essa tomada de decisão? De que maneira ela se diferencia das demais atividades humanas? Quais as formas mais interessantes? O que o trabalho tem a ver com a humanidade? Quais as funções que ele pode assumir nas sociedades humanas?

Para responder a tais perguntas, partiu-se dos pressupostos de que os seres humanos viviam de forma nômade, os alimentos estavam disponíveis na natureza e bastava que fossem extraídos na medida suficiente para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência. Mas, a partir do momento em que os grupos sociais passaram a viver de forma sedentária, o ser humano passou a ter uma relação diferente com a natureza. Os alimentos de uma determinada região eram consumidos mais rapidamente do que a natureza poderia repô-los e, então, os homens passaram a se dedicar a atividades agrícolas, de forma a obterem os alimentos na quantidade e variedade desejadas. Portanto, a partir deste momento, o trabalho passou a fazer parte indissociável da vida dos seres humanos. Nessa situação, não resta dúvida, o trabalho tem a função de satisfazer uma necessidade humana não proporcionada diretamente pela natureza.

Marx (2004b, p. 211) fez a seguinte análise:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza

Assim, compreende-se que o trabalho começa a ter uma nova organização, pois, se o ser humano vai adquirindo e desenvolvendo novas habilidades e competências, à medida que trabalha, então o trabalho não tem unicamente a função de servir como meio de satisfação de necessidades humanas ligadas à sobrevivência, mas, também, faz com que o ser humano avance para um novo estágio de desenvolvimento. Essa situação não deixa de ser interessante, pois o ser humano, que se dirige à natureza de forma ativa, buscando, tão-somente, a satisfação de suas necessidades, acaba, por meio do trabalho, sendo transformado por ela, que, inicialmente, consistia no pólo passivo da relação. É que, ao trabalhar, o ser humano, muitas vezes, depara-se com dificuldades que acabam por incentivar a tentativa de criação de meios para superá-las. Nessa tentativa de criação, ele termina por descobrir e desenvolver habilidades antes desconhecidas.

No entanto, a superação de dificuldades, encontradas durante a execução do seu trabalho, não proporciona ao ser humano apenas a aquisição de novas habilidades. Proporciona, também, uma nova forma de relação com a natureza e consigo mesmo. E isso, porque ele descobre, tanto na natureza, como em si mesmo, possibilidades que antes não faziam parte da sua visão de mundo.

É importante esclarecer que o desenvolvimento do ser humano, a partir da sua relação com a natureza, ocorre em um processo muito lento, e, como observa Marx, "a formação dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior" (MARX, 1964, p. 199). Por isso, a despeito do tempo requerido para que o ser humano adquira um novo estágio de desenvolvimento, o fato é que, à medida que se desenvolve, cria novas necessidades, e essas, como não poderia deixar de ser, também vão sendo satisfeitas pelo trabalho empregado sobre a natureza.

Mas, se o trabalho produz o aumento das riquezas, e pode apresentar desafios que levam ao desenvolvimento das capacidades do trabalhador, o que ocorre dentro do capitalismo que faz que esse mesmo trabalhador não se beneficie desse aumento das riquezas, nem possa desenvolver as suas capacidades? É esta a pergunta a que Marx vai tentar responder ao tratar, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, na questão do trabalho alienado.

Para tentar respondê-la, estabelece, desde o início, os pressupostos dos quais parte:

Principiamos com os pressupostos da economia política. Aceitamos a sua terminologia e as suas leis. Pressupusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, como também dos salários, lucro de capital e renda, e ainda a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A

partir da própria economia política, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção (MARX, 1964, p. 157).

Constatado que, no contexto da economia política, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria qualquer, deve-se enunciar o significado desse fato no que diz respeito à relação entre o trabalho, o trabalhador e o produto do seu trabalho:

Semelhante fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação (MARX, 1964, p. 159).

Dessa forma, o trabalhador, ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, e sim as do capital. Assim, quanto mais objetos produz, mais pobre ele se torna, e mais submisso a eles fica, resultando disso que ele acaba pondo sua vida neles. Ao mesmo tempo, quanto mais se entrega ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido. O seu próprio trabalho se torna um objeto, e este objeto lhe é estranho:

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (MARX, 1964, p. 160).

O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador. Da mesma forma, os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e a ele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz.

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais

refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza (MARX, 1964, p. 161).

Portanto, ao alienar-se no objeto, mas ao mesmo tempo sem reconhecê-lo como produto da sua atividade, o trabalhador passa a ter com ele uma relação de oposição, pela qual, quanto maior for a grandeza do objeto, tanto maior será a ruína do trabalhador. Como ao sistema capitalista de produção interessa o aumento cada vez maior das riquezas produzidas, e como o trabalhador vê-se obrigado a tentar atender esse interesse para poder continuar trabalhando, ele vai se desumanizando cada vez mais.

Mas, para Marx a alienação não ocorre somente na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho. Ela ocorre também, e principalmente, no ato da produção, encontrando-se na própria atividade produtiva. Assim, no ato da produção, o trabalhador aliena-se a si mesmo, e é essa alienação que possibilita a relação alienada deste com o produto do seu trabalho. Marx complementa que é o produto é simplesmente o resultado da atividade produtiva e, portanto, para que possa haver alienação, na relação com o objeto produzido, a mesma produção tem de ser alienação ativa, ou seja, a "alienação da atividade e a atividade da alienação". Dessa forma, o trabalho coloca-se como algo alheio ao trabalhador e independente dele, como algo que o oprime e fatiga, e que não fosse seu. Portanto, na alienação do trabalho, observa-se:

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] Pertence a outro e é a perda de si mesmo (MARX, 1964, p. 162).

Compreende, que o trabalho está relacionado com a questão humana, e que é pelo trabalho que o ser humano consegue desenvolver plenamente as suas possibilidades, no âmbito da alienação do trabalho, o trabalhador somente se sente livre quando está exercendo as suas funções animais – comer, dormir, procriar –, e quando exerce suas funções humanas se equipara a um animal.

Contudo, a luta do proletariado contra o capitalismo não deve se limitar à luta em organizações por melhores salários e condições de vida, mas principalmente deve ser uma luta ideológica para que o socialismo seja conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder.

Na concepção de Adam Smith (1983, p. 164), "Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos".

Observando que no trabalho alienado, o objeto produzido não lhe pertence e, por isso, o aumento de riqueza não diminui a pobreza do trabalhador, mas, ao contrário, a aumenta. Mas neste caso, se o objeto produzido não pertence àquele que o produziu, a quem pertence então? Se o trabalhador não está se beneficiando com a riqueza produzida, quem está sendo beneficiado? Certamente outro homem que não o trabalhador.

Portanto, o capitalismo não favorece o desenvolvimento do ser humano, seja capitalista, seja trabalhador. O trabalho alienado, dessa forma, é fator de desumanização dos trabalhadores, mas também implica a desumanização dos capitalistas e, dessa forma, a sociedade como um todo fica impedida de realizar-se, realização esta que somente é possível a partir do desenvolvimento pleno dos seres humanos que a compõem. Por isso, a emancipação dos trabalhadores será também a emancipação de todos os seres humanos. E a possibilidade dessa emancipação existe, segundo Marx:

Na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; [...]; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o

que é, em suma a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem (MARX, 2005, p. 155-156).

Para Marx, portanto, a classe trabalhadora é a portadora da tarefa histórica de transformação da sociedade capitalista em uma outra, onde o trabalho não seja simplesmente um meio para aumentar a riqueza acumulada pelos proprietários dos meios de produção, mas, ao contrário, seja um meio para que os seres humanos possam desenvolver as suas capacidades. Conforme este filósofo alemão, ao executar essa tarefa,

O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando supra-some a si mesmo e à sua antítese. Aí, sim, tanto o proletariado quanto sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido (MARX, 2003, p. 48-49).

Perante estas discussões, compreende-se que para superar o capitalismo, e seus sustentáculos, somente é possível, à medida que os trabalhadores se unem – já conscientes da sua condição de classe oprimida – consigam compreender que o capitalismo existe historicamente e que, por isso, pode ser transformado através de uma ação consciente e coletiva. Essa compreensão da historicidade do sistema capitalista de produção é o primeiro passo para a sua transformação, pois, se ele passou a existir, e teve a sua ascensão, historicamente, então também é possível o seu declínio, e a sua superação por um outro sistema que tenha como ponto de partida o ser humano e não o capital. Se o capitalismo for compreendido como o resultado de relações sociais de produção, que se dão através da história, e se os trabalhadores perceberem que eles fazem parte ativa do conjunto das forças de produção, as quais permitem que esse sistema alcance os seus objetivos, nesse caso, a classe trabalhadora poderá conscientizar-se de que ela pode e deve ser a autora de sua própria história.

Nessa perspectiva, a ação transformadora não pode estar separada de um arcabouço teórico que lhe dê sustentação, pois, nesse caso, ela ocorreria de forma desordenada, sem que os agentes transformadores da realidade social soubessem contra o que estão lutando, quais as estratégias a serem utilizadas para realizarem sua luta e qual o ponto a que gostariam de chegar. Por outro lado, uma formulação teórica, que mostrasse o funcionamento interno do mecanismo de dominação

capitalista, mas que não engendrassse e impulsionasse a ação transformadora correspondente, seria algo inócuo, um mero exercício intelectual de compreensão de um determinado momento histórico, e, por isso, totalmente desconectado das reais necessidades de mudanças requeridas, para que seja superado o estado de opressão em que se encontra a classe trabalhadora.

CAPÍTULO IV

4 CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO NO CONTEXTO DO ASSOCIATIVISMO

Neste capítulo serão apresentadas algumas reflexões acerca da questão da organização da sociedade civil por meio do associativismo. Ambos os conceitos – sociedade civil e associativismo - têm sido utilizados em diversas áreas das ciências humanas, sendo inequivocamente vinculados à questão da participação.

O formato de organização da sociedade civil deve ser contextualizado no tempo e no espaço de suas ações para que se possa apreender o nível de protagonismo exercido nas transformações estruturais desencadeadas na sua relação com o poder de Estado, a exemplo das Políticas Públicas elaboradas para atender a determinada demanda desta sociedade ou frações dela conforme enfatiza Gohn (2008). Além disto,

[...] deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores etc (GOHN, 2008, p. 9-10).

O associativismo em sua acepção ampla contempla diversas modalidades de organização da sociedade civil, tais como: o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, as associações de bairro, os movimentos sociais, dentre outros. Contudo, é importante destacar, que a ênfase do presente trabalho está consubstanciada na modalidade de associativismo vinculada à organização dos produtores rurais familiares por meio de associações de agricultores.

Desde o final dos anos 1970, tem-se verificado uma série de mudanças econômicas e institucionais vinculadas ao processo de liberalização dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, com impactos diversos sobre a produção agrícola. Verifica-se a reestruturação de cadeias produtivas do sistema agroalimentar em nível global, sob a coordenação de cada vez mais poderosas das corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção, e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, observando o campesinato como um campo de lutas pelos direitos sociais, foi perceptível o impulsionamento de confrontos de interesses dicotômicos que são representados, geralmente, por grupos sociais populares que buscam a reforma agrária e uma produção agrícola que valorize a agricultura familiar e o campesinato numa perspectiva do associativismo e suas formas de organizações, estabelecidas por um grupo formado de pequenos e médios produtores familiares que adquiriram suas propriedades por forma de compra ou herança. Compreender o campesinato como classe, não significa ter uma visão mecânica, mas sim, considerar a estrutura e as dimensões que compreendem o seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições essenciais para continuar sendo camponês (FERNANDES, 2008, p. 49).

Nessa perspectiva que leva a discutir o agronegócio em confronto com o campesinato em relação ao associativismo, desde o século XIX, os estudiosos já preconizavam a sua importância para as mudanças na sociedade, e também a expropriação dos seus meios de produção. Engels analisa, em 1894, o papel do campesinato para a construção do socialismo por meio das conclusões a respeito da reação dos partidos conservadores quando os socialistas começaram a incluir nas suas lutas a questão camponesa. Já nessa época, Engels explicita que os camponeses vinham sendo gradativamente privados da participação política e econômica, e que “a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína” (ENGELS, 1981). Em “A guerra civil na França”, Engels (1981) observa que a revolta veio dos camponeses que se sentiram prejudicados, devido aos altos impostos cobrados pelo Estado por causa dos gastos da Revolução Francesa. Como eles eram a maioria e foram contemplados pelo direito de voto na Constituição, manifestaram sua revolta, elegendo Napoleão Bonaparte. Marx se manifesta sobre a importância dos camponeses no processo revolucionário da França na seguinte passagem:

A república se havia apresentado diante desta classe como arrecadadora de impostos; ela se apresentou diante da república como imperador. Napoleão havia sido o único homem que havia representado integralmente, os interesses e a fantasia da classe camponesa, recém- criada em 1789. Ao escrever seu nome no frontispício da república, o campesinato declarou sua guerra exterior, e fez valer no interior, seus interesses de classe. [...] O 10 de dezembro foi um coup d'état dos camponeses que derrubou o governo existente (MARX, 1979, p. 67).

Compreende nessa óptica que Marx via os camponeses como uma classe constituída na luta contra o capital, contribuindo para o processo de mudança de paradigma na sociedade. Entretanto, em outras passagens, Marx relata que seria necessário que o campesinato fizesse uma aliança com a classe operária para influenciar na organização dos partidos comunistas.

Na Inglaterra, o interesse do movimento dos trabalhadores, no período compreendido entre 1790 e 1840, não era fazer a revolução, mas sim, um interesse econômico, pois esse país, nesse período, não tinha as condições objetivas para isso. “Apesar do caráter proletário não dominar claramente antes de 1830, a reivindicação praticamente universal a partir dessa data foi a de salários mais altos, empregos melhores e/ou melhorias no sistema de assistência social” (HOBSBAWM; RUDÉ, 1982, p. 18). Assim, percebe-se que a luta do campesinato ganha dimensões diferentes de acordo com a realidade de cada país e de cada período histórico.

Sendo assim, compreende analisar os estudos de autores que discutem o fim da campesinato. Ao defender a questão agrária, Kautsky (1986) compreende o campesinato como um problema estrutural que será destruído com a superação do sistema capitalista e a sua substituição pelo socialismo. Ou seja, a organização social dos camponeses é analisada a partir de sua inserção no espaço econômico por meio da superioridade técnica do grande estabelecimento em relação ao pequeno, que, associado às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão. Para Abramovay (2007, p. 249), para quem o camponês está condenado ao desaparecimento, se transformando em proletariado ou burguesia, há uma proposição para a superação da visão marxista de análise dos trabalhadores do campo, destacando que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, a agricultura familiar teve participação expressiva e se consolidou, e que, quando o desenvolvimento capitalista atingir determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por estruturas nacionais de mercado e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado, o campesinato chegará ao fim.

Emerge também a ideia de “nova ruralidade”, de natureza territorial e não setorial como anteriormente adotada, apontando para um dinamismo de certas regiões rurais brasileiras contrapondo ao recorrente pensamento que atrela o rural ao atraso, ao arcaico e como resíduo do urbanizado (ABRAMOVAY, 2000). Esse dinamismo que caracteriza as “novas ruralidades”

também atenta para o crescimento de pactos locais e associações que se organizam a fim de dinamizar o desenvolvimento no interior do país. Vê-se que a tendência é pressupor uma ruralidade para além de um espaço estritamente produtivo, mas também, como locus de reprodução simbólica, econômica e social de grupos específicos, que se definem não em oposição, mas nas relações estabelecidas com as cidades.

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização sociais e tendem a se agrupar (cluster) em organizações de comunidade que, com o passar do tempo, geram um sentimento de belonging e, em última análise, em muitos casos, uma identidade comunal (communal), cultural. (ABRAMOVAY, 2000, p. 10-11)

Trabalhos como o da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vêm demonstrando que a dinamicidade de algumas regiões se relaciona à dinâmica territorial e não necessariamente à composição setorial do local. Como dito, o dinamismo dessas regiões vai de encontro com a antiga premissa de que as áreas “rurais” estão fadadas ao atrasado, ao desemprego, à carência de serviços e de cidadania. Assim, o conceito de território consiste em linhas gerais em compreender uma localidade-territorialidade como um conjunto complexo de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que podem desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento econômico local e que depende, sobretudo, da mobilização dos indivíduos e das instituições locais (ABRAMOVAY, 2000).

Putnam (1996) pormenoriza um conjunto de práticas específicas e concretas que podem ampliar e enriquecer as possibilidades de desenvolvimento territorial de uma região e denomina de capital social a soma de confiança, normas e cadeias de relações sociais que beneficiam uma região e que, segundo o autor, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. A partir dessas considerações, a ideia de um “renascimento do rural” direciona ao entendimento de que a ruralidade não é uma etapa a ser superada com o avanço da urbanização, mas ela pode vir a ser cada vez mais um valor para a sociedade contemporânea (ABRAMOVAY, 2000).

Portanto, percebe-se que já vivemos esse processo por meio do apoio do Estado ao agronegócio, mas o campesinato tem ocupado terras para se recriar e ressocializar, permanecendo aí a questão estrutural e a contradição inerente ao sistema capitalista que impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. “Os movimentos de

destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e/ou ocupação de terras são maiores ou menores, de acordo com a conjuntura política e econômica” (FERNANDES, 2008, p. 182), estabelecendo a luta de classes entre proprietários e trabalhadores.

Observando essa percepção dentro do campo brasileiro, as formas de caracterizar o trabalho do campesinato sofreram influências históricas de várias matizes culturais, como as origens indígenas, africanas, além dos colonizadores europeus, cuja tradição inicial foi de um trabalho cooperativo de ajuda mútua. Compreende-se que o campesinato é formado por:

[...] trabalhadores do campo, os sujeitos que trabalham na terra. São os assalariados temporários e permanentes, arrendatários, meeiros, produtores integrados à agroindústria e produtores familiares que possuem algum meio de produção, porém, não suficiente para prover a sua sobrevivência. (VENDRAMINI, 2000, p. 24).

Compreendendo dentro desse ponto de vista, o campo brasileiro é um espaço de contradições e de lutas de interesses de classes antagônicas entre trabalhadores rurais e latifundiários ou entre camponeses e o agronegócio, na atualidade. Ribeiro (2010, p. 76) destaca que tais interesses podem ser vistos de três formas:

- Os grandes proprietários da terra, que são ainda latifundiários tradicionais, e não querem qualquer espécie de reforma ou mudança na ordem das coisas;
- Os empresários com uma visão liberal burguesa, que também são grandes proprietários e pressionam o Estado para a elaboração de políticas voltadas à ampliação do processo de acumulação, como os empréstimos a juros baixos e os subsídios agrícolas etc.
- Os que lutam por reformas estruturais, entre elas a reforma agrária, que são a grande maioria do povo brasileiro, que busca alternativa de vida e de participação política.

Nesse percurso histórico da política do campesinato no Brasil, pode-se constatar que esta tem suas raízes nas formas aristocráticas e oligárquicas, com destaque para a figura do coronel. Para Leal (1997, p. 40), o “coronelismo” é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, os senhores de terra.

Já nas perspectivas das relações patrimonialistas, as formas de poder, bem como sobre as relações de propriedade na elite e as formas coercitivas por meio do Estado, destaca-se Faoro (2004), como se pode observar na citação abaixo:

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. (FAORO, 2004, p. 501).

Analisando as discussões, na literatura brasileira é possível identificar estudos que tratam o espaço geográfico rural como o lugar do retrocesso, e a urbano compreendida como local de grande desenvolvimento. No que se refere ao primeiro, a tese de alguns especialistas é que, até meados do século XX as relações no campo brasileiro eram feudais, isto porque as relações trabalhistas não eram assalariadas, ou seja, eram pré-capitalistas. Os parceiros, arrendatários, colonos e posseiros não eram assalariados e dependiam dos grandes proprietários para viver, sendo, portanto, essas relações consideradas como atrasadas, medievais e feudais.

Outra reflexão era de que o que existia, na verdade, eram situações de exploração capitalista, causadoras da miséria e da exclusão social, contradizendo a ideia de feudalismo. Analisando o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, Vinhas (1968) coaduna com a primeira vertente, classificando as relações trabalhistas desse período como semif feudais.

O próprio “Estatuto do Trabalhador Rural”, e mais recentemente o “Estatuto da Terra” ainda legalizam a circulação das relações de produção atrasadas. As duas leis, na prática institucionalizam o pagamento em espécie. Os dois diplomas, igualmente legalizam os contratos de trabalho e parceria e de arrendamento vigentes, em todos os setores da economia agropecuária, assim como a renda-trabalho, a renda-produto, a limitação da liberdade de movimento dos trabalhadores, suas diferentes obrigações para com o patrão, todos de caráter semi-escravista e semi-servil, diante desse acúmulo de formas de exploração, essa massa visa como responsável o latifúndio pré-capitalista (VINHAS, 1968, p. 145).

Reintera-se, ainda, a partir dos pressupostos referenciados, que o “novo rural” ilustra um processo de transformação social e seus desdobramentos para o agente social do campo e para a agricultura, revelando modificações, novidades, mas também permanências e reprodução da antiga organização; isso implica pensar que o processo de modernização acontece sob diferenças, contradições e especificidades.

4.1 O Campesinato Brasileiro e suas Organizações em Associações

O Campesinato no aspecto histórico que evidencia os registros no Brasil, muitas vezes, nem mesmo se atenta para a presença das lutas dos movimentos sociais, como se nossa sociedade pudesse ter sua história resumida nas relações senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho (NEVES, 2009). Ainda assim (ou exatamente por isso), alguns estudiosos vêm investindo um considerável esforço no sentido de apreender os processos e dimensões do rural brasileiro, afirmando que o campesinato, enquanto categoria semântica e marco teórico de análise, abriga notável sentido e utilidade para a compreensão do mundo rural brasileiro (p.ex., WANDERLEY, 1999; GARCIA; PALMEIRA, 2001; FERNANDES, 2004; NEVES, 2009).

Até meados do século XX, cerca de 70% da população brasileira ainda residia no campo, mas o espaço físico e o poder econômico encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes plantações voltadas para os mercados internacionais.

Podemos afirmar que a partir das lutas do campesinato no direito a terra, chega com forças e consequência dessa luta à agroecologia, que surge em antagonismo ao modelo hegemônico da agricultura moderna, num exercício de resgatar a sabedoria camponesa e de fortalecer a organização sócio-econômica e cultural endógena ao campesinato. Num primeiro momento, diante da artificialização da produção de alimentos e da contaminação ambiental, a agroecologia tinha como objetivo a aproximação da agricultura aos princípios ecológicos. Um importante representante do processo de intersecção da agronomia à ecologia foi o agroecólogo Stephen R. Gliessman. O autor define a agroecologia como “[...] a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis [...]” (GLIESSMAN, 2001, p. 54).

No entanto, a subordinação e empobrecimento dos camponeses pelo capital levam alguns autores, especialmente Miguel Altieri, a realizar o que poderíamos chamar de politização da agroecologia. Altieri (2001, p.18) define agroecologia como “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.” Nesta abordagem teórica, o autor evidencia o aspecto interdisciplinar dos problemas discutidos pelos agroecólogos e fortalece a concepção de que a agricultura sustentável deve favorecer os pobres.

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas (ALTIERI, 2001).

Assim, podemos fundamentar que o campesinato tem sido um fator crucial nas lutas pelos direitos a terra. O associativismo que está compreendido dentro desse formato do campesinato, possui um matriz político-organizativo bem definido. É um instrumento de organização do trabalho que serve não só para inserir aqueles trabalhadores que estão perdendo mercado nesses tempos de reestruturação produtiva e/ou que nunca foram inseridos no mercado, como também é uma ferramenta pedagógica de educação e formação dos sujeitos da cooperação. Não se trata de ações simples e fáceis de conduzir. O sistema de associativismo não é um empreendimento capitalista que dita as normas empresariais e manda que sejam cumpridas por todos.

Como dito, no Brasil o associativismo, especificamente entre os produtores rurais, se intensifica nos anos de 1980 em decorrência da crise econômica que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista nos moldes em que os produtores rurais poderiam participar. Nesse sentido, o distanciamento do modelo cooperativista das necessidades dos pequenos produtores fez com que estes grupos buscassem outros sistemas de organização social, e, a partir do final dos anos 1980 intensificados por estímulos governamentais impulsionam a formação de associações, por meio de Políticas Públicas e por uma rede institucional.

O que aproxima o associativismo do cooperativismo são seus princípios fundadores de autogestão e propriedade coletiva dos empreendimentos. Segundo a Cartilha do Associativismo (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008), o associativismo é uma forma de participação social por meio da atuação coletiva. No Brasil, o debate apresenta-se, não raramente, dicotômico: o cooperativismo autêntico, apoiado pelo movimento da Economia Solidária, comendo a defesa de princípios autogestionários e de emancipação dos trabalhadores; e o cooperativismo tradicional, que se apresenta formalmente representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), orientado amplamente pelos princípios de mercado por meio de organização social (LIMA, 2009).

A multiplicidade das formas de trabalho associado coloca a necessidade de pensar as categorias dicotômicas para além das antigas divisões, conectando-as com os fundamentos micro e macro da ação, considerando também os aspetos estruturais e a complexificação dos processos de individualização que a modernidade, as sociedades industriais e as pós-industriais sugerem aos indivíduos. Por que os indivíduos agem coletivamente? Qual o sentido da ação? Essas questões têm propiciado ampla discussão nas ciências sociais, especialmente na sociologia e na ciência política. Como compreender ações coletivas que se espalham pela trama social e que articulam interesses individuais e coletivos num contexto de crescente individualização da sociedade moderna, na qual os indivíduos mostram-se cada vez mais atomizados, transformando-se em uma unidade referencial do social? Em que condições tais ações acontecem?

Nos últimos anos, as questões sobre os processos de associativismo e cooperativismo têm-se constituído como objeto de interesse de diversos agentes privados e públicos bastante diferenciados quanto às metodologias, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica. A redemocratização do país, a revitalização política e a expansão econômica sugeriram novos aspectos sociais, econômicos e ambientais às mais diversas instâncias sociais - ainda que o debate e as práticas associativas tenham-se arrefecido no período militar brasileiro - e como consequência disso, emergem programas e Políticas Públicas de incentivo às práticas associativas entre pequenos e médios produtores rurais.

Porém, na lógica do capitalismo,

[...] é necessário enfatizar que o capitalismo, ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas, seja como contradição ou funcionalidade, porque poderia indicar um determinismo do capital. Portanto, é preciso considerar a luta dos homens, suas utopias, desejos, tradições, não esquecendo que os camponeses são revolucionários por princípio. (ALMEIDA, 2003, p.75).

Nesta perspectiva de analisar o campesinato em confronto com o capitalismo, entendemos que existem duas formas de criação/recriação/produção/reprodução do campesinato sob o modo de produção capitalista, uma das formas já explicadas no texto, é via movimento desigual e contraditório do capital: que produz/reproduz capital por meio de relações não-capitalistas, como as relações de trabalho familiares/camponesas. Todavia, outra maneira igualmente importante, é o

processo de recriação do campesinato por meio da luta. A luta pela terra do campesinato, hoje, se dá, principalmente, por meio da ocupação de terras(FERNANDES, 2009).

Portanto, temos duas formas distintas de destruição e recriação do campesinato. Esses processos envolvem lógicas distintas. A recriação do campesinato pelo capital ocorre pela compra ou arrendamento das terras. A recriação camponesa na luta ocorre, sobretudo, na conquista da terra depois da ocupação e reivindicação dos movimentos sociais para a desapropriação. (FERNANDES, 2009). A recriação camponesa pela luta pode ser considerada como uma forma de rompimento com as relações capitalistas dominantes. Mas, essa ruptura tem certo limite que não supera a subalternidade. Porque mesmo após a conquista da terra, os camponeses continuam dominados pelos capitalistas, tendo em vista que existe o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Assim, devido a problemática estrutural da questão agrária, existe um processo de dominação e de resistência permanentes, entre o capital e o campesinato, respectivamente, que engendram as conflitualidades (FERNANDES, 2009).

Diante do aspecto de luta do campesinato na conquista da terra/território evidencia à destruição/desterritorialização, naquele espaço, das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, a construção/recriação/reterritorialização das relações familiares/camponesas de produção(FERNANDES, 2009). Assim sendo, os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas (FERNANDES, 2008). A conquista da terra ocorre, principalmente, a partir da ocupação de terra. Esta significa a ressocialização de trabalhadores assalariados urbanos e rurais ou, ainda, dos desempregados/excluídos do processo produtivo formal capitalista. Estes vêm na possibilidade da conquista da terra uma chance para mudarem suas vidas e construírem uma história de vida com melhores condições de sobrevivência (FERNANDES, 2009).

A importância da luta para o processo de recriação do campesinato pode ser comprovada pelo aumento do número de territórios camponeses no campo brasileiro. Pensando a complexidade da questão da reprodução do campesinato na atualidade brasileira, como parte inerente ao processo desigual e contraditório de desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo brasileiro, também, temos que analisar o processo de lutas do campesinato, tendo em vista que é notório que estes, por meio da luta pela terra, estão conseguindo retornar aos seus territórios. Dito outra forma:

[...] ou compreende dessa maneira que o interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-à a ver muitos autores afirmarem que os camponeses, estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitos lugares do território brasileiro Brasil [...] (OLIVEIRA, 2004a, p. 35).

Sendo assim, o foco de nossa análise, a partir do Paradigma da Questão Agrária proposto por Fernandes (2009), está relacionado com os processos de destruição e recriação camponesa e seus territórios no interior do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista no campo e da luta camponesa para permanecer em seus territórios - terra de trabalho (MARTINS, 1981), ou mesmo, para retornar aos seus territórios (reterritorialização).

[...] Entende-se dessa maneira que o foco do método do paradigma da questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (FERNANDES, 2009, p.20).

Vejam os por uma outra visão que esta resistência camponesa significa que a “[...] (re) criação não pode ser entendida pela unilateralidade do capital, é na luta cotidiana pela terra e é na terra que o camponês tem garantido sua permanência como classe peculiar [...] (ALMEIDA, 2003, p.73). Essa ótica compreendida pelos autores da vertente camponista do Paradigma da Questão Agrária tem como base as posições teóricas, políticas e ideológicas engendradas por Karl Marx e Friedrich Engels acerca das contradições de classes presentes na sociedade capitalista, mas, também a possibilidade e necessidade de transformação social por meio da luta conduzida pelas classes subalternas. Na análise defendida por Karl Marx e Friedrich Engels, estes afirmam que são as condições materiais que condicionam o ser social, e não o contrário, eles nos trazem a práxis para o centro do pensamento emancipatório.

Faz-se necessário compreender que os sujeitos que vivem de maneira interdependente em uma sociedade constituída por um antagonismo de classes que comandam o processo histórico. Daí, a famosa afirmação de Karl Marx: “o motor da história é a luta de classes”. É a luta de classes que produz o conflito e as contradições que mobilizam os sujeitos, dando a história uma dinamicidade interminável (ALMEIDA, 2006). O que temos, então, na realidade concreta, é uma relação dialética em que existe um processo de condicionamento, mas, ao mesmo tempo, e mais

importante, existe a potencialidade da ação dos sujeitos que permite a superação destes condicionamentos, pois apesar dos sujeitos produzirem a história, os mesmos o fazem em condições impostas. Os sujeitos possuem uma prática social condicionada pelas estruturas macroeconômicas e políticas dominantes. Estes condicionamentos foram definidos por Karl Marx como sendo fruto da ideologia dominante que sustenta a alienação, a coisificação e a subordinação das relações de trabalho ao domínio do capital. Dessa maneira, existe uma etapa importante a ser cumprida para a concretização da luta dos sujeitos, que é a construção da consciência a partir da práxis dos sujeitos. Somente por meio desse processo é possível ocorrer a emancipação. Logo, a construção de outra realidade se faz por meio da relação dialética: reflexão – ação – transformação, que sintetiza a construção da práxis. Participam dessa interação dialética a construção e a disputa de territórios materiais e imateriais que resultam na realidade concreta existente.

Entende assim na teoria de Karl Marx, que a possibilidade concreta para a ruptura com o capital está dada nas próprias contradições da realidade, que ao criar a oposição de classes, e produzir uma classe opressora e uma classe oprimida, conduz, dialeticamente, a formação de sujeitos com capacidade revolucionária de se revoltar contra as condições na qual se encontram submetidos, pois a mesma está diretamente ligada à produção de sua própria vida material. É nesta perspectiva que no Manifesto do Partido Comunista, Karl Marx, convoca todos os explorados do capitalismo para lutarem coletivamente pela superação do capital e a construção de outra sociedade mais igualitária.

4.1.1 Agricultura Familiar e Associativismo

O associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições dentro da perspectiva da agricultura familiar.

Compreendendo que o associativismo e o cooperativismo pela via popular, sua organicidade ganha expressividade a partir das iniciativas dos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que por sua dimensão política buscou enfatizar a organização da cooperação no plano das relações de trabalho empreendidas internamente aos assentamentos rurais.

Entendendo que a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que representa a institucionalização do sistema cooperativista tradicional que, via de regra, corresponde aos interesses dos produtores rurais capitalistas e constituintes do agronegócio, foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) pelo MST: Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para competir no mercado.

Pode-se dizer que a cooperação somente foi institucionalizada no âmbito do MST na medida em que a pressão social dos assentados conquistou as linhas oficiais de crédito para o financiamento da produção, cujo repasse só é efetivado através de entidades jurídicas que os representem junto ao Estado. A institucionalização foi condicionada por uma imposição do Estado, como forma de controlar o repasse dos recursos financeiros, legalmente destinados à Reforma Agrária. Assim, favorecidos pela Constituição Federal de 1988 e convencidos da necessidade de formalizar um sistema cooperativista alternativo ao existente representado pela OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – os assentados criaram em 1992 a CONCRAB. (SCOPINHO, 2006, p. 9).

A partir dos fins da década de 1980 e no decorrer da década de 1990, começa a adquirir relevância na organização coletiva da sociedade rural, o modelo de associações agrícolas que embora similar ao cooperativismo agrícola, deste difere em vários aspectos formais, institucionais e legais, conforme salientado por Araújo (2005).

Diante dos aspectos e elementos principais que impulsionam os produtores familiares a optarem pelas associações como via institucional mais adequada às suas organizações podem ser destacados em duas prerrogativas, quais sejam:

- **Responsabilidade da condução administrativa recai sobre a diretoria:** no caso de endividamento e/ou falência da associação cabe aos dirigentes a busca de soluções para sanar tais problemas, ao contrário das cooperativas em que todos os cooperados são co-responsabilizados conforme a cota-parte. Tal prerrogativa a priori inviabiliza a ascensão de dirigentes oportunistas e/ou mal intencionados que eventualmente possam desviar recursos da entidade;

- **Inexistência de cargos remunerados aos dirigentes**: desonera a entidade da criação de estruturas orçamentárias mensais para pagamento de salários aos dirigentes, bem como evita a “profissionalização” nos moldes das cooperativas e sindicatos.

Uma análise para comparar o associativismo com o cooperativismo foi realizada e é apresentada na Quadro 4.

Quadro 4 - Análise para comparação do associativismo e cooperativismo

Critério/Organização	Associação	Cooperativa
Definição	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil sem fins lucrativos
Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvimento sua atividade produtiva.
Amparo Legal	Constituição Federal (Artigo 5º). – Código Civil	Constituição Federal (Artigo 5º). Código Civil. Lei 5.764/71
Mínimo de pessoas para constituição	Mínimo de 2 pessoas físicas e/ou jurídicas	Mínimo de 20 pessoas físicas (exclusivamente)
Formação de capital social	Não há	Cotas-partes
Geração de receita	Taxas, doações, fundos e reservas	Atividade específica
Formação de gestão	Cada pessoa tem direito a um voto	Cada pessoa tem direito a um voto
comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários

Área de ação	Limitada a seus objetivos	Limitada a seus objetivos e disponibilidade de participação dos sócios
Retorno dos resultados	Não há. Eventuais sobras são incorporadas ao patrimônio	Conforme decisão da Assembléia Geral e proporcional às operações realizadas pelos cooperantes
Responsabilidade	Da diretoria	Proporcional capital subscrito
Renumeração dos dirigentes	Não há. Ressarcimento de despesas	Podem receber pró-labore, conforme definição da Assembléia Geral
Destino do patrimônio em caso de fim da entidade	Os bens remanescentes na dissolução ou liquidação deverão ser destinados, por decisão da Assembléia para entidades afins	Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas

Fonte: Adaptado do Sebrae (2014).

Compreendendo as diferenças do associativismo e do cooperativismo, elas se constituem na sua base no espaço rural e são diversas as interpretações acerca dos motivos que levaram ao crescimento da organização dos produtores rurais em associações quando se adequam ao conceito jurídico normativo. Dentre a diversidade de compreensões, Pinheiro (2001) destaca que, via de regra, a organização de produtores está relacionada a temas como,

A obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava que a luta pelo acesso ou permanência na terra não resolvia definitivamente a situação precária de grande parte dos lavradores no país. (PINHEIRO, 2001, p. 339).

Percebendo o avanço do associativismo e controlar os rumos da sociedade civil, o Estado passou a incentivar a participação do produtor rural, estimulando-o a se organizar em associações que permitissem integrá-lo de forma competitiva ao mercado. Assim, seguindo os postulados do Banco Mundial – principal financiador do Estado brasileiro - as Políticas Públicas de fomento ao produtor rural passaram a ser vinculadas à sua participação em associações.

Deste modo, as associações de produtores rurais foram adquirindo cada vez mais relevância no espaço rural brasileiro, tanto pela possibilidade de obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quanto pela necessidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais.

As associações, bem como as cooperativas que ainda permanecem organizadas na perspectiva da agricultura familiar – sobretudo nos assentamentos rurais, vêm se articulando como importante estratégia de reprodução. A reprodução dos produtores familiares pode ser entendida em suas múltiplas dimensões, que abrangem desde a economia, a política, o social até a cultura.

É importante frisar o entendimento acerca do conceito de estratégia, tendo em vista a multiplicidade de compreensões que o cercam. Neste sentido, estamos nos apoiando na concepção de Antuniassi et al. (1993) que parte do

[...] pressuposto que existe um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais por mais desencontradas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica. (ANTUNIASSI et al. 1993, p. 126).

A multidimensionalidade das estratégias das associações pode ser atingida objetivamente a partir do momento em que o nível de participação for organizado numa perspectiva estrutural que garanta um determinado grau de autonomia e/ou empoderamento do aparelho estatal, na perspectiva do que alguns autores compreendem como controle democrático da sociedade sobre o Estado. Neste patamar, as associações não se restringem meramente a ter acesso ao crédito ou tecnologias, mas sim a busca e a garantia de direitos do grupo na correlação de forças e poder perante outros segmentos da sociedade.

Sabemos que a sociedade está organizada por grupos sociais que pertencem e representam diferentes interesses de classe. Assim, na correlação de forças intrínsecas a dinâmica da sociedade

existe àqueles que se empenham em transformar ou manter posições em relação aos investimentos de capital, acesso a tecnologia, dentre outros, conforme nos remete as ideias de campos de força de Bourdieu (1998).

Pensando nessa perspectiva, as associações na medida em que permitem a identidade coletiva do grupo em torno de uma ou várias reivindicações podem fazer

[...] ressurgir como campos de força, também chamados de campo político ou “espaço público”, o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de idéias e pessoas e a identidade grupal. Associações e cooperativas exercem paradoxalmente esse poder. Tanto elas podem constituir um campo de força em favor dos interesses do trabalhador, como um ambiente de alienação. Para entendê-las é preciso enxergar como elas elaboram e exprimem seus interesses coletivos, o modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais. (LISBOA, 2001, p. 209).

A necessidade de compreender um todo da associação é fundamental para que ela possa resistir às adversidades. Via de regra, quando não são supridas as necessidades imediatas, como acesso a recursos financeiros ou melhoria da comunidade local, o grupo tende a se dispersar, aumentando a sua debilidade face ao aparelho de Estado e/ou grupos de poder que consideram a organização popular uma ameaça.

Assim, a capacitação permanente atrelada ao processo de conscientização política são elementos fundamentais para sedimentar o pertencimento do indivíduo ao grupo no qual está circunscrito. Portanto,

[...] as reuniões, os encontros, as propostas e os enfrentamentos ou confrontos dos grupos com outros grupos são constitutivos de uma identidade coletiva. Neles, os trabalhadores começam a se dar conta do estado de injustiça em que se encontram e de que enfrentam problemas afins. No grupo encontra força e resistência e o indivíduo se fortalece e reconhece que seus direitos tornam-se as suas próprias leis. (LISBOA, 2001, p. 278).

Diante do exposto, torna-se relevante e salutar o aprimoramento da organização associativa, sobretudo, a partir do maior engajamento, interlocução e, principalmente, a aproximação entre estes grupos sociais, que na realidade estão submetidos à mesma lógica hegemônica de apropriação dos recursos produzidos por estes produtores familiares, na medida em que àqueles que não se inserem e/ou não acompanham a competitividade imposta pelas formas assumidas pelo capital para

controlar o espaço rural na atualidade, acabam sendo expropriados, caso não desenvolvam estratégias de (re)produção socioeconômica.

Segundo Bourdieu (1998) as formas utilizadas pelos sujeitos sociais não devem ser reduzidas à dimensão econômica, tendo em vista que mesmo que objetivamente as ações sejam orientadas para a obtenção do lucro, por meio do êxito na atividade econômica, subjetivamente, estes sujeitos sociais podem contemplar dimensões que ultrapassam a materialidade econômica.

Fazendo análise da compreensão do associativismo rural, pode-se inferir que na organização de uma associação, mesmo que os produtores familiares objetivamente vislumbrem a produção econômica, subjetivamente eles podem alcançar a reprodução social do grupo e, conseqüentemente a dinamização da unidade familiar que cada sujeito pertence.

Faz-se necessário compreender e pensar em formas de aproximar os grupos sociais em questão e, por conseguinte, reencontrar os projetos político-ideológicos destes sujeitos sociais que conduzem o processo produtivo no meio rural, tendo como principal trunfo a força do trabalho familiar.

4.1.2 Agroecologia e economia solidária para o desenvolvimento

Com o novo sistema político internacional e brasileiro, com o avanço de políticas de corte neoliberal, obriga os movimentos sociais a seguir com resistência e manter uma lógica organizacional do trabalho junto aos grupos e coletivos tanto urbanos como rurais para continuar enraizando sua ação política nos territórios. A tomada do poder pelas forças reacionárias na política brasileira após o impedimento da presidenta Dilma Roussef no ano de 2016, com especial atenção para a bancada ruralista, coloca em cheque a capacidade dos movimentos sociais do campo e de agricultores e agricultoras familiares de fortalecer e aperfeiçoar seus processos de resistência no âmbito comunitário.

Nesse sentido, nos últimos anos, diversos eventos e lutas contribuíram para evidenciar as complexas articulações existentes entre processos econômicos, ecológicos, políticos e sociais, não somente em nível global, mas em diferentes escalas territoriais. A agroecologia e a economia solidária se apresentam com mais força como alternativas realizáveis por parte dos sujeitos do campo e da cidade. Guardadas algumas diferenças em relação à dimensão organizativa desses

sujeitos, ambos os movimentos se comunicam em boa parte das práticas, principalmente no que se refere aos processos de construção de mercados agroecológicos e solidários e às estratégias de garantir o Direito Humano à Alimentação de indivíduos e comunidades, tanto no campo como na cidade.

Diante das necessidades de inserir uma produção agroecológica e baseada numa forma sustentável, por conta das ações humanas, essas relações entre economia, sociedade e meio ambiente adquiriram centralidade no debate internacional sobre mudanças climáticas. O IV Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas mostrou-se suficientemente contundente ao afirmar que uma parcela considerável do aumento observado na temperatura média global desde meados do século XX provém de uma elevação da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta, de origem antropogênica (IPCC, 2007, p. 72).

As grandes mudanças climáticas ocorridas e as transformações globais em curso contribuíram para refletir uma série de temáticas que abordasse, essas questões atuais. Nessa discussão, vêm sendo pautados por dois campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas: a economia solidária e a agroecologia para romper contra essas questões que preocupam o meio social. Ambos possuem uma trajetória recente de articulação em nível nacional. O I Encontro Nacional de Agroecologia ocorreu no Rio de Janeiro em 2002, ano em que também foi realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo.

De maneiras diferentes, esses movimentos que muito frequentemente se identificam como redes de redes, espaços de articulação e diálogo ou articulações de movimentos sociais e organizações, têm chamado atenção para uma problemática que se projeta muito além das discussões sobre a “geração de trabalho e renda” ou a “viabilização econômica da agricultura familiar”, ao colocarem em sua agenda uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de modos de vida sustentáveis com viés agroecológico.

Nessa lógica,

Um modo de vida é ambientalmente sustentável quando mantém ou melhora os recursos locais e globais dos quais depende, trazendo benefícios também a outros modos de vida. Um modo de vida é socialmente sustentável quando consegue resistir e recuperar-se de estresses e choques, tornando-se capaz de prover as próximas gerações (CHAMBERS; CONWAY, 1991, p.1).

As experiências adquiridas e que são vivenciadas pelos empreendimentos de economia solidária e pelos camponeses e agricultores familiares que hoje manejam seus sistemas produtivos a partir de um enfoque agroecológico, com seus desafios e contradições, apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais.

Entendendo a agroecologia como uma ciência “que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), podemos afirmar que este também é um conceito polissêmico e em construção. Os sentidos teóricos e práticos que a agroecologia tem assumido indicam, num primeiro olhar, um caminho contra-hegemônico do fazer humano no planeta no que se refere à produção animal e vegetal.

Estas práticas, ao mesmo tempo em que possuem elementos de crítica às formas de organização social dominantes, buscam garantir a sobrevivência de alguns milhares de trabalhadores no contexto de uma economia capitalista. Elas ampliam seu significado se forem pensadas na perspectiva histórica de uma sociedade que começa a enfrentar visíveis impasses nas relações dos homens entre si e destes com a natureza, em uma trajetória na qual períodos de crescimento econômico não foram capazes de alterar, de forma substantiva, a estrutura de direitos de propriedade sobre recursos e serviços ambientais.

No marco desse histórico, entendemos que as estratégias orientadas à promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível) (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.76)

Essas maneiras diferenciadas também são encontradas na economia solidária quando propõem a construção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação e na solidariedade dos povos que lutam pelo resgate da relação ser humano-natureza, em que a recuperação e a preservação dos ecossistemas naturais seja o princípio de toda atividade produtiva.

Uma outra questão em discussão é a importância do território para o fortalecimento das práticas de agroecologia e de economia solidária. Para os dois movimentos, o debate sobre o modelo agroalimentar tem que articular necessariamente a soberania alimentar, a emancipação

econômica de trabalhadores nos territórios, a promoção da saúde pública e a preservação ambiental. Nesse âmbito, compreende-se o território como elemento formador de identidade e, assim, concordamos com Milton Santos (2002, p.10) que afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Entretanto, seja entendido que a ideia de território não se restringe apenas àquela da escala nacional associada com o Estado enquanto instância gestora. Territórios existem e podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, tanto espaciais como temporais. Assim, podemos identificá-lo desde uma dada rua a uma dada configuração regional, ou ainda a partir de um dado recorte temporal de dias até séculos (CALDART, 1995).

As articulações entre agroecologia e economia solidária se faz necessário a partir da estratégia das experiências de articulação em redes e circuitos de comercialização que conectam em diferentes níveis (do local, ao nacional) a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, entre outros. Neste sentido, um grande desafio é a concepção de mercado que orienta as ações das iniciativas vinculadas aos dois movimentos. Tygel e Schmitt (2009, p.121), diz que:

agroecológicos, seja para os produtos da economia solidária, coloca no centro do debate algumas questões cruciais incluindo: (i) normas e critérios de enquadramento e seus possíveis impactos sobre práticas de comercialização já existentes; (ii) a capacidade desses novos mercados de garantir (ou não) a inclusão de grupos e produtores(as) com menor capacidade de mobilização de recursos políticos, econômicos e organizacionais; (iii) as relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, na gestão compartilhada desses mercados; (iv) a interação entre esses nichos ou segmentos de mercado e lutas mais abrangentes contra as diferentes formas de exploração do trabalho humano e dos recursos naturais impostas pelas relações mercantis capitalistas.

Aqui podemos considerar também os mercados de compras institucionais que atualmente constituem um canal importante e fundamental para garantir o direito à alimentação. O incentivo do governo para que os pequenos produtores produzam de maneira sustentável e ambientalmente correta se apresenta como um aspecto fundamental não somente para a geração de trabalho e renda,

mas também para ampliar o acesso a alimentos de boa qualidade, culturalmente adequados e a preço acessível. Interessa ressaltar que os programas Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE contribuem à diversificação da produção e para a melhoria da qualidade dessa produção para o auto-consumo na mesma lógica dos espaços de comercialização solidaria.

4.1.3 Associativismo e agroecologia no contexto da educação do campo

Compreender o associativismo em suas amplas dimensões, seja ela na perspectiva formal ou informal, proporcionará condições para que o agricultor possa produzir dentro da perspectiva agroecológica e de forma sustentável. Nesse sentido, precisamos compreender que a Educação do Campo são os sujeitos do campo, no seu comportamento, na sua identidade para reafirmar a importância destes no processo de um desenvolvimento rural que seja baseado nas suas demandas. Essa concepção envolve uma educação que venha contribuir para o sujeito autônomo, emancipador e democrático.

Assim sendo, os indivíduos se tornem protagonistas das suas lutas e das suas vitórias. É pensar a educação do campo, e para os sujeitos do campo, mas sem perder de vista a totalidade social., passando a assimilar melhor as técnicas agrícolas e administrativas, participando e interferindo, positivamente, no processo de comercialização. A agricultura em grupo proporciona condições para obtenção de resultados na economia de escala, na participação e capacitação, na utilização de máquinas e equipamentos, na oferta de trabalho, na preservação do meio ambiente, na estabilidade e renda, assim como, na utilização dos escassos serviços públicos.

Mas para compreender a agroecologia, o associativismo e a educação do campo, traremos tais perguntas para obtenção de respostas: de fato quem são esses sujeitos do campo? Trabalhadores e trabalhadoras do campo, ou seja, camponeses (e suas diferentes denominações, como, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, colonos, extrativistas, dentre outros), quilombolas, indígenas e assalariados vinculados à vida e ao trabalho no campo mas, principalmente, movimentos e organizações sociais do campo das quais fazem parte ou de alguma forma estão ligados (CALDART, 2015).

Nessa perspectiva de conhecer o campo como viés agroecológico, Neto (2013) afirma em seu texto que agroecologia é um campo que compreende diferentes práticas sociais de caráter essencialmente emancipatório, contribuindo com as discussões que estão sendo desenvolvidas. Sendo assim, percebemos essas dimensões que a agroecologia abarca para pensar essas novas relações sociais necessárias à produção da vida humana.

Já fazendo referência ao campesinato pode se afirmar que os sujeitos são protagonistas do processo de consolidação da agroecologia e ruptura com o modelo de produção adotado hegemonicamente. Tal fato nos remete dizer que sendo uma categoria histórica, parte da classe trabalhadora, o campesinato reúne as condições de discutir a produção dessas novas relações sociais com base na sua relação com o trabalho, como atividade criativa essencialmente humana.

Os agricultores camponeses apresentam um conjunto aprofundado de conhecimentos sobre a produção, sobre a conservação dos solos e adubação, esse domínio do processo produtivo, que é a forma de controle nas linhas de produção do capital, torna-se elemento de autonomia para o camponês, na medida em que, supera a alienação gerada pela divisão do trabalho (NETO, 2015, 255).

Ainda que haja nesta sociedade capitalista, sucessivas políticas de expropriação do campesinato, como forma de dominação do agronegócio, o camponês se forja na sua intrínseca relação homem natureza, com o trabalho como mediador deste processo.

Para Santos (2011, p. 27), o Estado brasileiro se torna refém da agricultura e da burguesia agrária, classe social que detém o controle das terras, dos meios de produção, da renda e da riqueza socialmente produzida no campo; e devido a essa posição de classe, a burguesia agrária possui também a facilidade de articular investimentos públicos e privados na grande agricultura desenvolvida no país já que também mantém controle sobre o próprio Estado. O fato de as commodities garantirem saldo na balança comercial faz com que o Estado brasileiro financie cada vez de maneira mais vultuosa.

Para o autor,

O Estado brasileiro sempre foi um dos grandes injetores de volumosos recursos públicos na agricultura, alavancando assim uma espécie de pesados subsídios a este setor, relegando à agricultura familiar-camponesa, migalhas do orçamento muitas vezes não acessado devido ao amontoado de burocracias e ausência de uma política de créditos voltados a atender as reais demandas da pequena agricultura familiar-camponesa apontada como a responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela sociedade (SANTOS, 2011, p. 26).

Diante dessa conjuntura estrutural, observamos numa outra vertente que o campesinato vem ocupando espaços e se apropriando historicamente da agroecologia, na sua forma de lidar com a terra, com os recursos naturais, com os instrumentos de trabalho ofertados pela natureza, com o manejo da biodiversidade, a utilização da tecnologia, e, principalmente, com seu jeito de trabalhar integrando a família e a comunidade em formas cooperadas e associadas de trabalho e na própria condução deste fazer.

O campesinato, através da agroecologia é capaz de recuperar o metabolismo existente na relação do homem com a natureza, condição vital para sua sobrevivência. Essa condição nos permite apontar a agroecologia como ciência e matriz produtiva para o campo, com o intuito de avançar na consolidação de agroecossistemas diversos de produção de alimentos, contribuindo para a restauração de relações de trabalho entre ser humano e natureza, e ser humano com ser humano, que tenham como princípio educativo o trabalho e propiciem processos de desenvolvimento com base na emancipação humana.

Esses atores são determinantes para as suas gerações, principalmente, organizados por meio dos movimentos sociais do campo, e se destacam na produção dos conhecimentos tradicionais oriundos do conhecimento de seus territórios. São trabalhadores que historicamente têm o acesso negado aos direitos sociais, e, principalmente, à educação. E que, apesar de tudo, continuam resistindo em seus territórios, produzindo e reproduzindo a vida e o trabalho no campo.

Dentre os movimentos sociais do campo que se destacam na organização do campesinato brasileiro atualmente, mencionamos o que tem mais visibilidade nacional e internacionalmente - o Movimento Sem Terra – MST. Santos (2013) afirma que as lutas desenvolvidas pelo MST são organizadas como ações coletivas das massas, a exemplo das marchas, passeatas, mobilizações, ocupações de órgãos públicos, encontros, seminários, congressos. Os seus princípios foram definidos no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, em 1984, quando ele se tornou, efetivamente, um movimento social de caráter nacional. Porém, o Movimento foi se atualizando de acordo com a conjuntura política nacional que delinea cada momento histórico, sendo que, é nos Congressos Nacionais que seus objetivos de luta são rediscutidos e contextualizados a cada cinco anos.

Assim, entendemos que é preciso pensar uma proposta para o campo que venha a superar a dicotomia entre rural e urbano, e as injustiças que acontece com o homem do campo a exemplo da falta de políticas para a valorização da cultura local e dos sujeitos pertencentes desse espaço para promover a cidadania e sua identidade. Em relação à cidadania toma-se como conceito base para pensar a promoção da cidadania a ideia de Gentili (2000, p. 154-155):

[...] a formação da cidadania supõe a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir e também, é claro de submeter à crítica os valores, as normas e os direitos morais pertencentes a indivíduos, a grupos e a comunidade, inclusive os seus próprios. Sem uma prática efetiva de autonomia por parte do sujeito moral, não há possibilidades alguma de construção de uma moralidade autônoma.

Na pesquisa realizada por Santos (2010) sobre movimentos sociais do campo, a autora verificou que a organicidade do MST difere de forma significativa da que é exercida pela burocracia estatal, principalmente, porque no Movimento, teoricamente, as decisões são tomadas coletivamente, de maneira horizontalizada e dialógica. Além disso, observou-se que as regras a serem seguidas obedecem à dinâmica do Movimento de acordo com cada conjuntura apresentada, não sendo possível a existência de estatutos ou leis externas que regulamentem os comportamentos dos sujeitos, pois a cada objetivo político/ideológico que surge, necessita-se de novas discussões nos coletivos, espaços de discussões e deliberações internamente, onde todos podem manifestar as suas opiniões e votar nos encaminhamentos construídos coletivamente.

Na afirmação de Santos (2010), a autora concluiu que a categoria “burocracia” não dá conta de explicar o funcionamento e desempenho de funções no MST. Para tanto, foi engendrado o termo “Racionalidade Coletiva”. A autora ainda conclui que na gestão forjada pelo Movimento, tal conceito pressupõe que existe organização e sistematização, porém com base no diálogo e nas deliberações do coletivo, cujo objetivo maior é a luta pela transformação social, e não a relação custo-benefício subjacente à burocracia estatal.

Desta forma,

Quando se sugere o termo Racionalidade, leva-se em conta a organização necessária de documentos, divisão de tarefas em cada planejamento,

sistematização de material pedagógico e administrativo, cobrança na execução das tarefas. O termo Coletiva está voltado para a forma como são tomadas as deliberações sempre nos coletivos, bem como a identidade coletiva construída politicamente pelas suas ações coletivas. (SANTOS, 2010, p. 153).

A gênese do MST articula-se na luta pela terra, mas o mesmo tem produzido forças, na construção de um projeto maior de transformação do meio social. E um projeto de sociedade precisa ter como um de seus princípios básicos, a educação para a classe trabalhadora em contraposição à educação existente.

Nessas análises, podemos afirmar que o MST é fruto das lutas e do amadurecimento político/ideológico dos sujeitos envolvidos com as disputas pela terra no campo brasileiro. Porém, o MST vai além desse embate pela terra, pois, de acordo com um dos seus dirigentes, “o Movimento tem três frentes de luta: quebrar as cercas do latifúndio, quebrar as cercas da ignorância e fazer a transformação social” (SANTOS, 2010). Uma das frentes de luta dos movimentos sociais do campo, principalmente do MST, tem sido a educação, intitulada de Educação do Campo. Esta começa a ganhar força após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado em 1997, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A partir daí, foram realizadas conferências nacionais por uma Educação Básica do campo em 1998 e 2004, como forma de resistências, nas quais participaram como por exemplo: os movimentos sociais, sindicatos, instituições públicas e organizações não governamentais.

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datada. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002 (CALDART, 2012, p.260).

A Educação do Campo trata da especificidade dos trabalhadores do campo, mas não perde de vista a totalidade social, afinal, ao se colocarem como sujeitos de resistência e luta para a articulação necessária com a cidade, ou seja, com todos os trabalhadores. Pensando em uma transformação social da realidade atual, colocam em confronto as relações sociais capitalistas.

Ela é um movimento real de combate ao atual estado de coisas: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de

política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2010, p.20).

Muitas foram as lutas para que as Políticas Públicas fossem conquistadas ao longo desses mais de 20 anos de articulação, sendo garantido, pelo menos em decretos, resoluções e leis, a inclusão da Educação do Campo como uma modalidade de ensino na Educação Básica, o que faz com que municípios e estados precisem levar em consideração ao pensarem seus sistemas de ensino, como se apresenta abaixo:

- A Lei de Diretrizes e Base nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- A Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas de Campo.
- As Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo – Caderno de Subsídios do Ministério da Educação, 2004.
- A Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
- A Lei 10.172, de 09 de Janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação decênio 2001 – 2010.
- O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- A Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- O Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de Abril de 2010, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação decênio 2014-2024, dentre outras.

Ainda foram criados, através do MEC, programas como o Projovem Campo Saberes da Terra, Escola Ativa (cancelado), Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo),

Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), exclusivos ou não, mas que atendem ou atenderam as populações do campo.

Foi perceptível observar os diversos avanços e conquistas para o Campo, pelo menos no sentido de dar visibilidade a esta luta e de reconhecer que a Educação do Campo é a possibilidade de garantir a igualdade negada historicamente para os trabalhadores do campo como sujeitos de direitos, precisamos salientar que o Estado nesta sociedade se move pelos interesses do capitalismo.

Diante dessa contradição é necessário analisar a Educação do Campo para além da educação e do próprio campo. O Estado pode ser parceiro no sentido de ser financiador de políticas de desenvolvimento social, porém, nesta sociedade capitalista ele se comporta como propagador dos interesses de uma classe, que não são os trabalhadores, mas sim, a burguesia. Então, ele passa a atuar como em uma arena da luta de classes, conciliando os interesses em disputa. Nesse viés ideológico, as ordens estabelecidas pela política capitalista é controlar as formas de reação da sociedade.

Essas medidas serão decisivas para garantir a permanência do pequeno proprietário rural na terra, sendo uma forma da permanência do homem do campo, reduzindo o fantasma do êxodo rural, que agrava drasticamente o desemprego, estimulando a marginalização e a criminalidade.

CAPÍTULO V

5 TRATAMENTO E ANÁLISES DOS DADOS

Após a coleta de dados na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB (Figura 5), por meio de análise documental e questionários, estes foram transcritos e, a partir desse momento, distinguimos entre o que os sócios projetistas disseram nos questionários de perguntas abertas. Nesse sentido, fez-se necessário também uma busca das categorias que dialogam com a temática na Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES, que foram: Educação não formal, Associativismo, Educação não escolar e Educação popular.

Em relação ao tratamento dos dados que foram obtidos no decorrer da pesquisa de campo, achamos necessário incluir nos questionários 02 pessoas da sociedade civil. Uma foi a vereadora do município de Riacho de Santana BA, que vem pesquisando as associações, inclusive, a da APAB, e contribuindo para implementação de algumas Políticas Públicas no município e na regularização dessas associações. A mesma será identificada nos dados da pesquisa por meio do termo “Vereadora”. A outra pessoa identificada por “Funcionária da SDR” inclusa no questionário foi a funcionária da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SRD do estado da Bahia que também tem feito esses trabalhos juntamente com a referida vereadora e o Partidos dos Trabalhadores – PT no município pesquisado. A razão para a inclusão desses sujeitos está relacionada aos trabalhos realizados por eles na sociedade civil. Esses trabalhos apresentam dados relevantes para as pesquisas de associativismo no município, conforme demonstraremos .

Os outros sujeitos da pesquisa para os quais aplicamos questionários foram os sócios projetistas, a direção e o elaborador dos projetos da APAB, para saber como acontece esses projetos e o que é necessário para melhorar. Lembramos que sócios são pessoas associadas à APAB e não trabalham nos projetos. Já sócio projetistas, como o próprio nome nos diz, são pessoas que são sócias e ainda trabalha com os projetos na Associação. Nesse sentido, é necessário trazer as falas desses sócios projetistas que atuam na associação para entender a realidade, as peculiaridades dentro desse espaço e as variáveis formas de se relacionar.

Observamos na figura 5 abaixo, a sede dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, onde os dados da pesquisa foram coletados e apreciados para entender melhor a realidade daquele espaço e como é organizada as práticas associativas.

Figura 5 - Imagens da sede da Associação dos Pequenos Rurais de Pau Branco/ no município de Riacho de Santana/BA.



Fonte: APAB (2019).

5.1 Dados quantitativos dos sujeitos da APAB

Vejam os dados abaixo no quadro 3 os dados coletados e as informações dos sócios projetistas que são associados na APAB. Os dados quantitativos, apresentam números atualizados desses atores e bem como alguns direitos e deveres para se manter sócio dentro da APAB. Nesse sentido, a pesquisa de campo possibilitou verificar as diferenças e as semelhanças entre os produtores no que se refere às variáveis dos números de sócios e projetistas, sexo, idade, renda, e participação na produção da APAB. Em geral, a associação e as atividades relacionadas se desenvolvem dentro da APAB e nas propriedades dos pequenos produtores. A associação objetiva-se principalmente ao incentivo da produção e à comercialização coletiva provenientes dos programas de Políticas Públicas para o associativismo e também da agricultura familiar.

Tabela 1 - Informações básicas sobre a Associação de Pau Branco

Número de Associados na APAB	105
Número de sócios ativos	65
Número de sócios inativos	40
Sexo feminino na APAB	63 Mulheres
Sexo masculino na APAB	42 homens
Número de sócios projetistas na APAB	60
Número de sexo feminino nos projetos da APAB	44
Número de sexo masculino nos projetos da APAB	16
Taxa de contribuição mensal na APAB	R\$ 2,00 reais
Taxa de contribuição dos sócios projetistas pelos projetos aprovados e executados na APAB	10%
Extensão territorial da sede na APAB	Aproximadamente um hectare

Fonte: APAB (2019).

A partir das informações disponibilizadas pela APAB, percebe-se um número maior de mulheres em comparação com os homens nos trabalhos realizados pela referida associação. Observa-se nesse contexto o protagonismo feminino no associativismo, pois elas passaram a se dedicar diretamente aos projetos que visam o desenvolvimento humano, por meio de ações que promovem a autoestima, autonomia, melhores condições de vida, cidadania, respeito à pluralidade, igualdade de oportunidades e inclusão social. Foi uma conquista importante das mulheres na APAB, uma vez que elas mostraram o potencial adquirido nas diversas atividades que foram aparecendo ao longo dos anos na APAB.

Nesse sentido, podemos compreender que a inserção das mulheres no mundo do trabalho requer um duplo movimento: em primeiro lugar, um esforço de compreensão do significado da participação estratégica dessa força de trabalho na produção e circulação da riqueza para as sociedades do presente – merece destaque especial a crescente importância da renda econômica

feminina no sustento de suas famílias, cujo aporte é fundamental para cobrir necessidades básicas e reduzir ou evitar condições de pobreza (em especial, entre aquelas com chefia feminina); em segundo lugar, o significado do trabalho para as mulheres que, para além de um direito, representa uma fonte objetiva e subjetiva de autonomia e realização pessoal para as mulheres, como bem sinaliza a Organização Internacional do Trabalho:

Assim sendo, o trabalho não é apenas um recurso econômico, mas também, como princípio educativo, de desenvolvimento de necessidades sociais, autoestima e espaços próprios. A maior participação feminina no mercado de trabalho e a geração de renda própria redundam também em um aumento do nível de autonomia das mulheres, maior satisfação com suas vidas e melhoria de seu poder de negociação no interior da família. Elementos culturais, como o reconhecimento de seus direitos e a maior presença de mulheres na esfera pública, o aumento de seu nível de educação e maiores expectativas de desenvolvimento autônomo, estão, também, por trás do aumento de mulheres no mercado de trabalho (OIT, 2009). Os dados coletados na APAB evidenciaram que o trabalho desenvolvido pela mulher é tão relevante como qualquer trabalho que é desempenhado por um homem em outras atividades.

5.1.1 Análise dos dados a partir dos questionários de perguntas abertas obtidos por meio de representantes da sociedade civil

Investigar os elementos que compõem a relação dos associados com o espaço associativo exige uma análise das especificidades do contexto onde se inserem, pois é a combinação de padrões urbanos e rurais que coloca aos indivíduos a ressignificação das experiências de trabalho e de vida (WHITAKER, 2002).

Algumas associações têm sido destaque no município de Riacho de Santana pela forma que tem conduzido os seus trabalhos. Nesse sentido, investigamos a procedência desse destaque, e percebemos que algumas pessoas da sociedade civil se dedicam para que isso aconteça, a exemplo de uma pessoa que exerce a função de vereadora. Assim, resolvemos acrescentá-la como sujeito da pesquisa para melhor compreender qual o papel que essa desempenha junto aos órgãos públicos para que as associações do município tenham êxito. Por isso, lhe foi feito o seguinte

questionamento: Que trabalho vem desenvolvendo como vereadora para ajudar as associações do município, em específico, a Associação de Pau Branco?

Segunda vereadora, “no município todas as associações estão legalmente criadas, porém, algumas sem as adequações ao Novo Código Civil e agora ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Para isso, já fizemos 17 assembleias em 17 associações para essa nova adequação” (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Para a Vereadora, pelas análises e acompanhamentos que tem feito nas associações de todo município, as associações mais desenvolvidas no aspecto jurídico, físico e organizacional são:

No município vem se destacando as associações de Pau Branco, Movimento de Mulheres Camponesas e de Santo Antônio. Esses acreditaram, investiram em formação, uniram, reuniram, ousaram e avançaram na construção de projetos com políticas de fortalecimento do associativismo, economia solidária, agricultura familiar e são destaque no município, principalmente, pela produção e comercialização. A associação dos Apicultores destaca-se na produção do mel, a associação de Terra do Arroz pela cadeia produtiva do leite e tantas outras que aderiram ao Programa Minha Casa Minha Vida como Mata do Sapé e Sambaíba Quilombolas da Serra, Associação do Agreste no Baixiu e do Pau Branco (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Percebemos um real avanço do associativismo no município de Riacho de Santana pela mobilização de representantes comunitários e de algumas pessoas da sociedade civil. As associações tem se preocupado com as condições devida de seus associados e nessa lógica do aspecto organizacional de associativismo e economia solidária, Singer (2010) traz a ideia de economia solidária como estratégia à atual crise do emprego, sem prescindir da intervenção do Estado, neste tipo de modalidade de trabalho alternativo ao capitalismo. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com a visão economicista que acredita que o desenvolvimento das forças produtivas no âmbito alternativo e livre dispensa a participação do Estado. Não é pelo fato de a economia solidária se constituir numa modalidade de trabalho autônoma, que passa por fora das relações capitalistas, que deva abstrair do fluxo das políticas públicas, como defende Gaiger (1999).

Esse tempo contemporâneo, conforme evidência Pochmann (2010, p.167),

Exige um novo movimento de constitucionalização do Estado em direção à maior eficiência e eficácia das políticas de segurança social [...]. Isto porque somente o imperativo da integração orçamentária e intersetorialização das Políticas Públicas articuladas por ações matriciais no plano territorial permitirão enfrentar, em novas bases, as mudanças socioeconômicas transmitidas pela transição para a sociedade

industrial. No Brasil de hoje há ainda mais de 1/3 da população que se encontra excluída das políticas de proteção social.

Buscou-se entender sobre o processo de emancipação dos sujeitos, e ao ser questionada se os trabalhos desenvolvidos e os avanços da educação na associação pesquisada, que trata-se de um espaço não formal, têm contribuído para a formação como sujeito emancipado, no questionário responde da seguinte maneira:

A educação não formal nos espaços informais ocorre num processo indireto e contínuo onde as pessoas recebem a formação e, sem perceber vão gradativamente acumulando saberes e tornando-se sujeitos emancipados. Houve uma época em Riacho em que muitas associações foram usadas pelo poder público para receberem benefícios. Tal atitude atrapalhou a vida de tais associações que ficaram inviabilizadas para funcionar, a ponto de terem que desfazê-las e constituir nova associação, isso só para ilustrar e dizer que hoje as nossas associações não caem mais nessa armadilha, por isso considero que a formação que elas recebem tornam seus membros sujeitos(as) emancipados. Outro fator que os(as) tornam emancipados(as) é a valorização que os governos do PT no estado vêm dando as associações com disponibilidade de acesso a editais para concorrerem a projetos diversos (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

É importante ressaltar que o associativismo viabiliza mais participação e espaços de diálogos entre a sociedade organizada e o poder público. A mobilização de um grupo de pessoas da comunidade para alcançar determinados objetivos fica muito mais fáceis e traz melhores resultados se for realizada em parceria com uma entidade associativa. É fundamental para o desenvolvimento de um município apoiar e valorizar as instituições já existentes ou estimular a criação de novas – o órgão público tem importante papel nesse sentido. Priorizando o atendimento coletivo, ele pode auxiliar a sociedade a se articular para buscar melhorias para os pequenos e médios produtores/agricultores daquele local.

Já no que diz a respeito aos aspectos financeiros das associações no município de Riacho de Santana, ao questionarmos, o sujeito da nossa pesquisa desferiu a seguinte afirmação:

Como cada uma foi criada sem fins lucrativos essas que avançaram mais buscam emancipar seus associados, investindo em projetos que contribuem para isto. Como é o caso de Pau Branco, Movimento de Mulheres Camponesas. Arapis (apicultores). Já a ABEPARS e AECOFABA dedicam a uma educação emancipatória através da pedagogia da alternância (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Embora a base fundante do associativismo sejam a solidariedade e a cooperação deve-se reconhecer que há outras formas de sociabilidade como é o caso do sentimento de pertença a uma

classe, a cultura local e o desenvolvimento coletivo. Nesse sentido Thompson (1987), afirma que há cidadania dos trabalhadores rumo ao seu desenvolvimento social, cultural e econômico.

Já a respeito da existência do trabalho alienado ou emancipado sobre os sujeitos da pesquisa, observando as contribuições da “Funcionária SDR”, a mesma respondeu a questão sobre trabalho com o seguinte pensamento:

O ciclo do Trabalho de Base, liderado pela igreja católica, com formação das Comunidades Eclesiais de Base e muitas dessas evoluíram para a constituição e formalização de Associações Comunitárias que traziam em seus anseios o fortalecimento do trabalho social, a cooperação entre os membros da comunidade, o trabalho coletivo (adjutório, ajuda entre os irmãos mais necessitados, a recepção do vigário para celebração de uma missa etc). Um outro ciclo que culminou na constituição de um grande número de associações (na década de 90 a 2000 mais ou menos), foi com a expansão da política de crédito rural, com financiamento pelo Banco do Nordeste, de projetos produtivos para associações rurais. Com isso foi liderado no município, um grande movimento para a criação de associações de produtores rurais com a finalidade exclusiva (com raras exceções), de acesso aos financiamentos de crédito rural. Vale ressaltar que devido à falta de objetivos claros e maior solidez no processo de constituição dessas associações, a maioria acessaram os créditos, e sem experiência em gestão (de associativismo ou do próprio crédito), não evoluíram, não aplicaram de forma adequada os empréstimos, se endividaram juntamente com seus sócios, vindo diluir posteriormente (Funcionária SDR, 2019).

Nos últimos anos, percebe um grande aumento de associações, dentro da cidade de Riacho de Santana – BA, estas (em sua maioria) com finalidades de acessar projetos governamentais seja por equipamentos agrícolas, também com projetos culturais e ambientais. Portanto, o associativismo no município possui diferentes finalidades, com concepções e diferentes níveis de organização e desenvolvimento. Nessa análise, a construção de uma cultura cívica parece tencionar e motivar a participação da sociedade civil nas questões públicas e, por conseguinte, a melhoria do desempenho dos governos.

Sobre este aspecto, a funcionária do SDR ressalta:

De alguma forma, a prática associativista contribui para a formação humana/coletiva dos seus membros, a prática do diálogo, do trabalho coletivo, do processo de informação contínuo, processo de formação quando desenvolvido, as práticas e manifestações culturais, o desenvolvimento de projetos de ocupação e renda entre os associados. Sendo assim, essas práticas sociais, são inerentes e bastante importante para à formação das pessoas como sujeitos humanos e solidários que participam desse processo nos espaços não formais (Funcionária SDR, 2019).

Importante observar categoricamente que as relações no espaço da APAB é um processo formativo, o diálogo promove o conhecimento e uma boa relação social. Isso concretiza o quanto esse espaço na APAB promove e direciona a educação não formal na perspectiva do crescimento e do desenvolvimento nesse local.

Assim, compreendemos que nessa discussão sobre o trabalho e a relação humana, Marx (1971) diz que o homem enquanto ser social está envolto em vários elementos, como razão, imaginação e trabalho. É isso que o diferencia dos animais, porque ele é capaz de articular esses elementos, constituindo-se enquanto homem (PAULO NETTO; BRAZ, 2007). O processo de alienação que Marx tanto fala, ataca esses elementos ofuscando a natureza do ser social. Nela o homem não se reconhece no próprio trabalho.

Dando continuidade à análise dos dados sobre o associativismo, ao questionarmos se a educação não formal que as Associações desenvolvem, tem contribuído para a formação humana como sujeito? o nosso sujeito disse:

Acredito que sim! Indiretamente as associações desenvolvem um trabalho de educação que tem contribuído para o protagonismo dos seus associados, tornando-os sujeitos da sua própria história, destacando na sua comunidade, em se tratando dos associados conscientes, já que tem aqueles que só visam benefício. A própria dinâmica dos projetos desenvolvidos por elas exige a organização do tempo. Ainda saliente que, daquelas que avançaram mais, observamos que as pessoas trabalham a partir de um cronograma elaborado por elas e que funciona direitinho onde trabalham em tempo igual com harmonia. Sabem aplicar o que ganham, basta ver a organização das casas antes e depois do projeto coletivo (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Diante da fala da Vereadora, é perceptível evidenciar que as Políticas Públicas inseridas na APAB, contribuíram não só com a formação social/humana, mas também com a questão da renda dos sócios que investiram na infraestrutura de suas casas com inovação e melhoramento sem contar com os investimentos nas propriedades agrícolas e na criação de bovinos que é também o grande potencial daquela comunidade.

Nesse sentido de analisar os sócios projetistas na questão humana, o objetivo a ser buscado pelo trabalhador não é a revolução política, mas a revolução social que supera a emancipação política, o Estado repressor e limitador. Sobre isto, afirma Marx nos seguintes termos:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a

pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 54).

A vereadora, ao ser questionada sobre as principais Políticas Públicas que tem contribuído significativamente para o associativismo, que chegam ao município de Riacho de Santana via do Governo Federal, Estadual e Municipal? faz a seguinte afirmação:

Através da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural) do estado a ABEPARS (Associação Beneficiária Promocional Agrícola de Riacho de Santana) e a AECOFABA (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia) foram contempladas com o programa RENIVA (Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária) do governo do estado que consiste na produção de mudas de mandioca para distribuição para os agricultores; também a instalação de um viveiro para produção de mudas de umbu gigante e maracujá do mato que estão sendo distribuídas para ex-alunos e agricultores; também a implantação da palma adensada para alimentação do rebanho, o programa do leite em duas comunidades. O PNAE é uma política que poucas associações têm acesso, o Minha Casa Minha Vida algumas já conseguiram acessar. O programa do CASA; de ÁGUA PARA TODOS. Muitas associações conseguiram as cisternas de captação, as de 16 mil litros, consideravelmente para consumo e as de 52 mil litros para produção de hortaliças nos quintais das famílias (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Em relação as Políticas Públicas inseridas pelo governo do estado, tanto em Riacho de Santana como na APAB, mostra grandes avanços das famílias na sua melhoria de vida. Nesse sentido, sobre a produção agroecológica através das políticas inseridas na APAB, Abramovay e Veiga (1999) apontaram para a emergência de um protagonismo da agricultura familiar a partir, principalmente, da implantação de Políticas Públicas como o PRONAF, PNAE e PAA. Isso se daria com a participação dos agricultores na elaboração, planejamento, implementação e avaliação de projetos de caráter municipal e comunitário, que são premissas desses programas.

Nesse viés de Políticas Públicas inclusivas, a análise da Funcionária da SDR (2019), sobre o mesmo assunto responde:

Venda da produção para Mercado Institucional: Projeto produtivo (construção e equipamento de agroindústria) para processamento de frutas e seus derivados; implantação de projetos para produção de mudas de umbu gigante e maracujá nativo; distribuição de mudas de palma; distribuição de mudas frutíferas e essências florestais; projetos de construção e limpeza de

aguadas; abertura e instalação de poços artesianos; luz para todos; construção de cisternas de produção; trator e implementos agrícolas; projetos de produção de apicultura; projeto de produção de leite; distribuição de alevinos; qualificação de pequenas barragens; participação em feiras da agricultura familiar; acesso a barracas de feira; assistência técnica e extensão rural; cisterna para captação de água de chuva para consumo humano; crédito rural; Documento de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica; Titulação de terras coletivas; Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais -CEFIR (Funcionária SDR, 2019).

Nessa lógica, conhecer o potencial da APAB e seus atores locais, é fundamental para o crescimento e a inserção de Políticas Públicas. Uma análise pautada nas relações estabelecidas entre cultura solidária, a política e o desenvolvimento local nas esferas públicas. Essa metodologia aplicada pela APAB, é um padrão associativo e de participação societal como um dos requisitos necessários à efetivação das novas associações no município e, por extensão, à consolidação da democracia.

Assim, Abramovay (1992, p. 22), “[...] entende de uma forma diferente sobre a produção sustentável, baseada na mercantilidade, uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Dessa forma, não se justifica estabelecer correlações históricas com a agricultura camponesa, pois a agricultura familiar é uma nova categoria gerada nas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas.

Na análise crítica de Fernandes (2001), o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-e-versa. Os teóricos da agricultura familiar defendem:

Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Sobre as associações dentro do município de Riacho de Santana, questionamos ainda: como têm sido essa produção agroecológica nos espaços não formais? De que forma produz e isso tem surtido efeitos para o meio ambiente? Para esse questionamento, obtivemos a seguinte resposta:

Na minha concepção, há sim uma produção agroecológica entre os(as) associados(as), nas suas propriedades trazendo grande contribuição para a preservação do meio ambiente. Um

exemplo é a propriedade do Senhor Nilton Agnelo conhecido como Galego, no Pau Branco que eu tive a oportunidade de visitar, também no Tanque de Claudiano a propriedade do Senhor Arnaldo dá gosto ver o seu desenvolvimento. Outra propriedade boa é a de José do Alecrim. Todos esses tiveram a influência da Escola Família Agrícola de Riacho de Santana (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

A Escola Família-Agrícola (EFA), de Riacho de Santana – BA, teve papel fundamental tanto para criação de Associações como também para o planejamento de pequenos e médios agricultores da região. Uma vez que com a pedagogia da alternância há a possibilidade do sujeito da aprendizagem incorporar-se na comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano, sem perder de vista as suas relações com a cidade. A formação integral dos alunos e a promoção do meio rural são os principais objetivos da Escola Família-Agrícola (EFA), sendo que se busca como fundamental interagir escola-família, articulando esses dois ambientes como espaços de aprendizagem contínua, valorizando as informações da cultura rural e o calendário agrícola. Assim, foi a importância para que esses agricultores/produtores da APAB, pudesse executar na prática o que aprendeu na EFA.

Buscando essa relação da EFA com os atores da APAB, para a funcionária da SDR (2019), traz sua concepção sobre essa educação na forma da produção agroecológica numa perspectiva sustentável da seguinte, maneira:

Muito relativo. Algumas associações possuem uma trajetória de conscientização sobre o consumo de alimentos saudáveis e produção agroecológica, conseqüentemente desenvolve uma produção o mais natural possível. Porém, outras ainda não possuem esse nível de consciências e utilizam algum tipo de produto sintético em algum produto, em alguma fase da produção. O que requer o desenvolvimento de um processo de formação e conscientização com as famílias produtoras sobre a importante e sustentabilidade da produção agroecológica (Funcionária SDR, 2019).

Diante da fala da Funcionária da SDR, que faz-se necessário conhecer a educação que está sendo oferecida as pessoas que vivem no e do campo, seja ela na perspectiva não formal, mas que possa ser essa educação que está sendo praticada, uma educação emancipadora, transformadora e crítica. Ao ponto que com esse propósito inserido nos espaços da APAB, amplie a compreensão sobre a efetivação dessa práticas para o bem comum de todos.

Ainda sobre esse aspecto, perguntamos se: *Essa educação não formal que acontece nas associações, tem contribuído para a emancipação dos sujeitos? O que você tem percebido sobre isso nos movimentos sociais?*

Na minha análise, de alguma forma a prática associativista contribui para a formação humana dos seus membros, a prática do diálogo, do trabalho coletivo, do processo de informação contínuo, processo de formação quando desenvolvido, as práticas e manifestações culturais, o desenvolvimento de projetos de ocupação e renda entre os associados, todas são práticas inerentes à formação das pessoas que participam no processo (Funcionária SDR, 2019).

Para Tonet (2010), os indivíduos livres e conscientes de suas decisões fazem intercâmbio com a natureza para produzir materiais de subsistência para a satisfação de suas necessidades e de todos. Embora sujeitos às leis da natureza, são eles que decidem, partindo de suas necessidades, o que deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto de seu trabalho. Neste aspecto, valor de uso e trabalho associado são inseparáveis. E nesse caso expresso por Tonet, pode-se perceber um trabalho voltado para a emancipação humana. O autor ainda afirma que eles têm consciência de todo o processo de produção de seus bens e da divisão deles entre os seus. Também, não há “[...] nem a ‘mão invisível’ do mercado, nem a lógica da reprodução do capital, nem qualquer teleologia que não seja aquela determinada pelos próprios sujeitos desse processo” (TONET, 2010, p. 7).

Ainda continuando a entrevista, foi questionado se a educação não formal nos espaços ocorre num processo indireto e contínuo onde as pessoas recebem a formação e, sem perceber vão gradativamente acumulando saberes e tornando-se sujeitos emancipados.

Houve uma época em Riacho de Santana em que muitas associações foram usadas pelo poder público para receberem benefícios. Tal atitude atrapalhou a vida de tais associações que ficaram inviabilizadas para funcionar, a ponto de terem que desfazê-las e constituir nova associação, isso só para ilustrar e dizer que hoje as nossas associações não caem mais nessa armadilha, por isso considero que a formação que elas recebem tornam seus membros sujeitos(as) emancipados. Outro fator que os(as) tornam emancipados(as) é a valorização que os governos do PT no estado vêm dando as associações com disponibilidade de acesso a editais para concorrerem a projetos diversos (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Nessa perspectiva, analisando a opinião da Vereadora sobre a ampliação dos benefícios econômicos, conclui-se que em alguns casos, da sobrevivência econômica que acontece por meio da participação em associações e o trabalho associado a esses grupos, incita práticas solidárias (como no empréstimo de insumos, de máquinas, etc.), a melhora da infraestrutura produtiva e a

gestão da produção (atenuando os riscos da sazonalidade da agricultura, por exemplo). Em contrapartida, existem casos em que o trabalho associado desenvolve-se sob diferenças e contradições sociais, políticas e culturais entre produtores pertencentes à mesma associação, revelando práticas individualistas num ambiente que em tese está alinhado aos princípios solidários e coletivos (SCOPINHO, 2007).

Na nossa pesquisa, esses aspectos podem ainda ser observados no trecho abaixo:

É perceptível sim a partir da mostra que temos das associações citadas anteriormente. A consciência associativista ainda é bem restrita, a maioria das pessoas não se sentem parte das suas associações, pensam somente nos benefícios. Enquanto pensarem assim não haverá avanço. Embora não sendo papel meu como vereadora, mas encontrando o espaço vazio e propício, desenvolvi um projeto para formação das associações dos agricultores familiares de Riacho de Santana, onde 27 associações participaram. Como continuidade dessa ação criamos no 02 de fevereiro próximo passado, a Central das Associações dos Agricultores Familiares de Riacho de Santana, uma entidade de atuação municipal com o objetivo de congregar todas as associações que desejarem fazer um trabalho conjunto defendendo os mesmos objetivos, fortalecendo o associativismo e a agricultura familiar. Como consequência futura esperamos estar desenvolvendo também o cooperativismo, mas a passos lentos. Quando o terreno estiver sólido a Central criará uma cooperativa (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

A fala da Vereadora é bastante reflexiva no que tange aos sócios serem não somente sócios por algum benefício, mas sim, por pensar na questão humana, solidária, social e coletiva. Os saberes e fazeres desses atores nas suas atividades e nos projetos, é uma qualidade humana, uma forma de viver em coletivo, mostra mais amor ao próximo e uma sociedade conjunta, mais humanitária, mais pacífica e associativista.

Nesta presunção de trabalho e associativismo, Gorz (2003) disserta sobre dois diferentes “tipos” de atividades/trabalho: heterônomas e autônomas. As primeiras seriam aquelas ligadas às atividades com objetivos estritamente econômicos/mercantis e que se desenvolvem independentemente do gosto e dos valores daqueles que a reproduzem; diferentemente das atividades autônomas que caracterizam-se por serem um fim em si mesmo, desconectadas de objetivos econômicos. Nessa primazia, o estado e o terceiro setor se divergem na perspectiva de trabalho e gestão. Assim, a APAB tem priorizado o trabalho coletivo, a educação e a evolução dos seus sujeitos no planejamento de suas atividades nos espaços em que se insere essa relação social.

Nessa vertente, a funcionária da SDR (2019), traz o seguinte argumento: “*O planejamento de forma estruturada, é uma prática pouco observada entre as associações, na maioria dos casos são discutidos assuntos pontuais e específicos, à medida que surgem as demandas*”. Poucos são os casos de associações que sabem aplicar de forma adequada os recursos da associação de maneira que garantam rotatividade e novos investimentos.

Sendo assim,

Poucos são os exemplos de associações que desenvolvem um projeto produtivo, que gere renda como é o caso da Associação da Comunidade do Pau Branco. Mesmo nesse caso de sucesso, o projeto coletivo não é suficiente para manter economicamente todos os integrantes, o ano inteiro. É preciso que cada família busque outras formas de renda para garantir sua manutenção. (Funcionária SDR, 2019).

Uma fala importante da “Secretaria da SDR”, que a APAB foi um exemplo de organicidade, planejamento e superação nos desafios encontrados para que pudesse manter o foco e os objetivos de acessar as Políticas Públicas nas esferas: Federal, Estadual e Municipal. Além disso, uma outra coisa mencionada, que os agricultores e produtores não dependesse somente da produção da APAB, mas que procurasse outros meios de sustentabilidade, uma vez que os projetos aprovados, não duram o ano todo.

Ao questionar se há formação da Associação para o desenvolvimento das atividades, foi respondido da seguinte forma:

Ao final do nosso projeto de formação das associações, em avaliação as pessoas cobraram apoio da prefeitura para o associativismo. O trabalho que fiz deveria ser feito pela Prefeitura, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, pela Federação das Associações. O que precisa é ter determinação e abraçar a causa associativista (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

Para a Funcionária da SDR (2019), o trabalho com associativismo não se concretiza de forma isolada em si mesmo, é necessário buscar parcerias para construir e desenvolver um plano estratégico de ação com visão de futuro a curto, médio e longo prazo. Na composição do Plano Estratégico da Associação faz-se necessário traçar os diferentes aspectos de desenvolvimento da comunidade onde deve incluir os aspectos: sociocultural, religioso, ambiental, econômico. Cada aspecto deve desdobrar em diferentes ações que contemplem inclusive o processo formativo dos

integrantes, ações ou projetos de geração de renda, entre outras que são igualmente importantes para o desenvolvimento integral da Associação, da comunidade e de seus membros.

5.1.2 Análises dos dados a partir do questionários de perguntas abertas respondidos pelos associados da APAB

Para aprofundamento da pesquisa em questão, apresentamos as análises do dados que foram coletados através de questionário de perguntas abertas para compreender a relação dos sócios projetistas com a educação não formal, e se esta, da forma que acontece na Associação dos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB contribui para a alienação ou a emancipação dos associados. Essa coleta de dados foi realizada com pessoas da direção e três famílias da associação que estiveram como sócios durante os anos de 2015 a 2019. A organização da APAB vem avançando muito nos últimos anos, com vistas a uma ampliação de possibilidades econômicas e sociais nos espaços coletivos e uma educação não formal, respeitando os valores: sociais, ambientais, solidários e do local. Nesse sentido, a produção familiar - o processo associativo - conforme analisado neste estudo, significa também a confecção e a gestão de uma estrutura formal. Apresenta-se a seguir trechos dos questionários aplicados aos seguintes sujeitos: elaborador de projetos, sócios projetistas e a direção, para compreender melhor os objetivos da APAB e sobre as estratégias de desenvolvimento local e as experiências de cada família estudada.

5.1.3 Elaborador de Projetos

Inicialmente, analisamos o questionário aplicado ao elaborador de projetos da APAB. Este sujeito foi de grande importância para essa pesquisa, uma vez que a partir dos projetos elaborados pelo mesmo, a associação se desenvolveu significativamente, por meio da participação de editais, mediante os quais conseguiu o volume significativo de recursos em comparação com os anos anteriores. Para apresentarmos os dados coletados com este sujeito utilizamos a designação “Elaborador de projetos”.

Observando a Associação dos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, a pesquisa evidenciou que nos últimos anos houve um grande avanço no associativismo desta. Sendo assim, apresentamos como questão no questionário para o elaborador de projetos, sobre como foi a atuação do mesmo para que isso acontecesse. A resposta foi: *“Minha relação com a associação é*

meramente profissional, a diretoria me contrata e eu entrego o serviço, somente isso”. Ao analisar a resposta do “Elaborador de Projetos”, percebemos uma fala meramente capitalista, que visa o lucro do trabalho prestado, sem haver nenhuma relação solidária e do que realmente é a proposta da APAB. Portanto, ainda há conceitos, propostas impregnadas dentro do associativismo, uma vez que essa relação não satisfaz os anseios e a metodologia adotada nos espaços da APAB.

Em relação aos projetos em execução no município, este mesmo sujeito respondeu o seguinte:

A Associação continua a participar das discussões no CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Riacho de Santana, CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Riacho de Santana, Reuniões do CDT - Conselho de Desenvolvimento Territorial e Rede de Comercialização “Velho Chico”, Essa participação dos representantes da APAB, que faz toda diferença na hora de acessar os Editais que são publicados juntamente comigo. Diante destas estratégias, a associação vem regularmente acessando o PNAE - Programa Nacional e Alimentação Escolar, vendendo os produtos de seus associados para o município de Riacho de Santana e, recentemente, foi contemplada com um Projeto de Requalificação de Agroindústria, através do Programa da CAR/SDR, Governo do Estado da Bahia (Elaborador de Projetos, 2019).

Percebemos que algumas respostas do “Elaborador de Projetos” estão impregnadas da visão capitalista, visão de negócios, portanto, diante do exposto, evidencia-se que esse profissional não demonstra capacitação na perspectiva solidária, voltada para a questão do coletivo, em prol de grupos e do bem estar de todos, dentro da perspectiva da emancipação de acordo com os pressupostos marxistas.

Na questão da participação nos editais, o Elaborador de Projetos, disse que vários projetos estão em execução e em andamento com algumas entidades do município e região. Ele ainda afirma que os maiores desafios para esses projetos serem aprovados parte do seguinte pressuposto:

Na minha percepção, a maior dificuldade da associação hoje é a parte de comercialização, pois tem uma considerável produção, de excelente qualidade, é importante ressaltar isso, com capacidade instalada para produzir muito mais, mas se esbarra na dificuldade de acesso a mercados, pois focou somente nas compras Governamentais (PAA e PNAE), tendo assim, dificuldades de escoamento da produção em sua totalidade. Porém, com o Projeto de Requalificação de Agroindústria, essa situação pode ser revertida e a associação poderá avançar no quesito comercialização (Elaborador de Projetos, 2019).

Nota-se que a partir da fala do Elaborador de Projetos, que a APAB ainda está presa ao capitalismo, pois visa somente a produção econômica. Precisa ressaltar que a APAB busca nos

seus documentos de sustentação, uma óptica para redes de saberes, culturais, sociais ambientais e de solidariedade. A sua excelência está no coletivo, nas relações formativas e na emancipação de um grupo.

Ao analisarmos a fala do Elaborador de projetos (2019) comparando com a discussão de Marx (1867) sobre o capitalismo, evidencia o seguinte: que parte-se dos mecanismos utilizados para melhorar a produção capitalista, para dividir os trabalhadores em respectivos grupos dentro do associativismo, por exemplo, nota-se que os pequenos produtores se identificam mais com uma megacorporação do que com outros trabalhadores assalariados. Não vê, esse pequeno empresário, que ele também é explorado, embora talvez não tanto quanto são os demais trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Essa distorção na percepção dos verdadeiros desígnios do capitalismo, levados a contento pela classe dominante, é compreensível, se levarmos em conta a afirmação marxiana de que:

[...] cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (MARX; ENGELS, 1987, p. 74).

É interessante fazer análise da fala do projetista com a do sistema, ou seja, ao trabalhador somente interessa ao sistema capitalista de produção, na medida em que domina as técnicas que lhe permitem produzir de acordo com os ditames desse sistema, ou enquanto não for inventada uma máquina que execute o seu trabalho. Para Braverman (1987), isso não significa que o trabalho tenha perdido a sua importância ou que esteja destinado a terminar e, sim, que o capital se utiliza de meios cada vez mais incisivos para manter o trabalho cada vez mais subjugado ao seu domínio. Assim, trabalho e capital pode ser atribuído:

A transformação da humanidade trabalhadora em uma 'força de trabalho', em 'fator de produção', como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas de trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modos inumanos, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam. Além do mais, o modo capitalista de produção está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho, inclusive àquelas

recentemente criadas pelo avanço tecnológico e o emprego do capital a novas indústrias. Está, ainda, sendo continuamente requintado e aperfeiçoado, de modo que sua pressão sobre os trabalhadores é incessante" (BRAVERMAN, 1987, p. 124).

Ao perguntar o “Elaborador de Projetos”, sobre o que associação da APAB faz para ter mais projetos aprovados e os sujeitos se tornarem mais emancipados, autônomos, obteve-se a seguinte resposta, numa visão totalmente capitalista:

1º Qual o OBJETIVO do/os projeto/os? 2º definir MISSÃO. Vai contribuir em que? 3º qual a VISÃO E NEGÓCIO que se pretende com este/es projeto/os? 4º Qual a parte SOCIAL que se propõe alcançar? 5º Definir metas claras a CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO; e 6º Inclusão de mais pessoas no processo/ sucessão das atividades produtivas e etc. (Elaborador de Projetos, 2019).

Foi perceptível que o “Elaborador de Projetos”, traz falas sobre o lucro nas suas respostas, uma vez que é importante entender que as associações não conseguem sobreviver/crescer sem aprovação de projetos (PAA/PNAE), de políticas públicas, dentre outros. Em alguns momentos das visitas e acompanhamento da pesquisa, percebeu que a maioria dos sócios projetistas se fazem presente na APAB pelos projetos e políticas existentes para atender as necessidades dessa categoria. O terceiro setor, precisa ter independência das políticas do estado, caminhar com suas próprias pernas, trabalhar na perspectiva de produção e visar o mercado para entrega de sua matéria prima, explorar o seu potencial agrícola.

Voltando a discussão sobre o capital e trabalho, precisamos entender que as transformações do capitalismo, visão de negócios, definir metas e o impacto destas no mundo do trabalho e da educação em espaço não formal, Saviani (2002) afirma que, apesar da capacidade produtiva do trabalho humano atingir grandes proporções, isto não tem liberado o homem para usufruir o tempo livre em outras atividades que possam engrandecê-lo enquanto Ser Humano. Adversamente, a exploração da força de trabalho amplia-se e, diferentemente da primeira revolução industrial, que operou a transferência das funções manuais para as máquinas, esta outra que se segue, denominada da era das máquinas inteligentes, transfere para o maquinário as próprias operações intelectuais. Nesse processo, a capacidade de produção se autonomiza, torna-se auto-regulável, o que possibilitaria ao homem maior desfrute.

Ainda sobre a APAB e seus avanços, o Elaborador de Projetos se posicionou sobre as ações: *“Como uma entidade atuante, bem desenvolvida, empreendedora, boa gestora de recursos públicos e que está sempre lutando por projetos de fortalecimento da mesma e dos/as sócios/as”* (Elaborador de Projetos, 2019).

A fala do elaborador de projetos, corrobora com Kuenzer (2002, p. 3) quando ela diz que precisa preparar o trabalhador do novo tipo para que ele atenda as “[...] demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, onde a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo”. Destarte, entra em cena um novo discurso voltado à necessidade de um trabalhador preparado para todos os setores da economia:

O novo discurso refere-se a um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, com capacidades intelectuais que lhe permita adaptar-se à produção flexível. Dentre elas, algumas merecem destaque: a capacidade de comunicar-se adequadamente, por intermédio do domínio dos códigos e linguagens, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, por meio da capacidade de enfrentar novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, por meio da responsabilidade, da crítica, da criatividade (KUENZER, 1998a, p. 35).

Outra questão do questionário foi: Os sócios sabem gerenciar seu tempo? organizar suas atividades? Para esta questão, o elaborador de projetos respondeu da seguinte maneira:

Ao meu ver, sim. Prova disso são os vários projetos executados dentro dos prazos estabelecidos em contratos, cumprindo todos os planejamentos e escalas de produção sem precisar fazer nenhum ajuste ou pedir aditivos de prorrogação. Vejo a dinâmica da associação bastante interessante, com práticas participativas, includentes, trabalhos com transição em agroecologia, questões de gênero sendo respeitadas, pontos estes, que estão muito próximos de ser uma economia solidária, precisando compreender seus princípios e colocá-los de forma mais contundente na prática (Elaborador de Projetos, 2019).

Nessa fase do capitalismo, já não interessa mais ao capital conceder vantagens e benefícios aos trabalhadores, uma vez que grande parte dos trabalhos feitos por seres humanos foram substituídos pela produção mecanizada e, além disso, a longa fase de afagos terminou por esvaziar

as organizações de trabalhadores mais engajadas nos movimentos de transformação do sistema capitalista de produção por um outro que não fosse baseado na exploração do trabalho.

Embora o sistema capitalista de produção tenha passado por diversas fases, ao longo do seu desenvolvimento, enquanto modo de produção de mercadorias, em todas elas a relação básica do capital com o trabalho não se alterou.

A articulação hierárquica e conflituosa do capital permanece como o princípio estruturador geral do sistema, não importando o seu tamanho, nem o gigantismo de suas unidades constituintes. Isto se deve à natureza íntima do processo de tomada de decisão do sistema. Dado o inconciliável antagonismo estrutural entre capital e trabalho, este último é categoricamente excluído de toda tomada de decisão significativa. E é forçoso que seja assim, não apenas no nível mais abrangente, mas até mesmo em seu "microcosmo", em cada unidade produtiva. Pois o capital, como poder de decisão alienado, seria incapaz de funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) nos locais de trabalho, nem (por complexos produtores rivais no próprio país) no nível intermediário, nem mesmo numa escala mais abrangente (pelo pessoal de comando encarregado das unidades internacionais competidoras). Esta é a razão por que o modo de tomada de decisão – em todas as variedades conhecidas e viáveis do sistema do capital – é sempre uma forma autoritária, de cima para baixo, de administrar as várias empresas. É compreensível, portanto, que toda a conversa sobre 'divisão de poder' com os trabalhadores, ou de 'participação' deles nos processos de decisão do capital pertence ao reino da pura ficção, ou de uma camuflagem cínica do real estado de coisas (MÉSZÁROS, 2003, p. 99-100).

O questionamento seguinte se refere ao que poderia ser feito para melhorar as perspectivas para o futuro da APAB. Segundo o Elaborador de Projetos (2019), seria: “definir como estratégia empreendedora, visão e negócio dentro das ações focadas na sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, Economia Solidária e se articulando em redes solidárias de comercialização dentro do município”.

Ao falar de sustentabilidade e princípios agroecológicos, um dos autores que tem discutido essa temática é Sevilla-Guzmán (2001, p.11). Para este autor, a Agroecologia pode ser definida traz suas variáveis importâncias, como:

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos, mediante propostas sugeridas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social.

Ao analisar as falas do entrevistado com o autor, compreende uma linha de raciocínio idêntica numa visão coletiva mas com pensamento moderno numa visão organizacional, mas com pensamento ligado a produção capitalista que atribui a forma como o sistema impõe sobre as maneiras de produção coletiva associada aos movimentos sociais.

5.1.4 Questionário respondido pelas famílias e a direção da APAB

Dando sequência a apresentação e análise dos dados partiremos agora para o que foi coletado com as famílias investigadas, às quais foram identificadas por meio de letras do alfabeto. Os ocupantes de funções de gestão serão identificados conforme a denominação do cargo. Ao ser questionada sobre o que levou a ser sócio e projetista da associação da APAB, o membro da Família A, respondeu da seguinte maneira:

As motivações dos produtores para a permanência na associação são a sobrevivência das rendas via grupo e a conquista de financiamentos facilitados pelo Governo Federal quando feitos coletivamente. Outro aspecto importante também é a existência de uma educação não formal e com a preocupação ambiental entre os associados, sendo esta uma das pautas da associação e de sua cultura local. No entanto, verificou-se que a maior parte dos produtores-associados, produzem alimentos agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos e as atividades participativas/coletivas da associação e a representação que os indivíduos têm de si mesmo e de suas práticas (Família A, 2019).

Nessa perspectiva, permanecerem na associação é uma condição importante, pois a renda é a contribuição e soma do trabalho. Nesse sentido, o associativismo na base da economia solidária é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, tanto como ser pensante, quanto como executar e gestor do processo de trabalho. Vimos que na APAB cresce, significativamente, o número de associados e os que dedicam aos projetos aprovados pelo PAA e PNAE, alocados na base organizacional da Economia Solidária. Não obstante, os sujeitos da pesquisa revelam que há muitas dificuldades e obstáculos a serem vencidos tanto na APAB como também no associativismo de forma geral.

Não resta dúvida o fato de que a organização de trabalhadores em empreendimentos produtivos de base solidária tem se revelado numa importante ferramenta para a inclusão social. São famílias inteiras mobilizadas neste tipo de trabalho solidário, tal qual constatamos na APAB da comunidade de Pau Branco, onde realizamos esta pesquisa.

Segundo Martins (2002, p.63) lembra que “diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho. O característico camponês trabalha com sua família. Portanto, seu trabalho não é um trabalho solitário, não é um trabalho de indivíduo”. O que estes trabalhadores necessitam é de apoio, fomento, revestido em Políticas Públicas para o setor rural. Como diz Furtado (1997, p.51), “o desenvolvimento precisa ser encarado como problema de engenhoca social”. É verdade que o momento presente exige que os sujeitos históricos homens e mulheres criem novas formas de trabalho socialmente reinventadas e autossustentáveis.

Já na vertente que aborda o conceito de alienação pelo viés da economia política, enfatizando o trabalho alienado, Marx diz que:

[...] Entende-se que alienação do trabalhador em seu objeto é expressa da maneira seguinte, nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais valorizado o produto, se torna menos valor a mão de obra do trabalhador; quanto mais o trabalho tem poder, tão menos valorizado o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza (MARX, 1844).

Nesse viés, torna-se fundamental uma transformação revolucionária no sentido da desalienação, na qual o trabalhador não mais seja escravo, mas esteja apto a resistir à alienação, haja vista que ela é a não consciência. Desta forma, o homem tornar-se-ia agente de transformação social e seria possível o processo de emancipação humana.

Compreendendo essa relação de trabalho, alienação ou emancipação, faz-se necessário entender como os trabalhos são realizados na APAB. Ao perguntar o tesoureiro da gestão de 2018 da APAB, o que é preciso para ser sócio na APAB e executar algumas atividades, e se há algumas atribuições e regras a serem cumpridas,

Primeiramente, o sócio precisa procurar a direção e passa a saber como funciona a associação em um todo. A direção explica o regimento, os direitos e deveres e também são informados que têm que pagar uma taxa de 100 reais para ser sócio e projetista, têm que pagar mais 02 reais por mês para a manutenção de: energia, gás, custos operacionais, transportes para transportar os alimentos do PAA e PNAE até as entidades do município e os tributos fiscais e que aí esses sócios passa a ser contemplados e participar dos projetos (Tesoureiro/a APAB, Gestão 2018).

Percebe-se na fala do/a tesoureiro/a, que há um critério estabelecido para que as pessoas se tornem sócias. Além de ter que conhecer as normas e as regras que regem a APAB, (ESTATUTO), também é necessário contribuir com uma determinada quantia financeira para manter os custos operacionais gerados pela referida associação. Mas, há de se considerar que nos últimos anos, houve um número acessível de pessoas que associaram a APAB para serem contempladas com os projetos aprovados.

Continuando a apresentação dos dados dos questionários, a questão seguinte consta do questionário aplicado à gestão: Durante o tempo que se tornou sócio da APAB e também passou a fazer parte da direção, quais foram os principais cursos oferecidos na associação, e quais os que serviram e foram importantes para os sócios e também para a diretoria? Para esta questão, a direção da associação respondeu da seguinte maneira:

Foram oferecidos diversos cursos nos últimos dez anos, mas podemos levar em consideração os mais importantes: Em primeiro lugar, o Associativismo; tivemos também o cooperativismo; empreendedorismo; culinária produção; comercialização; máquinas de trator; elaboração de projetos que trouxe excelentes resultados na prática da APAB (Presidente da APAB, Gestão, 2018).

Observa-se na fala deste sujeito, a realização de atividades de educação não formal pela APAB, cujo intuito é de dar formação aos membros da referida associação. Sobre a realização de cursos e capacitação. Crawford (1994) observa que o raciocínio da teoria do capital humano é o seguinte: a) as pessoas se educam; b) a educação tem como principal efeito mudar suas habilidades e conhecimentos; c) quanto mais uma pessoa estudar, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e d) maior produtividade permite que a pessoa perceba maiores rendas.

Sobre a gestão de 2015 a 2019, pode-se observar inúmeros desafios encontrados para continuar os trabalhos na APAB, uma vez que a comunidade tinha muitos sócios e também havia pessoas de outras comunidades que queriam ser sócias. Nesse sentido, foi aplicada outra pergunta do questionário: Visando as Políticas Públicas que a APAB tem sido contemplada nos últimos anos, existe alguns desafios a serem enfrentados pela direção?

Vejamos a análise da direção da APAB:

Olha, temos diversos problemas na associação como todas em um geral tem. Mas vou mencionar alguns pontos importantes e que precisa ser corrigido; Falta de compreensão de alguns sócios sobre os deveres a serem cumpridos como rege o estatuto da APAB, pouca

participação dos sócios nas reuniões para definir estratégias e planejamentos do futuro da APAB, e as mudanças que ocorreram nos últimos anos do Governo Federal (Presidente da APAB, Gestão, 2018).

Percebe-se na fala do/a presidente da APAB, que há divergências dentro da associação e muitas das vezes, pouca compreensão dos trabalhos a serem assumidos pelos sócios e projetistas. No que tange no estatuto, é que existe as normas e regras estabelecidas pelos associados. Mas, que não são esses problemas internos que afeta a coragem e o enfrentamento da maioria dos associados que lutam incansavelmente em prol de uma vida melhor, humana e solidária.

Nesse sentido, Martins (2002), ainda afirma que a sociedade contemporânea é essencialmente a sociedade da luta contínua contra as formas de exclusão, não só aquelas que se associam à pobreza material. Para o autor, “a luta é fundamentalmente pela integração, sobretudo pela integração simbólica quando a integração material e social não se concretiza na extensão que se espera” (MARTINS, 2002, p.46). Maffesoli (2005, p.57), acrescenta dizendo que o povo deve lutar e “endossar o que é bom pra ele”.

Nessas análises sobre o associativismo, trabalho e capital, achamos importante investigar sobre o que os sócios fazem com o dinheiro que excede dos trabalhos da associação na APAB. Para esta questão, a Família B deu a seguinte resposta:

Como a base do sustento das famílias da região é através da agricultura familiar, o que ganhamos na APAB é para o sustento e o pouco que sobra é para investimos nas nossas propriedades que trabalho que é na perspectiva da agricultura familiar, na produção de hortaliças, de frutas e também nos criamos de animais em específico, os bovinos (Família B, 2019).

É evidente na fala do pequeno agricultor/ produtor, que a base sustentável da família é a partir da produção da agricultura familiar e o que ganham através dos trabalhos prestados na APAB. Assim, podemos observar a importância do trabalho no campo juntamente com o associativismo na comunidade para melhorar as condições de vida dessas pessoas. Nessa lógica de análise do produtor sobre o excedente, isso mostra as relações necessárias que tem com o capital e excedente e a taxa geral de lucros (GAREGNANI; PETRI, 1989). Nesse posicionamento, parece ser essencial para demonstrar que mesmo neste tipo de sociedade a distribuição do produto é também regulada pelas relações de poder entre as classes. A consistência e exatidão nos parecem

mais importantes para análises deste tipo do que a medida escolhida para o valor de troca do excedente.

Percebe-se ainda na fala da família B que a produção se dá através da agricultura familiar. Já a Secretária da APAB, ao responder a pergunta sobre a forma como é conduzido trabalho na questão no que diz respeito à Agroecologia e a economia solidária na Associação, essa explana da seguinte maneira:

Os sócios projetistas da APAB, são conscientizados e orientados para trabalhar em parceria com o meio ambiente, ou seja desenvolver as atividades de forma sustentável sem nenhum tipo de agressão e nem o uso de agrotóxicos nas hortaliças que produzem no seu quintal para entregar na APAB e para enriquecer os alimentos nutricionais dentro da própria família (Secretária da APAB, Gestão de 2017).

A questão cultural e os valores sociais deixados de geração para geração, ajuda nessa educação social e não formal nos espaços coletivos. A APAB, preserva essa identidade que valoriza a terra, a questão das sementes crioulas, as árvores nativas. Isso mostra que a relação social e a vivência sustentável é raiz daquela comunidade.

Nesse sentido, falar da questão ambiental e da segurança alimentar, Vankrunkelsven (2006), afirma que, desde a Cúpula Mundial da Alimentação, havia uma permanente discussão de centenas de instituições e organizações mundiais, buscando discutir sobre as questões da agroecologia, da sustentabilidade, e a proibição do uso de agrotóxicos. Buscou-se também uma definição de soberania alimentar. Esta discussão resultou provisoriamente na seguinte definição:

Soberania alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São Políticas Públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

Sobre o assunto de segurança alimentar e agroecologia em perspectiva de educação no campo, a Secretária da APAB ainda salienta de seguinte maneira:

A Educação do Campo é vista e trabalhada de forma contínua dentro da associação, pois é fundamental na formação e construção de um meio social e ecológico bem desenvolvido. Os

sócios recebem instruções e formações no desenvolvimento de atividades e técnicas agrícolas de maneira sustentável (Secretária da APAB, Gestão de 2017).

Dentro do conceito socioambiental, a APAB tem tomado um maior cuidado com a questão sustentável, tanto no conceito de preservação/conscientização, como também na produção agroecológica que é uma questão cultural de produzir alimentos sem uso de agrotóxicos.

Entendendo os conceitos de agroecologia e da soberania alimentar, isso remetem a um amplo conjunto de relações, com destaque para o direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo assim o abastecimento de suas populações, a preservação do meio ambiente visando a busca por um desenvolvimento mais sustentável e a proteção de sua produção frente à concorrência com países mais capitalizados (MEIRELLES, 2004).

No tocante aos aspectos sobre trabalho, produção e organização da APAB, buscou-se também verificar junto às famílias que fazem parte da APAB. Para estes sujeitos, destacou-se uma questão: Vocês ficam impedidos de realizar outras atividades por conta do trabalho que são realizados na associação da APAB? Para esta questão, a Família B respondeu da seguinte maneira:

De forma alguma, as famílias conseguem organizar o tempo com a realidade que se vive, nossos trabalhos são organizados pela direção da APAB e repassado para o líder de cada grupo e aí somos informados de dia, hora e o tipo de trabalho a ser executado naquela data, ou seja, tudo é bem estabelecido e seguimos com maior cuidado para que as atividades sejam executadas com êxito. (Família B, 2019)

Entende-se dessa maneira, que há uma organização e planejamento pré estabelecido pela direção aos líderes de grupos, e posteriormente, os sócios são informados pelos seus líderes o dia e horário para estabelecer a atividade solicitada pela APAB. Essas regras são importantes dentro da APAB para que o trabalho aconteça com responsabilidade e compromisso entre os sócios projetistas.

Nesse sentido, Marx define o trabalho da seguinte concepção:

O trabalho, como criador de valores-de- uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2004b, p. 64-65).

Contudo, a divisão do trabalho opera não somente dentro dos limites da fábrica, mas na vida do homem entendido como ser genérico, é incompleto porque é determinado pela divisão do

trabalho. Ao dividir o trabalho dividem-se também as funções em trabalho mental e trabalho manual, característica que mascara a ideia de que os indivíduos são diferentes. É isto: “a consciência pode, de fato, imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real” (MARX; ENGELS, 2001, p. 27).

Quano a Família C, quando foi abordado sobre a questão de trabalho e os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, se são disponibilizados pela APAB para o sócio da associação sobre uma questão de segurança pessoal, a mesma trouxe a seguinte concepção:

Na associação são disponibilizados EPIs em partes, como: luvas e tocas, a farda completa a APAB alega não ter condições de disponibilizar por falta de recursos financeiros para todos os sócios projetistas, mas há uma organização na APAB que a farda é comprada por valores razoáveis o que facilita a situação financeira dos sócios projetistas (Família B, 2019).

Entende dessa maneira, que a APAB tem responsabilidade com a questão da segurança alimentar e higiene na produção e comercialização de suas matérias primas. Uma vez que, tem todo acompanhamento da vigilância sanitária e da Assistência Social do município que disponibiliza uma nutricionista para fazer inspeção na qualidade dos alimentos produzidos pela APAB.

Ainda questionando a direção além das responsabilidades com seus associados, fiz a seguinte pergunta: “Quais foram as maiores conquistas que associação teve nos últimos anos?” a presidente que atuou em 2018 respondeu:

Podemos observar que nos últimos 05 anos, as maiores conquistas foram: construção da fábrica com parte do recurso federal e outra parte de recurso próprio da instituição; aquisição de trator e implementos agrícolas; vendas para o PNAE, PAA, prefeitura de Riacho de Santana e fomos contemplados nos últimos meses com projetos da Bahia Produtiva pelo governo do estado da Bahia (Presidente da APAB, Gestão de 2018).

Nesse sentido, é notório os avanços na estrutura física da APAB, compra de equipamentos modernos para a cozinha industrial, os sócios projetistas melhorando sua renda familiar e investindo o excedente nas suas propriedades agrícolas, os projetos e várias políticas do estado sendo aprovadas, é resultado de compromisso da gestão, dos sócios projetistas e da parceria de outras entidades e agentes da sociedade civil. Nesse caminho de crescimento e emancipação desses atores da APAB, ao afirmar o que é emancipação, Marx aponta que a emancipação política não é

idêntica à emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente (MARX, s/d, p. 15).

Ao diferenciar emancipação política de emancipação humana, o autor destaca que:

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, s/d, p. 30).

Para Marx (s/d), a emancipação só ocorrerá de maneira plena a partir do momento em que o homem passar de uma concepção fragmentária, do indivíduo egoísta, e tiver em si o cidadão genérico; quando se apropriar da força social como força política.

Antunes (2011) aposta no tempo livre como aquele que será capaz de resgatar o sentido da vida ao ser social. Esta forma somente é possível no trabalho associado, em que o sujeito tiver “[...] ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, que possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões (ANTUNES, 2011, p. 11). No trabalho associado, os sujeitos poderão eliminar as barreiras entre tempo de trabalho e tempo livre, e poderão realizar atividades cheias de sentido que recobrem a satisfação do homem com o produto de sua produção.

Diante do que foi questionado no decorrer do questionário e as reflexões sobre o associativismo na APAB, buscamos finalizar a coleta de dados com uma pergunta sobre qual mensagem positiva que os sujeitos da pesquisa poderiam atribuir a APAB em momentos de luta e resistência contra o sistema imposto na atualidade. Fizemos o seguinte questionamento: Qual é a maneira mais eficaz você deixa para que as associações possam desenvolver significativamente no sentido de contribuir para a formação humana dos sócios, bem como, ajudar na renda familiar?

A vereadora do município de Riacho de Santana respondeu da seguinte maneira,

Em primeiro lugar que todos(as) associados(as) passem por uma formação para que compreendam o associativismo e vivam o sentimento de pertença. Depois passem a desenvolver atividades coletivas como hortas comunitárias, ainda que para o consumo, criação de galinhas, viveiros comunitários, mutirões para trabalharem as lavouras como antes faziam, creio que são ações que fortalecerão o associativismo local ajudando também na renda familiar. Só para ilustrar, em reunião com a associação de Paus Preto de Vesperina

no sábado 16 de fevereiro 2019, às pessoas cobraram o trabalho coletivo que a associação deixou de fazer. (Vereadora do município de Riacho de Santana, 2019).

É perceptível a diversidade dos produtos oriundos da agricultura familiar das propriedades do campo/local e a capacidade de trabalhar de forma coletiva e estratégica permitem que os sócios projetistas da APAB possam produzir de forma expressiva e de qualidade os alimentos para serem entregues às entidades do município de Riacho de Santana, via PAA e PNAE. Lembrando que uma boa associação é atribuída esse espaço para o exercício da democracia, de conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores.

Já a secretaria da SDR, disse a seguinte mensagem sobre a APAB:

O trabalho com associativismo não se concretiza de forma isolada em si mesmo, é necessário buscar parcerias para construir e desenvolver um plano estratégico de ação com visão de futuro a curto, médio e longo prazo. Na composição do Plano Estratégico da associação faz-se necessário traçar os diferentes aspectos de desenvolvimento da comunidade onde deve incluir o aspecto: sociocultural, religioso, ambiental, econômico. Cada aspecto deve desdobrar em diferentes ações que contemple inclusive o processo formativo dos integrantes, ações ou projetos de geração de renda entre outras que são igualmente importantes para o desenvolvimento integral da Associação, da comunidade e de seus membros. (Funcionária da SDR, 2019).

No pensamento de André Morin (2004, p. 76) que, na visão de Paulo Freire, “O homem sujeito de sua história, dialogando com seus parceiros humanos, é capaz de atingir um nível de consciência crítica que lhe permita transformar a sociedade circundante”. Isto é, possibilita se organizar e reagir. Assim, a solidariedade e a cooperação impõem-se mais como necessidades do que como meras opções. Impõem-se como reação. A sociedade humana precisa construir novas formas e padrões de coexistência e cooperação dos seres humanos entre si, com relação ao seu meio ambiente e às futuras gerações e APAB vem promovendo esse trabalho há alguns anos. Talvez seja essa a grande tarefa da humanidade para as próximas décadas: a de construir e reconstruir as condições de uma metamorfose social (Morin, 1998) que assegure a vida para os seres humanos e toda a natureza.

Já a Presidente da APAB afirma que

Pensamos sempre grande frente ao trabalho da APAB, a gestão não é um processo social neutro. Ela indica uma direção de necessidades, interesses, desejos do coletivo. A gestão na perspectiva da economia solidária deve ter as necessidades e os interesses dos associados como seu objetivo, sua finalidade de crescer conjuntamente. A direção da APAB, cresce de

forma e solidária sofre condicionamentos e influências internas e externas e que podem produzir efeitos negativos ou positivos, isso vai depender da forma como condizimos. Mas estamos melhorando significativamente pensando no bem comum de todos associados e de toda comunidade com projetos e novas conquistas, pois esse é propósito da APAB e seu estatuto nos permite trabalhar de forma coletiva, solidária e democrática (Presidente da APAB, Gestão de 2018).

É evidente que na fala da Presidente da APAB, que no associativismo, a organização coletiva das atividades econômicas e sociais, visa atender às necessidades e interesses específicos das pessoas daquela associação. Trata-se da associação de pessoas, embora por objetivos coletivos e de forma solidária, vinculados à valorização de seu trabalho na perspectiva solidária e como princípio educativo no contexto das relações sociais daquela comunidade que está localizada no campo.

Na análise do elaborador de projetos, conclui o seguinte:

Definir como estratégia empreendedora visão e negócio dentro das ações focadas na sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, Economia Solidária e se articulando em redes solidárias de comercialização. (Elaborador de Projetos, 2019).

Na fala do Elaborador de projetos, percebe a visão de empreendedorismo no espaço da APAB e que as políticas são importantes para a manutenção da mesma. As interpretações dos produtores rurais em múltiplos processos organizativos. De mais a mais, em linhas gerais, as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais em que se vive o país. Nesse sentido, vive-se o desafio da construção de um novo projeto de sociedade: o novo como necessidade. A possibilidade de novo projeto da sociedade, em meu estabelecimento, passa pela participação, cooperação, solidariedade e pela ampliação da esfera pública. A APAB vem promovendo essa discussão e esse projeto dentro do município de Riacho de Santana e região como um modelo de solidariedade e sustentabilidade pelos povos do campo.

Nesse sentido, nas análises apresentadas das falas dos sujeitos, observou-se um avanço significativo no aspecto social/emancipatório. Porém, para Tonet (2010, p. 1) só a emancipação humana não basta para que o trabalho seja a categoria fundante. O capitalismo não vai morrer por si. E, nesse sentido, o comunismo não é um desdobramento do capitalismo. Para se construir uma nova sociabilidade, é preciso criar um processo de objetivação, consciente e prático. “A luta da

classe trabalhadora pela sua emancipação e de toda a humanidade implica o conhecimento, o mais amplo e profundo possível, da realidade social a ser transformada”. A centralidade política do trabalho é a capacidade que os trabalhadores têm de dirigir o processo revolucionário. “Essa nova forma de apropriação das forças produtivas é que Marx chama de trabalho associado” (TONET, 2010, p. 6).

Sendo assim, o tratamento aplicado foi a categorização de informações passadas pelos informantes, de forma a aproveitar ao máximo os dados fornecidos, o que possibilitou o enriquecimento das informações para análise dos resultados de pesquisa. A partir dos dados obtidos por intermédio dos questionários, fez-se uma análise que permitiu responder às questões da pesquisa, através da coesão ou dispersão de respostas que os informantes deram, e onde foram observados, indicadores relevantes do fenômeno estudado.

Quando se trabalha com análise qualitativa tem que se observar as respostas apresentadas nos instrumentos de informação semelhantes. Esses dados são importantes desde quando a frequência dessas respostas possa levar a alguma explicação apropriada à interpretação dos fenômenos. Também, há enorme relevância nas respostas divergentes – singulares – encontradas, pois as mesmas demonstram conceitos diferentes, indicadores de contradições ou de tendências diferenciadas reveladas pelos fenômenos na sua complexidade dialética.

Com isso, observa-se que todos os dados são importantes, porque podem apontar a complexidade e o caráter multidimensional dos fenômenos e também a variedade de significados que possuem, auxiliando a compreensão das relações ou divergências entre eles. Com fontes diversificadas e procedimentos de análise que deram condições de discutir, analisar e inferir a realidade, possibilitando a construção de um sistema de representações, buscou-se compreender de uma maneira melhor e mais profunda o objeto estudado.

Com essas informações obtidas, percebe-se que os sócios demonstram conhecimentos para administrar seu tempo e também gerenciar suas finanças, nessa óptica de se tornarem sujeitos autônomos e emancipados. Para Saviani (1986, p.14), seguidor na linha de Marx, “Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas”. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. Assim, o próprio processo de

hominização esteve intimamente ligado ao trabalho. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência (MARX; ENGELS, 1989, p.13).

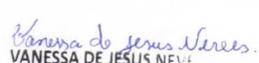
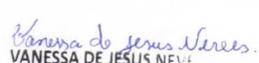
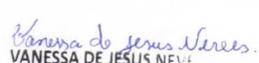
5.1.5 Análise documental da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco - APAB

A análise documental da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, se faz necessária pelos pressupostos de conhecer numa totalidade de como procedeu os anseios e as realidades desses sócios projetistas inseridos nesse espaço. Para tanto, essa pesquisa se baseia pelo método do Materialismo Histórico Dialético – MHD, onde se conceitua a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. Dentro dessa perspectiva, Marx diz: "Não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência"(MARX, 1979).

Na análise documental, um pesquisador utiliza documentos objetivando buscar informações e usar técnicas apropriadas para o manuseio e análise. Alguns procedimentos são necessários, tais como a organização das informações a serem categorizadas e, posteriormente, analisadas, e a elaboração de sínteses, ou seja, a realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos.

Sendo assim, passa-se agora à análise documental da nossa pesquisa, cujos documentos analisados foram a (Ata e o Estatuto) da APAB, conforme se verifica na Figura 6.

Figura 6 - Ata de fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB

<p>Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas Endereço: Praça Juscelino Kubitschek, Nº 60-A, Centro, Riacho de Santana-Bahia Placido Ferreira da Silva Oficial Vanessa de Jesus Neves Oficial Substituta Telefone: (77) 3457-2266 e-mail:registro.riachodesantana@gmail.com</p>		
<p>CERTIDÃO INTEIRO TEOR</p> <p>CERTIFICO que às folhas 013 V, do Livro A-03, do Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas, encontra-se registrado sob o nº de Ordem 109, em data de 22 de junho de 1989, o teor seguinte: Ata nº 01. Ata da Assembléia Geral de Fundação, eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal da APAB (Associação de Páu Branco). Aos 13 (treze) dias do mês de maio de 1989, no Grupo Escolar na Comunidade de Pau Branco, Município e Comarca de Riacho de Santana, Estado da Bahia, reuniram-se em Assembleia Geral, para fundar, como de fato fundaram os sócios fundadores da A.P.A.B- Associação de Pau Branco, Sociedade Cível, de amplas finalidades sociais, Promocionais, Assistenciais, Formativas e Educacionais, sem visar lucros, para atuar articuladamente com os poderes públicos em todos os níveis, na busca e encaminhamento de soluções e alternativas para os problemas da população carente e de baixa renda da nossa comunidade de Páu Branco. Iniciando os trabalhos, o Presidente da Assembléia, Senhor (Agnelo) digo Nilton Agnelo da Costa, fez a literatura do Estatuto, o qual foi, por unanimidade, aprovado e em sua íntegra e entrou prontamente em vigor. Na seqüência, já na forma do Estatuto aprovado, foi dado poder à Assembléia Geral, poder de escolha de nomes para compor a chapa única da Diretoria da APAB. Em seguida foi efetuada a eleição por aclamação e posse da Diretoria e Conselho Fiscal, que ficou assim constituída; Diretoria: Sr. José Francisco Moreira; Presidente; Sr. Amado José Cardoso, Vice Presidente; José Alves de Oliveira 1º Secretário; Sival Antônio Santana 2º Secretário; Sr. Amado Alves Moreira, Tesoureiro; José Alves Moreira, Superintendente de obras. Sr. Francisco Alves Moreira, Assistente Espiritual; Conselho Fiscal: Nilton Agnelo da Costa, Juracy Antônio de Oliveira; Antônio José Roque. Titulares: Suplente: Arlindo Alves Cardoso. Essa Diretoria e Conselho Fiscal tem o mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Nada mais havendo a tratar a Assembleia Geral foi encerrada e eu, Luiz Carlos Lourenço, secretário dessa Assembleia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os sócios fundadores presentes. José Francisco Moreira- Presidente; José Alves de Oliveira- Secretário. Firmas reconhecidas. Está conforme o original e dou fé. Eu, Lídia Guedes Rodrigues, Oficial subscrevi.//////////</p> <p>O referido é verdade e dou fé.</p> <p>Riacho de Santana, 28/12/2017.</p>		
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tbody> <tr> <td style="text-align: center; padding: 5px;"> Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 8734.AB003994-8 HGCZAH91MN Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade </td> <td style="text-align: center; padding: 10px;">  VANESSA DE JESUS NEVES Oficial Substituta <small>REGISTRADORA DE IMOVEIS HIPOTECAS E DOCUMENTOS CIVIS DA PESSOA JURIDICA</small> </td> </tr> </tbody> </table>	Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 8734.AB003994-8 HGCZAH91MN Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade	 VANESSA DE JESUS NEVES Oficial Substituta <small>REGISTRADORA DE IMOVEIS HIPOTECAS E DOCUMENTOS CIVIS DA PESSOA JURIDICA</small>
Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 8734.AB003994-8 HGCZAH91MN Conselho www.tjba.jus.br/autenticidade	 VANESSA DE JESUS NEVES Oficial Substituta <small>REGISTRADORA DE IMOVEIS HIPOTECAS E DOCUMENTOS CIVIS DA PESSOA JURIDICA</small>	

Ao realizar a análise do documento explicitado na Figura 6, percebe-se que o surgimento da APAB deu-se quando um grupo de pessoas da comunidade, ao sentir a necessidade de criar a Associação, reuniu-se em 13 de maio de 1989 na escola da referida comunidade para discutir e fundar a Associação na comunidade. Nesse mesmo dia foi registrada a Ata da primeira Assembleia Geral de fundação e, posteriormente, a eleição para a diretoria e o Conselho Fiscal da APAB.

De acordo com o documento em análise, a Fundação da APAB teve como objetivo, a princípio, atender as necessidades das famílias e possibilitar acesso as Políticas Públicas para o crescimento e os avanços dos pequenos e médios produtores rurais daquela localidade, considerando a diversidade, experiências e as especificidades de organizações coletivas, e contribuindo para o processo de formação e das experiências adquiridas em grupos sociais, as produções agroecológicas, as lutas pelos movimentos sociais e a educação do campo. Nesse sentido, a criação de uma associação, facilita o diálogo com entidades públicas para o acesso as políticas públicas.

As Políticas Públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, Políticas Públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Para compreender melhor o conceito de políticas públicas, ou seja, na sua forma adjetiva, nas sociedades em que o Estado político alcançou o pleno desenvolvimento, o homem passou a viver na “comunidade política”, onde começou a ser tratado como ser “comunitário”, e na “sociedade civil”, passou a agir como simples indivíduo privado (MARX, 2010, p. 40). O conflito entre os homens deixou de dirigir-se ao Estado político e tornou-se um conjunto de pendências particulares e egoístas a serem resolvidas na sociedade civil.

A sociedade civil, que aparece para si mesma e para os outros como um indivíduo real, surge como fenômeno ilusório porque o Estado político moderno transfere da coletividade para os representantes do povo o sentido e significado da política como força ativa dos seres humanos organizados, não só no plano jurídico e ideológico, mas na realidade. O aparato jurídico-político da sociedade realiza, ao mesmo tempo, de uma lado, a conversão do ser político em ser egoísta, pelo critério de direitos iguais – fundado no critério da posse e propriedade e, de outro lado,

transforma a força política e social dos indivíduos em força política de seus representantes – fundado no critério da representação política. Assim, a sociedade civil, o sistema jurídico e o sistema político trabalham para a manutenção da sociedade burguesa.

Segundo Lima (2014), esta nova forma de liberalismo assumido pelo Estado Capitalista, que, apesar de se modificar e se “moldar às novas conjunturas políticas e sociais”, possibilitou sua sobrevivência e, paradoxalmente não perdeu “suas características intrínsecas”: defesa da propriedade privada e o próprio modo de produção baseado na livre iniciativa.

O público reveste-se de significado adjetivado como “bem de todos ou interesse de todos”, como vimos, embora não seja esse o resultado prático da ação estatal. A ação estatal – embora designada e revestida de aparência de ação dirigida ao bem de todos – é sempre e cada vez mais focalizada ou setORIZADA. Esta compreensão é fundamental quando se pensa em interesse público, pois a natureza do Estado na visão marxista compreende que o “Estado ou o que é estatal não é público ou do interesse público, mas tende ao favorecimento do interesse privado ou a interesses do próprio Estado com sua autonomia relativa” (SANFELICE, 2005, p. 183). A autonomia relativa do Estado provoca a relativização do papel do Estado para o atendimento das demandas sociais, ao passo que centraliza nele próprio as medidas de força da economia para assegurar os interesses do capitalismo.

Para compreender essa relação de políticas inseridas nos espaços da APAB, fez necessário analisar também o Estatuto que sustenta o funcionamento dessa associação, devido a importância de compreender os fatores sociais, culturais, formativos, econômicos e toda relação dos sujeitos que estão inseridos naquele espaço. Nessa análise, o percurso metodológico se fundamentou no desenvolvimento local e responsabilidade social, preservando a cultura das famílias e analisando como se deu essa educação nos espaços não formais e observando a geração de emprego e renda com respeito aos direitos fundamentais, à vida das crianças dos jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. Nessa análise, percebe-se que a APAB visa promover o desenvolvimento das famílias agricultoras da comunidade através do fortalecimento socioeconômico, cultural e político, apoiando os direitos dos seus associados, bem como o de profissionalizar as atividades produtivas e a comercialização por meio da produção agroecológica e orgânica das feiras livres no município de Riacho de Santana.

Nesse sentido, compreende-se que,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas Ciências Sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Nessas análises, buscou-se informações sobre os avanços, os princípios, valores, direitos e deveres de cada sócio. Contudo, este trabalho parte dos pressupostos de investigação que objetivou compreender as relações dos sócios projetistas e suas formações e vivências coletivas, tanto nas modalidades educacionais como também nas lutas sociais para a conquista de seus direitos.

Nessa linha de pensamento, buscou-se identificar nos objetivos, desta pesquisa, se os sujeitos que vivem naquele local são considerados emancipados ou alienados no que se refere ao trabalho que desenvolve na Associação, e como se deu essa educação não formal e os processos formativos dos sócios. Partindo desse princípio investigativo, procurou-se mostrar que sob a ótica do sistema capitalista de produção, a sociedade é analisada pela contradição entre capital-trabalho, burguesia e classe trabalhadora, e que com o aumento da divisão social do trabalho, o que prevalece é o polo negativo do trabalho, que, enquanto princípio da economia política, observa da seguinte maneira:

[...] é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha e é prejudicial e nocivo a ele; ainda mais, sua própria realização aparece como privação do operário, pois na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como uma atividade humana completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, a consciência e à vida (MANACORDA, 2007. p. 58).

Nessa análise de Manacorda (2007), com base nos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, constatou-se na sua interpretação do trabalho o polo negativo. No primeiro momento, foi realizada uma busca de elementos no Estatuto que pudessem evidenciar as questões de sobretrabalho, emancipação e alienação.

Após a disponibilização do documento pela direção da Associação para apreciação, foi verificado que trata-se uma análise primária e essas informações nos serviram de subsídios para responder algumas questões da pesquisa. Por representarem uma fonte natural de informação, documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). A análise documental deve ser adotada quando a linguagem utilizada nos documentos constitui-se elemento fundamental para a investigação.

Na concepção de Lüdke e André (1986), o método de análise do conteúdo é muito importante para desenvolver uma pesquisa documental, trata-se de “uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social, uma vez que tem contato direto com o documento em observação. [...]. A análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER, 2002, p. 191), em que um texto é estudado tendo em vista sua inserção em um contexto social mais amplo. Materiais textuais são trabalhados de forma sistemática, tentando evitar que a análise seja confundida com uma interpretação subjetiva aleatória.

No ato constitutivo, estarão especificadas, dentre outras informações, os objetivos sociais da associação, ou seja, as finalidades para as quais ela está sendo criada -, os procedimentos de admissão de novos associados e a organização dos órgãos deliberativos, como a Assembleia Geral, e dos órgãos executivos e administrativos, como o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. Serão também descritos os recursos financeiros que manterão as atividades da associação.

No artigo 1º do estatuto da Associação traz o seguinte esclarecimento: “Art 1º Associação dos pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, é constituída em pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis”.

A APAB ao se tornar um órgão coletivo formalmente registrado nos órgãos competentes, passa a existir perante a lei. Os registros mais comuns são o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para que a mesma tenha direito de concorrer aos programas de Políticas Públicas nas esferas: municipal, estadual e federal. Sendo que a mesma está amparada na Lei nº 11.326, de

24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Para Altafin (2005), a produção familiar é orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família.

No artigo 4º, percebemos aspectos que evidenciam características do trabalho: “Art 4º É objetivo da associação a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.” (ESTATUTO APAB, 2008).

Nessa vertente, Abramovay e Veiga (1999) consideram que a agricultura familiar passou a se fortalecer a partir do momento que o Estado passou a considerar esse segmento como peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto, o PRONAF foi determinante na transferência de renda para a agricultura familiar.

Esse artigo do Estatuto faz uma explanação que é objetivo da APAB - a cooperação formal entre sócios afins, a produção, trabalho e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis dentro da comunidade, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva da qual todos são beneficiários através dessa educação não formal. Os pequenos produtores, que normalmente apresentam as mesmas dificuldades para obter um bom desempenho no trabalho ou no setor econômico, têm na formação de associações um mecanismo que lhes garante melhor desempenho para tornar emancipadores e solidários numa sociedade menos injusta e menos desigual

Corroborando com essa discussão, Scherer-Warren (2001) explica que o associativismo se caracteriza por formas organizadas de ação coletiva, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns. Dando sequência a análise do Estatuto, destacamos o Art 5º b: “Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos Associados na comercialização de insumos e da produção;” (APAB, 2008).

Neste quesito, trouxe como meta da associação, os avanços da implantação que foram executados: a cozinha industrial com diversos equipamentos para produção; a garagem para trator

e equipamentos agrícolas; um poço artesiano para suprir as necessidades da associação em todos quesitos; uma sala de reunião, cursos e assistência técnica para os associados, dentre outros (PRESIDENTE APAB, GESTÃO 2018). Essas conquistas podem ser compreendidas como uma forma de modernização da associação pesquisada.

Nesse sentido, segundo Radomsky (2006), a maneira como os atores sociais se vinculam e interagem constitui importante elemento para compreender processos de desenvolvimento rural. O autor afirma que mesmo que as práticas econômicas e sociais tenham passado por um processo de mercantilização, “[...] agricultores têm realizado estratégias de reprodução social que se fundamentam em relações não mercantis” (RADOMSKY 2006, p. 104).

Outro artigo do Estatuto que damos destaque na nossa pesquisa é o Art. 6º :“Podem ingressar na Associação, os Produtores Rurais, proprietários, parceiros e arrendatários que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua deseja contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade”(APAB, 2008).

Neste artigo, observa-se que para que alguém possa ser associado, deve preencher alguns requisitos, como: ser pessoas ligadas a comunidade e que tenha terra e, atualmente possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é um documento que identifica o produtor familiar, necessário para que esse agricultor possa participar das Políticas Públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos do governo através da associação, dentre outros programas.

Nesse sentido, compreende que a DAP:

A Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a Políticas Públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural (MDA, 2008).

Destaca-se também os seguintes artigos:

Art. 14: A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, uma vez ao mês para discutir questões pertinentes da APAB como destituição dos administradores, alteração estatutária, exclusão de associado, trabalhos para ser realizados dentro da associação, pagamento da taxa mensal e dissolução e qualquer outro assunto atinente à Associação. Art. 41 - O presente estatuto foi aprovado em assembleia geral extraordinária realizada nesta data para sua reforma, os novos membros da

diretoria e do conselho fiscal, cujos mandatos terminarão em 17 de Dezembro de 2008 (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, 2008).

Ainda fazendo análise do estatuto da APAB, percebe-se que o mesmo é antigo e precisa passar por uma atualização para melhor se adequar as realidades dos sócios projetistas. A direção da APAB informou que as providências estão sendo tomadas para que haja uma atualização do Estatuto, o que trará mais respaldo para a garantia de deveres e direitos dos sócios projetistas e se adequar com os avanços e a realidade da APAB.

Nesse sentido, é necessário observar que a lei de Registros Públicos diz que o representante legal da entidade (geralmente o presidente), solicitando a averbação, dele devendo constar o seu nome por extenso, cargo e residência (Lei 6.015/73, art. 121. Código Civil, art. 1.151).

Quanto ao próximo artigo do estatuto, este traz informação que todos sócios devem cumprir ou sofrerá punições: “Art. 44 - os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes, ou de acordo com a lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais foi insuficiente para tanto”.

Ao analisar o artigo, percebe-se que quaisquer informações ou casos que não condizem com as verdades da Associação, serão tomadas providências para a resolução do problema da APAB.

Durston (2002) afirma o seguinte:

Os incentivos que o Estado outorga para que os cidadãos se associem com o objetivo de receber algum benefício, têm o efeito adicional de romper as barreiras seculares de temor e desconfiança e, por essa via, de estimular a confiança ali onde ela não existe, assim como de fortalecer os hábitos de colaboração e associação (DURSTON, 2002, p.46).

As análises aqui feitas no estatuto da APAB, têm a finalidade de destacar a importância dos objetivos discutidos e trazer dados relevantes sobre a pesquisa. É perceptível que o papel da APAB é lutar pela melhoria da qualidade de vida dos sócios projetistas. Nesse sentido, o patrimônio da associação é constituído pelos associados ou membros, logo, a associação não possuem fins lucrativos. É levado em consideração nesse espaço a participação, a solidariedade, a cooperação, os processos formativos, a educação não formal em torno de objetivos comuns.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o trabalho tornou-se o balanço do pêndulo e tornou-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, assim como o é da rapidez de duas locomotivas. Então, não é preciso dizer que uma hora de um homem vale uma hora de um outro homem, mais sim que um homem de uma hora vale um outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do tempo. Não mais existe a questão da qualidade. A quantidade sozinha decide tudo: hora por hora, jornada por jornada.”

(MARX apud MÉSZÁROS, 2007, p. 42-43).

As análises aqui apresentadas mostraram que a nossa pesquisa foi realizada na Associação dos Pequenos Produtores Ruaris de Pau Branco – APAB, no município de Riacho de Santana/BA. Tais análises tiveram o intuito de nos auxiliar a perceber se os sócios projetistas daquela comunidade são alienados ou emancipados na perspectiva marxista. Nesse viés, fez-se necessário averiguar como acontece o trabalho e a educação não formal naquele espaço, e como acontece a convivência nesses espaços coletivos/formativos.

Percebemos com base no conceito de emancipação de Marx, que a APAB não se constrói sob um olhar de uma sociedade emancipada, na qual a liberdade onde as lutas de classe, a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção não mais existiriam. Emancipar-se não se trata somente de autonomia política, mas, sobretudo voltar-se à natureza humana, eliminando toda e qualquer forma de dominação econômica e suas frações políticas e culturais. Por isso, por mais que se tente implementar medidas reformistas, ou que se tente amenizar o sofrimento dos sujeitos daquele espaço, nunca se chegará a uma solução para os grandes problemas.

Enquanto os seres humanos estiverem sob o jugo de um sistema de produção econômica, cuja finalidade é o aumento constante da produção de riquezas, e a sua acumulação, e enquanto o ser humano for encarado simplesmente como um meio para a consecução dessa finalidade, não haverá como o trabalhador, no âmbito do seu trabalho, sentir que está realizando, em plenitude, as suas potencialidades, e muito menos, de fato, conseguir realizá-las.

Essas características que o capitalismo implementou de forma desumanizante, as quais são regulamentadas pelo Estado em nossa sociedade no que se refere ao trabalho, é exatamente a

mesma que foi denunciada por Marx sobre o sistema capitalista de produção. Embora a sociedade tenha passado por profundas transformações nas últimas décadas, desde que essa crítica foi feita, o trabalho continua sendo utilizado pelo capital como um instrumento de dominação e de alienação do ser humano, porém, de maneira cada vez mais astuciosa. O interesse do capital se impôs como motivação para a produção e a distribuição dos bens e das riquezas. Na economia moderna a cultura que se afirmou como hegemônica foi a da concorrência entre os interesses do trabalho e do capital. Diante disso, nasceu o movimento pela organização das associações e cooperativas no sistema moderno. O movimento das associações, como fenômeno da atualidade, tem a ver com a defesa do interesse do trabalho humano e solidário com um viés voltado mais para o campo contra os interesses do capital.

Já em relação a dinâmica social/local existe um processo dialético que pode conter a força da construção e da destruição, da afirmação e da negação/superação. A pesquisa mostrou a consciência política desses sócios projetistas, percebeu pela expressões e ações no desenrolar da coleta de dados individuais e coletivos, que esses atores sociais têm buscado caminhos mais práticos para melhoria da renda. Dessa forma, devido ao fato de em cada trabalhador existir também um ser humano, observa-se que afirmar o fim da centralidade do trabalho e que ele é dispensável, é o mesmo que dizer que o capitalismo vai chegar a um ponto em que as pessoas serão dispensáveis para o alcance dos objetivos desse sistema de produção. Portanto, se a lógica de funcionamento desse sistema não prioriza os seres humanos, com suas necessidades, desejos e sentimentos, cabe a estes, a partir da consciência desse fato, procurar uma alternativa que atenda aos seus anseios.

Entretanto, é necessário observar na pesquisa aplicada uma grande força de representantes da sociedade civil que estão relacionadas com a realidade daquele local onde os sócios projetistas estão inseridos, pois podem ter emancipação política e se tornarem atores importantes para cobrar dos governantes a inserção de Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar e para os aspectos de uma produção agroecológica que contribua para a cultura desses pequenos produtores que residem naquele local. Nesse sentido, os dados coletados mostram os avanços nas construções coletivas e resultados de interações entre sujeitos/pessoas, inseridos em diversas atividades que são realizadas na APAB, nas quais vão produzindo a história individual e coletiva daquela comunidade.

Um outro fator importante a partir dos dados coletados na APAB, foi perceber que a grande influência do saber comunitário e social produzido pelo associativismo, não é uma inserção desvinculada de um projeto de sociedade, uma presença neutra. Percebemos que há um projeto a ser construído na vida desses sujeitos da APAB, por meio do qual os laços sociais, os valores culturais, a economia solidária, a educação do campo, a educação popular, o desenvolvimento sustentável, a agroecologia, os saberes e os fazeres que contribuem para a identificação e a integração de todos os agentes desse processo construtivo/coletivo. Sob esses aspectos torna-se, também, uma estrutura de poder, no espaço local, exercido, predominantemente, a partir da produção de conhecimento, no processo das ações concretas de desenvolvimento, e que lhe confere uma importância e um papel com função social.

Diante do que foi discutido na pesquisa, podemos afirmar que o associativismo tem ações importantes nesse local, pois esse movimento direcionado pela APAB, promove o crescimento local integrado, em prol de uma sociedade menos desigual e menos injusta. Nessa perspectiva, a educação não formal tem o objetivo de promover o bem estar social e melhorar a qualidade de vida dos menos privilegiados diante de uma sociedade capitalista. Com isso, o associativismo tem sido fundamental para estimular, promover e desenvolver atividades da educação não formal.

Compreendemos que os resultados aqui coletados sobre a educação não formal na APAB, mostrou como os sujeitos daquele local vivem de forma coletiva e dentro de suas culturas e pertencimento. Contudo, podemos considerar que a educação não formal para muitos ainda é motivo de preconceitos, pois alguns desconhecem a sua essência. Entretanto, destacamos que no contexto pesquisado, essa prática acontece de maneira compromissada com os direitos sociais, a partir de ações educativas e das Políticas Públicas inclusivas, levando os sujeitos à promoção da educação emancipatória, fazendo uso de uma produção agroecológica e sustentável e com um ambiente diferenciado no sentido de convivência.

7 REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A. **Administração Estratégica de Mercado**. 5ª ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. HUCITEC, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na política agrícola**. — Projeto de Pesquisa. São Paulo/Brasília. Convênio FIPE/IPEA 07/97.1996.
- ABRAMOVAY, R. VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 1999.
- ABREU, R. L. **Ligações Ficheiro: Município da Bahia Riacho de Santana**. [S. l.], 2006. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bahia_Municip_RiachodeSantana.svg. Acesso em: 13 out. 2019.
- AFONSO, A. J. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, J.; STOER, S.R. (orgs.). **A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento**. Porto Alegre. Afrontamento, 1989a.
- AFONSO, A. J. **A sociologia da educação não-escolar e a formação de animadores/agentes de desenvolvimento local**. Unidade de Educação de Adultos. Separata de Fórum. Braga, 1989b.
- AFONSO, A. J. Os lugares da educação. In: SIMSON, O.R.M.V.; PARK, M.B., FERNANDES, R.S. (orgs.). **Educação Não-Formal: cenários de criação**. Campinas. Editora Unicamp, 2001.
- ALMEIDA, M.S.B Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem. **Cadernos, PDE**. V II. 2014.
- ALMEIDA, R. A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo. UNESP, 2006a.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2001.
- ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2003. Cap. 10, p. 121-127.
- ANTUNES, C. **A Educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas, São Paulo. Editora Autores Associados, 2012.

ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. **Revista Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

ANTUNIASSI, M. H. R. et al. **Desititante a assentado:** trajetórias e estratégias de famílias rurais. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 7, n.3, p. 125-132, 1993.

APAB - **Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco.** (Estatuto – Ata), Pau Branco. Riacho de Santana - Ba. Acesso em: 15 de Jan. de 2019.

ARAÚJO, C. A. M. e. **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no Contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2005.

BAUER MW. G. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis. Vozes, 2002.

BARBOSA, M. N. L. OLIVEIRA, C. F. de. **Manual de ONGs– Guia Prático de Orientação Jurídica.** 4ª edição, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Trad. L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa. Edições 70. [Obra original publicada em 1977], 2006.

BARROS, A. M. **A mulher e o direito do trabalho.** São Paulo. LTr Editora Ltda, 1995.

BARROS RP, H. R. MENDONÇA R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: R Henriques (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Rio de Janeiro.2000a.

BEGHIN, N. **A Filantropia empresarial:** nem criatividade, nem direito. Dissertação (mestrado) - Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro. Graal, 1982.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação.** Petrópolis. Vozes, 1998.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo. Abril Cultura/ Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação. Décênio 2014-2024. BRASIL. **Decreto nº 8293 de 12 de agosto de 2014.** Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Que estabelece o Plano Nacional de Educação decênio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. 2001 – 2010.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação. Decênio 2014-2024. BRASIL. **Decreto nº 8293 de 12 de agosto de 2014**. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF 25 de julho de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15 de Set de 2019.

_____. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acesso em 15 de Set de 2019.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em 10 de Set de 2019.

BRASIL/CONAB (2015, 2016 e 2018). SUPAF/GECAF.file:///C:/Users/ /Downloads/10917-36863-3-PB%20(1).pdf. Acessado em 25 de Out. 2019.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

BRUYNE, P. de et all. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1991.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CALDART, R. S. STEDILE, M. E. DAROS, D. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola 2:** Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. et al. [Orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, M. M. C. **Processo de desenvolvimento local:** uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente. 173 p. (Dissertação de Mestrado em Administração). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento.** Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: www.unioeste.br. Acesso em: 15 Mai. 2019.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis. Vozes, 2008.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods:** practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper no296). Disponível em: http://publications.iwmi.org/pdf/H_32821.pdf. Acesso em: 11 jun. 2019.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista:** categorias e leis da dialética. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1982.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo. Cortez. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo. Saraiva, 2001.

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano:** o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo. Atlas, 1994.

DECRETO nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.**

DEMO, P. **Introdução à Sociologia:** Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo. Atlas, 2002.

DIAS, C. S. **Educação Não-formal e Emancipação Humana Sob o Olhar da Psicologia.** 130f. . Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC, Campinas. 2007.

_____. **Desigualdade e pobreza no Brasil:** retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n. 42,p. 123-142, 2000.

_____. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo. Expressão Popular, 2012.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento:** os desafios da educação. Petrópolis. Vozes, 2001.

DURSTON, J. **El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural.** Santiago de Chile. CEPAL, 2002.

ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha.** São Paulo. Brasiliense, 1981.

_____. **Educação não-formal e cultura política.** 3. ed. São Paulo. Cortez, 2005.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** São Paulo. Vozes, 2010b.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo. Globo, 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária:** Pesquisa e MST. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo. Expressão Popular, 2008b.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php> . Acesso em: 29 abr. 2019.

FERNANDES, R. C. **Privado Porém Público:** o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3o setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 25-33. 1997.

EZIFERRAREZI, E. REZENDE, V. Organização da sociedade civil de interesse público. **OSCIPI:** a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor. Brasília. Comunidade Solidária, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2097413/mod_resource/content/1/Elisabete%20Ferrarezi%20%20OSCIPI%20a%20Lei%20979099%20como%20alternativa%20para%20o%20Terceiro%20Setor.pdf. Acesso em: 05 de Out. 2019.

FERREIRA, B. SILVEIRA, F. G. GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G. CONCEIÇÃO, J. C. **Transformações da agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2001.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. F. Q. de. Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 63-82,1996b.

FURTADO, C. **Aventuras de um economista brasileiro: a fantasia desfeita**. Tomo II. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. Institut international des droits de l'enfant (IDE) **Droit à l'éducation**: solution à tous les problèmes ou problèmes nas solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre. 2005. p.1-11.

GAIGER, L. I. G. *et al.* A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos do Cedope**, São Leopoldo. Unisinos, n. 15, 1999.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília – UnB. 2006.

GAREGNANI, P. PETRI, F. Marxismo e Teoria Economica Hoje in: HOBSBAWN, E. (org.) **História do Marxismo**. Volume 12, Paz & Terra. 1989.

GATTI, B. A. BARRETO, E. S. de Sá; ANDRÉ, M. E. DALMAZO. A. A. de. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2001.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola, 2000.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e educação**. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2005a.

GOHN, M. G. M. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

GOHN, M. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOHN, M. G. **Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina.** Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Loyola, 1997.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil,** São Paulo. Loyola. 1995.

GÖRGEN, F. S. A. (2009). **Agricultura camponesa.** Santa Cruz do Sul, RS: Cadernos de Estudos Cooperfumos.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho.** São Paulo. Annablume, 2003.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968. Americanismo e fordismo. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, A. **La costruzione del partito comunista.** Turin. Einaudi, 1971.

GRAMSCI, A. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; 1981.

HOBSBAWM. E. J. **A era do Império.** 1875 -1914 disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4018951/mod_resource/content/1/A%20Era%20dos%20Imperios%201875-1914%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf. Acessado em 15 de Set de 2019.

HOBSBAWN, E. RUDÉ, G. **Capitão swing.** – São Paulo: Difel, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados agregados. (2010). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf. Acesso em: 03 de Out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados.** 2015. Disponível, em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2015.pdf. Acesso em: 07 de Nov. de 2019.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar.** Brasília: MDA, 2000.

IPCC. Climate Change. **Synthesis Report.** An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Spain. Valencia, p. 12-17, November, 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2008: Primeiras análises - o setor rural. **Comunicados do IPEA,** n° 42, 2010.

JESUS, D.M.; VIEIRA, A.B.; AGUIAR, A.M.; SOAVE, A.R.B. Avaliação em educação especial: diálogos sobre diagnóstico, planejamento e rendimento escolar nas salas de recursos multifuncionais. In: MENDES, E.G.; CIA, F.; D’AFFONSECA, S.M. (Orgs.). **Inclusão escolar e a avaliação do público-alvo da educação especial**. São Carlos. Marquezine & Manzini/ABPEE, 2015. p. 327-348.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In.: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. Ed. Atlas, São Paulo, 1995.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Atlas, 2007.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 224 p., 1991.

LANDIM, L. Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras. In: LANDIM, L. (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LANDIM, L. e BERES, N. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos**. Rio de Janeiro. Nau. 1999.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. **ONGs e Universidades: desafios para cooperação na América Latina**. São Paulo. ABONG, 2002.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo. Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. de. THOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

LIMA, E. N. **Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de São Paulo: impactos, contradições e perspectivas.** Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: PPGE/UFSCar, 2014.

LISBOA, J. B. de. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). In: MENEZES, A.V.C. & PINTO, J.E.S. de S. **Linhas Geográficas.** Aracaju: Programa Editorial: NGPEO/UFS, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MAFFESOLI, M. **A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia.** Tradução: Rogério de Almeida. 2 ed. São Paulo: Zouk, 2005 (a).

MAFFESOLI, M. **Elogio da Razão Sensível.** Tradução: Albert Cristophe Migueis Stuckenbruck. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2005(b).

MAFFESOLI, M. **O Mistério da Conjunção: ensaio sobre comunicação, corpo e sociedade.** Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina. 2005(c).

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Tradução Newton Ramosde-Oliveria. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

MARTINS, J. de s. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, SP: Vozes, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de: Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. **Manuscrtos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, Editores Associados, 2004.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 1981.

- MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 1967. (Coleção Marx-Engels). (2010).
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Volume 1. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para pesquisa sobre políticas educacionais. In: **IX Anped Sul**. Anais do Seminário de pesquisa em educação da região Sul, 2012.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Volume 1. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, v. 1, livro 1. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.
- _____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004a.
- _____. **O Capital**. Vol. 1/1. 22. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004b.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, H. J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para pesquisa sobre políticas educacionais. In: **IX Anped Sul**. Anais do Seminário de pesquisa em educação da região Sul, 2012.
- MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.
- MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Base de dados do PRONAF. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pro-naf/2390358>

MDA/INCRA/FAO. CARDIM, S. (INCRA) e GUANZIROLI, C. (FAO) (coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

MEIRELLES, L. **Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais**. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo. Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MIGUEL, P. A. C. **Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução**. *Produção*, v. 17, n. 1, Jan./Abr. 2007, p.216-229.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio da pesquisa social**. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MEC. **Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)-Brasil**, 2014.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo. Cortez, 2002.

MORAIS, P. R. B. **Educação não formal: Um olhar sobre uma experiência em Campinas/SP**. 144f . Dissertação (Mestrado em Educação) - Uninove, São Paulo, 2012.

MORAES, M. C. **Educação e sustentabilidade: um olhar complexo e transdisciplinar**. In: MORAES, M. C. SUANNO, J. H. (orgs.). **O pensar complexo na educação**. Rio de Janeiro. Walk Editora, 2014.

MORIN, Edgar. **Sociologia. A sociologia do microssocial ao macroplanetário**. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NETO, B. S. **Agroecologia, ciência e emancipação humana**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 8, n. 1, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OIT, Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social /

Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2009.

OLIVEIRA, R. I. R. GASTAL, M. L. Educação Formal Fora da Sala de Aula -Olhares sobre o Ensino de Ciências Utilizando Espaços Não Formais. In: **VII ENPEC** -Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis. 2009. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/viipec/pdfs/1674.pdf>. Consulta em 22 Jun.2019.

OLIVEIRA, A. U. de. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: **Encontro Nacional Do MST**. 12, 2004. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 20 de Out de 2019.

NETO, W. M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. NOVAES, E; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (orgs.) **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo. Outras Expressões, 2015.

NEVES, D. P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. NEVES, D. P. (Org.). São Paulo. Unesp. 2009. Pp 303-324.

NEWTON, D. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, Autores Associados, 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo. Edições Loyola, 1987.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre. Tomo; Camp, 2001.

Parecer **CNE/CEB nº 7**, de 07 de Abril de 2010, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

PARK, M. B. FERNANDES, R. S. (org.). **Educação não formal**: cenários da criação. Campinas. Ed. Unicamp/ CMU, 2001b.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Econômica política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2007. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 1).

PINHEIRO, D. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In.: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil**: possibilidades e limites. Nota técnica, 24, p. 23-34, IPEA, mercado de trabalho, ago. 2004. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 15 de Set. 2019.

POCHMANN, M. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. In: **Revista Margem Esquerda**. Ensaios marxistas nº 15. São Paulo. Boitempo, 2010.

PRIORE, M. D., BASSNEZI, C. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1997.

PRONAF completa 22 anos com números importantes para a história do Programa
mprensa@mda.gov.br 26/08/2017 18h16
<https://www.douradosagora.com.br/noticias/rural/pronaf-completa-22-anos-com-numeros-importantes-para-a-historia-do-programa>. Acesso em: 05 de Out, 2019.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo** – Caderno de Subsídios do Ministério da Educação, 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002**, que institui Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas de Campo.

_____. **Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008**, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

_____. **Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

RICHARDSON, R. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo. Atlas, 1999.

ROMÃO, J. E. Educação. In: STRECK, D. R. REDIN, E. ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In LOMBARDI, J. C. JACOMELI, M. R. M. & SILVA, T. M. T. (Orgs.), **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas (p. 177–185, Coleção memórias da educação). Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.

SANTOS, A. R. **A Gestão educacional do MST e a Burocracia de Estado**. 2010. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, A. R. **“Ocupar, resistir e produzir, também na educação!” o mst e a burocracia estatal: negação e consenso**. 2013. 395f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

ANTOS, M. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo. Edusp, 4ª ed. 6ª reimpressão, 2011.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In.: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo. Educ; Fapesp, 2001.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, R. A. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI**. La Obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI, Havana, Cuba, 2006.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In LOMBARDI, J. C. JACOMELI, M. R. M. & SILVA, T. M. T. (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas** (p. 177–185, Coleção memórias da educação). Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.

SEVILLA-GUZMÁN, E. As bases sociológicas. In: **Encontro Internacional sobre Agorecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 1., 2001, Botucatu. Anais... CD- ROM. V.1.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2000.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SILVA, L. H. Educação do Campo e pedagogia da alternância: a experiência brasileira. In: **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 5, p. 105-112, 2008. Dispo: em <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em set. 2019.

- SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar, 1983.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo. Abril Cultural, 1983, vII.
- SORJ, B. **A nova sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2000.
- SOUZA, M. A. **Educação do Campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis:Vozes, 2006.
- SOUZA, M. J. L. de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro- RJ. Bertrand Brasil, 1995.
- SOUZA, N. A. de. PARK, M. B. FERNANDES, R. S. Caminhos entre a prática e a reflexão: da angústia do pensar. In: SIMSON, O. R. de M. PARK, M. B. FERNANDES, R. S. (orgs). **Educação não formal**: cenários da criação. Campinas, SP. Editora UNICAMP. Centro de Memória, 2001.
- STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. **Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná**: potencialidades e obstáculos. Cadernos de Economia, Chapecó, v. 9, n. 16, p. 25-42, 2005.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/> Acesso em: 09 de janeiro de 2020
- SWIFT, J. **Modesta proposta**: para evitar que as crianças da Irlanda sejam um fardo para os seus pais ou para o seu país. São Paulo: Bilíngüe. 1729.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. II. Rio de Janeiro: 1987.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 2005. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANANA.pdf. Acesso em: 05 Jun. 2019
- TOURAINÉ. A. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- TRINDADE, V. FAZENDA, I. (Org). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011.

TYGEL, D. SCHMITT, C. J. Agroecología e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (org). Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009. p.105 – 128. 2009.

VAN ZANTEN, A. **Pesquisa qualitativa em educação**: pertinência, validade e generalização. Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun., 2004.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar**: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos. 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação popular e processo de democratização**,1980.

WHITAKER, D. A. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau: Letras A Margem, 2002.

ZAPATA, T. et al. **Desenvolvimento local**: estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

ZUCCHETTI, D. T. MOURA, E. MENESES, M. . **Projetos Socioeducativos**. A naturalização da exclusão nos discursos de educação. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 25, p. 465-478, 2010.

Cooperativa série empreendimentos coletivos. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – SEBRAE, 2014.

PORTARIA MDA Nº 26, DE 22 DE AGOSTO DE 2008. Publicada no DOU 27.08.2008 <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=205455>. Acesso em: 15 de Out, 2019.

Programa de Aquisição de Alimentos. Resultados das ações da CONAB em 2015. Brasília, 2016. <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 06 de Out, 2019.

Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE MEC / FNDE / SEED. Brasília, 2008. <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3241-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-12-de-25-de-abril-de-2008>. Acesso em: 25 de Out, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

	<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED</p>	
<p>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE</p> <p>Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “A educação não formal na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco, no município de Riacho de Santana/Ba”, sendo realizada pelo mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Antônio Domingos Moreira. O objetivo da referida pesquisa é analisar as condições de trabalho na perspectiva marxista se os sócios projetistas daquela comunidade, são emancipados ou alienados e como acontece essa educação não formal nesses espaços coletivos.</p> <p>Ante ao exposto é pertinente asseverar que você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer deste procedimento e lhe asseguramos que seu nome não será citado em hipótese alguma, sendo, pois, mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam que sua identificação seja revelada.</p> <p>A sua participação se dará através apenas de um questionário. O procedimento não tem tempo estimado para sua realização, desta forma informamos que você pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sua participação é voluntária, isto é, não há remuneração por sua colaboração.</p> <p>Informamos ainda que os resultados serão apresentados em dois momentos na referida universidade (qualificação e defesa) e posteriormente apresentados e publicados em eventos</p>		

diversos dentro ou fora do país. Os dados materiais utilizados ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Com base nas informações acima apresentadas, solicitamos o preenchimento das informações que se segue:

Eu, _____
_____ CPF: _____, (nome, estado civil, CPF), declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os objetivos da mesma e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Protocolo de Pesquisa.

Riacho de Santana, ____ de _____ de 2019

Antônio Domingos Moreira

(Pesquisador responsável)

Cel: (77) 99953-5202/ E-mail: tony.dom1987@gmail.com

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

Obs.: Informo que o presente documento será obtido em duas vias (uma via para o participante da pesquisa e outra para os pesquisadores responsáveis).

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AS DUAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1) Idade		
<input type="checkbox"/> Até 25 anos	<input type="checkbox"/> De 36 a 40 anos	<input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos
<input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos	<input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos	<input type="checkbox"/> Mais de 55 anos
<input type="checkbox"/> De 31 a 35 anos	<input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos	
2) Sexo		
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	
3) Tem filhos?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Se tiver, quantos? ()
3) Pertencimento étnico. Em relação à sua cor, como você se declara?		
<input type="checkbox"/> Amarelo/a	<input type="checkbox"/> Pardo/a	<input type="checkbox"/> Indígena
<input type="checkbox"/> Branco/a	<input type="checkbox"/> Preto/a	<input type="checkbox"/> Não desejo me declarar
4) Estado civil		
<input type="checkbox"/> Casado/a	<input type="checkbox"/> Solteiro/a	<input type="checkbox"/> Vive com companheiro/a
<input type="checkbox"/> Desquitado(a)/ Divorciado(a)/ Separado(a)	<input type="checkbox"/> Solteiro/a com namorado/a e/ou noivo/a	<input type="checkbox"/> Viúvo/a
5) Em relação aos seus PAIS, responda:		
Profissão da MÃE: _____ Grau de instrução da MÃE: _____		
Profissão do PAI: _____ Grau de instrução do PAI: _____		
Sua formação _____		
Atuação profissional _____		
6. Na sua casa, moram quantas pessoas, contando com você?		
7) Local da residência onde mora:		
<input type="checkbox"/> rural	<input type="checkbox"/> urbano	

8) Situação da residência:		
<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Emprestada	<input type="checkbox"/> Própria/ Quitada
<input type="checkbox"/> Própria/ Em financiamento	<input type="checkbox"/> Cedida	<input type="checkbox"/> Outros
10) Quantas Associações estão regularizadas? Quantas tem pendências para funcionar? Cite as principais.		
11) No seu ponto de vista, quais estão mais desenvolvidas? Por quais razões?		
12) As Associações tem um ponto de vista de ganhar dinheiro ou mesmo se evoluir e tornar os sócios emancipados?		
13) Essa educação não formal que as Associações desenvolvem, tem contribuído para a formação humana/social como sujeito?		
14) Os sócios sabem organizar seu tempo? A renda que ganham, sabem aplicar em outras coisas para se tornar independentes?		
15) Esse dinheiro dar para manter a família ou tem que fazer outros trabalhos para completar a renda?		
16) As Associações tem sido contemplada com projetos? Se sim, quais?		
17) Na sua concepção, as Associações, conseguem fazer algo nos seus espaços físicos com recursos próprios?		
18) A prefeitura municipal de Riacho de Santana, tem parceria com algumas Associação? De que forma?		
19) A prefeitura compra matéria prima produzida pelas Associações? Se sim, quais os alimentos? Isso tem ajudado muito as Associações? De que forma?		

20) As hortas que algumas Associações e os sócios produzem, usam agrotóxicos ou a base agroecológica?
21) As escolas do município deveria adotar essa maneira coletiva para trabalhar com os projetos ambientais para a melhoria do meio ambiente e pensando nas futuras gerações?
22) Quais os principais órgãos do município que são contemplados com os alimentos produzidos na Associação?
23) Quais são as principais Políticas Públicas que as Associações têm acesso ou teve nos últimos anos?
24) Essa educação não formal nesses espaços, tem contribuído para a formação como sujeito emancipado?
25) É perceptível que o associativismo tem contribuído com a renda da população? O que é preciso fazer para que novos projetos sejam implantados para que o cooperativismo caminhe em passos largos?
26) O que a prefeitura municipal poderia fazer para facilitar o avanço do associativismo no município?
27) A implantação de cursos no município poderia ajudar as Associações a ter um olhar mais crítico? O que poderia ser feito?
28) Em relação a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco – APAB, qual a sua opinião sobre aquela Associação? Tem avançado?
29) Como vocês veem aquela Associação quantos aos sócios, sabem organizar o tempo de trabalho? São considerados sujeitos emancipados? Tem uma visão crítica?
30) Quando existe capital excedente, os sócios sabem aplicar, como compreendem isso?
31) Qual mensagem você deixa para que o associativismo possa desenvolver significativamente em todos aspectos para a formação humana dos sócios bem como ajudando na renda familiar?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO COM ELABORADOR DE PROJETOS

<p>1) Quantos anos você tem? <input type="checkbox"/> 25 anos <input type="checkbox"/> 30 anos <input type="checkbox"/> ou mais</p>
<p>2) Tem filhos? <input type="checkbox"/> 0 filhos <input type="checkbox"/> 1 filho <input type="checkbox"/> ou mais</p>
<p>3) Qual sua formação? <input type="checkbox"/> Ensino médio <input type="checkbox"/> ensino superior <input type="checkbox"/> pós-graduação</p>
<p>4) Há quanto tempo elabora os projetos da Associação? <input type="checkbox"/> 02 anos <input type="checkbox"/> 05 anos <input type="checkbox"/> ou mais</p>
<p>5) Tomou cursos para fazer projetos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>
<p>6) Conhece bem a Associação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>
<p>7) Tem alguma ligação com a Associação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>
<p>8) Com mudanças de governo nacional nos últimos anos, mesmo assim a Associação tem sido contemplada com os projetos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>
<p>9) Quais os maiores desafios para que os projetos serem aprovados nas Associações? <input type="checkbox"/> poucos <input type="checkbox"/> muitos justifique: _____</p>
<p>10) Qual o percentual que o elaborador dos projetos tem direito? <input type="checkbox"/> 02% <input type="checkbox"/> 05% <input type="checkbox"/> ou mais</p>
<p>11) Esse valor que você recebe dos projetos, percebeu que melhorou sua renda? () <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>
<p>12) Tem feito outros trabalhos além desses projetos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique _____</p>

<p>13) Para a Associação ter mais projetos aprovados, o que teria que ser feito? <input type="checkbox"/> pouca coisa <input type="checkbox"/> muita coisa justifique: _____</p>
<p>14) Quais as metas para os próximos anos para a APAB? <input type="checkbox"/> poucas <input type="checkbox"/> muitas justifique: _____</p>
<p>15) No seu posicionamento, a Associação do Pau Branco é vista de maneira na região?</p>
<p>16) O dinheiro que os sócios ganham no projeto, no seu modo de pensar, quando existe excedente é para fazer investimentos?</p>
<p>17) Os sócios, sabem gerenciar seu tempo? organizar suas atividades?</p>
<p>18) Você considera os sócios, sujeitos emancipados ou ainda um pouco capitalistas pensando na visão só de lucrar, ou as duas coisas?</p>
<p>19) Tem alguma mensagem para deixar sobre a Associação? O que poderia ser feito para melhorar ainda mais? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique: _____</p>

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SÓCIOS PROJETISTAS

<p>1) Idade:</p> <p>() Até 25 anos () De 26 a 30 anos () De 31 a 35 anos</p> <p>() De 36 a 40 anos () De 41 a 45 anos () De 46 a 50 anos</p> <p>() De 50 anos ou mais</p>
<p>2) Sexo:</p> <p>() Feminino () Masculino</p>
<p>3) Pertencimento étnico. Em relação à sua cor, como você se declara?</p> <p>() Amarelo/a () Branco/a () Indígena</p> <p>() Pardo/a () Preto/a () Não desejo me declarar</p>
<p>4) Estado civil:</p> <p>() Casado/a () Desquitado(a)/ Divorciado(a)/ Separado(a)</p> <p>() Solteiro/a () Solteiro/a com namorado/a e/ou noivo/a</p> <p>() Vive com companheiro/a () Viúvo/a</p>
<p>5) Qual escolaridade?</p> <p>() Analfabeto () Séries iniciais () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior</p>
<p>6) Em relação aos seus PAIS, responda:</p> <p>Profissão da MÃE: _____ Grau de instrução da MÃE _____</p> <p>Profissão do PAI: _____ Grau de instrução do PAI: _____</p>
<p>7) Na sua casa, moram quantas pessoas moram, contando com você?</p>
<p>8) Local da residência onde mora: () rural () urbano</p>
<p>9) Situação da residência:</p> <p>() Alugada () Cedida () Emprestada</p> <p>() Própria/ Em financiamento () Própria/ Quitada _____ Outra</p>
<p>10) Quando foi que se deu interesse de trabalhar na APAB?</p>
<p>11) Para entrar na APAB, quais critérios eram estabelecidos para se tornar sócio?</p>
<p>12) A APAB ofereceu alguns cursos quando iniciou suas atividades? Se sim, quais?</p>

<p>28) Na feita dos bolos na fábrica, a temperatura ambiente é: () fria () quente () ou muito quente. Justifique_____</p>
<p>29) As pessoas são orientadas para cumprir com os trabalhos estabelecidos? () sim () não justifique_____</p>
<p>30) Você realiza trabalhos domésticos? () Sim. () Não, Se realiza, quanto tempo em média você gasta diariamente nesses trabalhos?</p>
<p>31) Existem divergências entre os sócios no trabalho? () sim () não () às vezes</p>
<p>32) São disponibilizados equipamentos de proteção individual (EPI) para trabalhar na Associação? () sim () não justifique_____</p>
<p>33) Existe prestação de contas na APAB? Se sim, de que forma?</p>
<p>34) Os sócios têm participação no lucro no final de ano do após a prestação de contas? () sim () não Justifique o que faz com o capital excedente se existe.</p>
<p>35) Quais as Políticas Públicas que a APAB foi contemplada nos últimos anos?</p>
<p>36) A produção de hortaliça que APAB produzia era de forma agroecológica? Quais eram esses tipos de hortaliças?</p>

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO A DIREÇÃO

<p>1) Idade:</p> <p>() Até 25 anos () De 26 a 30 anos () De 31 a 35 anos</p> <p>() De 36 a 40 anos () De 41 a 45 anos () De 46 a 50 anos</p> <p>() De 50 anos ou mais</p>
<p>2) Sexo:</p> <p>() Feminino () Masculino</p>
<p>3) Pertencimento étnico. Em relação à sua cor, como você se declara?</p> <p>() Amarelo/a () Branco/a () Indígena</p> <p>() Pardo/a () Preto/a () Não desejo me declarar</p>
<p>4) Estado civil:</p> <p>() Casado/a () Desquitado(a)/ Divorciado(a)/ Separado(a)</p> <p>() Solteiro/a () Solteiro/a com namorado/a e/ou noivo/a</p> <p>() Vive com companheiro/a () Viúvo/a</p>
<p>5) Qual escolaridade?</p> <p>() Analfabeto () Séries iniciais () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior</p>
<p>6) Em relação aos seus PAIS, responda:</p> <p>Profissão da MÃE: _____ Grau de instrução da MÃE _____</p> <p>Profissão do PAI: _____ Grau de instrução do PAI: _____</p>
<p>7) Na sua casa, moram quantas pessoas moram, contando com você?</p>
<p>8) Local da residência onde mora: () rural () urbano</p>
<p>9) Situação da residência:</p> <p>() Alugada () Cedida () Emprestada</p> <p>() Própria/ Em financiamento () Própria/ Quitada _____ Outra</p>
<p>10) Quando começou trabalhar na direção da APAB?</p>
<p>11) Quais foram os motivos que levaram a fazer parte da direção?</p>
<p>12) Em relação a criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau</p>

Branco - APAB, quais foram os principais motivos?
13) Qual foi o ano que criou a APAB? Tinham quantos sócios projetistas?
14) Quais foram as principais pessoas que tomaram essa iniciativa?
15) Naquela época, os sócios projetistas já percebiam o potencial agrícola da comunidade?
16) O que mais produziam naquela época?
17) Atualmente, como ocorre o trabalho na APAB?
18) Para entrar na APAB, quais critérios são estabelecidos para se tornar sócio? Qual a documentação? É necessário ter Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP?
19) Quais as regras e obrigações que esses sócios projetistas devem seguir?
20) Paga algum valor ao entrar na APAB? Se sim, quanto?
21) Qual a mensalidade de cada sócio e projetista na APAB? Existe um outro valor para ser agregado?
22) Qual o número de sócios e de projetistas atualmente na APAB?
23) Quantos pessoas do sexo masculino é sócio da APAB aproximadamente?
24) Quantos pessoas do sexo feminino é sócio da APAB aproximadamente?
25) A APAB ofereceu alguns cursos quando iniciou suas atividades? Se sim, quais?
26) Como ocorre a divisão de trabalho dentro da APAB?
27) Existe dias estabelecidos para os grupos na APAB?
28) Com o dinheiro que os sócios projetistas ganham na APAB, Tem alguma sobra? Se sim, o que faz com o capital excedente?
29) Os sócios projetistas sabem organizar o tempo dentro da APAB?
30) Os trabalhos da Associação ajudaram a melhorar a vida dos sócios projetistas?
31) Qual a carga horária desses sócios projetistas na APAB?? () 04 () 08 horas () 12 horas () ou mais
32) Quais são as matérias primas usadas para fazer bolos na APAB?
33) Existem equipamentos na APAB? Os sócios sabem conduzir esses equipamentos?

<p>34) As pessoas são orientadas para cumprir com os trabalhos estabelecidos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique_____</p>
<p>35) Existem divergências entre os sócios na APAB? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> às vezes</p> <p>36) São disponibilizados equipamentos de proteção individual (EPI) para trabalhar ns APAB? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não justifique_____</p>
<p>37) Existe prestação de contas na APAB? Se sim, de que forma?</p>
<p>38) Os sócios projetistas têm participação no lucro no final de ano do após a prestação de contas? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Justifique o que faz com o capital excedente se existe.</p>
<p>39) Quais foram as maiores conquistas que a associação teve nos últimos anos? Se houve, isso procedeu de que maneira? Observou uma participação ativa dos sócios projetistas nesse sentido?</p>
<p>40) Quais as Políticas Públicas que a APAB foi contemplada nos últimos anos?</p>
<p>41) A direção considera que os sócios projetistas são alienados ou emancipados?</p>
<p>42) Os sócios projetistas sabem organizar o tempo de trabalho na APAB com os fazeres de casa?</p>
<p>43) A direção percebeu que esses sócios conseguiram ter uma outra visão mais crítica após ter entrado na APAB? Percebeu melhoras de vida na questão financeira?</p>
<p>44) A APAB evoluiu muito nos últimos anos? Se sim, mérito do coletivo, da direção ou de alguns?</p>

ANEXOS

**ANEXO A - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE
PAU BRANCO - APAB**

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS DE PAU BRANCO - APAB

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º - A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pau Branco é constituída em pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, e que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Associação terá sua sede na comunidade de Pau Branco, Município de Riacho de Santana, Estado da Bahia.

Art. 3º - O prazo de duração da associação é por tempo indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - É objetivo da associação a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Art. 5º - Para a consecução do seu objetivo, a associação poderá:

- a- Adquirir, construir ou alugar imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenagem e outras;
- b. Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, e servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;
- c. Manter serviços próprios de assistência médica, dentária, recreativa, educacional e jurídica, constituindo-se, neste particular, em mandatária dos associados no que diz respeito à ecologia, ao meio ambiente, a defesa do consumidor, ou, com este mesmo objetivo, celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada.
- d. Para a realização de seus objetivos a Associação poderá filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.

CARTÓRIO DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE RIACHO DE SANTANA-BA
Divânio Cardoso Navarro
Oficial Designado
Cad. 801623-4

CAPÍTULO II

Seção I

Dos associados

Da admissão, demissão, eliminação e exclusão

Art. 6º - Podem ingressar na associação, os produtores rurais, proprietários, parceiros e arrendatários que concordem com as disposições deste estatuto e que, pela ajuda mútua deseja contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

Art. 7º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao presidente, não podendo ser negada.

Art. 8º - A eliminação será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

Parágrafo 1º - O atingido poderá recorrer para a Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 9º - a exclusão do associado ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na associação.

Seção II

Dos direitos, deveres e responsabilidade.

Art. 10º - São direitos dos associados:

- a. Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder;

- b. Votar e ser votado para membro de Diretoria ou do conselho fiscal, a partir do momento que completar 180 dias como associado;
- c. Participar das reuniões da Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- d. Consultar todos os livros e documentos da associação em épocas próprias;
- e. Solicitar, a qualquer tempo, sob compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- f. Convocar a Assembléia geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- g. Demitir-se da associação quando lhe convier.

Parágrafo Único – o associado, que aceitar estabelecer relação empregatícia com a associação, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art. 11º - São deveres do associado:

- a. Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;
- b. Respeitar os compromissos assumidos para com a associação;
- c. Manter em dias as suas contribuições;
- d. Contribuir por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da associação.

Art. 12º - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação, salvo aquelas deliberadas, em Assembléia Geral, resguardada a autonomia em dependência financeira, bem como a responsabilidade indivisa de cada associado perante qualquer dívida passiva.

CAPÍTULO III

DO PATRIMONIO

Art. 13º - O patrimônio da associação será constituída:

- a. Pelos bens de sua propriedade;
- b. Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;

- c. Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral;
- d. Pelas receitas provenientes das prestações de serviços.

CAPÍTULO IV

Sessão I

Dos órgãos sociais Da Assembléia Geral

Art.14° - A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da associação e dentro dos limites legais e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 15° - A Assembléia reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no decorrer do 1° trimestre e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art.16° - A Assembléia será normalmente convocada pelo presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da Diretoria, pelo conselho fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 17° - O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral será de 2/3(dois terços) do número de associados, em primeira convocação, e de qualquer número, em segunda convocação, uma hora após a primeira.

Parágrafo 1° - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presente, executando-se os casos previstos no artigo 23 em que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

Parágrafo 2° - Cada associado terá direito a um só voto, vedada a representação, e a votação será pelo voto secreto salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.

Art.18° A Assembléia geral será convocada com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante aviso enviado aos associados e afixados nos lugares públicos mais freqüentados.

Art.19- A mesa da assembléia será constituída pelos membros da Diretoria ou, em suas faltas ou impedimentos, pelos membros do conselho fiscal.

CARTÓRIO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
 COMARCA DE RIOCHÃO DE SANTANA-BA
 Divisão Cardoso Navatto
 Oficial Designada
 Car. 8016234

Parágrafo Único-Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Presidente, a mesa será constituída por 4 (quatro) associados, escolhido na ocasião.

Art.20- É da competência da Assembléia Geral, ordinária e extraordinária a destituição da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da associação, a Assembléia poderá designar Diretores e conselheiros fiscais provisórios, ate a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30(trinta)dias, obedecendo o capitulo V e seus artigos.

Art. 21- O que ocorrer nas reuniões de Assembléia deverá constar de ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão constituída de 5 (cinco) associados designados pela Assembléia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

Art. 22- Compete à Assembléia Geral Ordinária em especial:

- a. Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal.
- b. Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c. Estabelecer o valor da contribuição anual dos associados;
- d. Conceder títulos honoríficos a pessoas físicas ou jurídicas que por sua colaboração à associação o mereça.
- e. Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 23 deste estatuto.

Art. 23 Compete A Assembléia Geral Extraordinária, em especial:

- a. Delibera sobre a dissolução voluntária da associação e, este caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b. Decidir sobre as mudanças do objetivo e sobre a reforma do estatuto social;
- c. Outros assuntos de interesse da sociedade.

Seção II

Da administração e fiscalização

Art. 24- A administração e fiscalização da associação serão exercidas respectivamente, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal.

Art.25- A Diretoria será constituída por 6 (seis) membros efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretario, 2º Secretario, 1º

Tesoureiro, 2º Tesoureiro, eleitos, por um mandato de 2(dois)anos, entre assobiados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitido a reeleição.

Parágrafo Único – Nos impedimentos superiores a 90(noventa) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 26- A diretoria reuniu-se-à ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do conselho fiscal.

Parágrafo 1º - A diretoria considerar-se-á reunida com participação mínima dos seus membros titulares, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo 2º - Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 27- Compete a Diretoria, em especial:

- a. Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da associação;
- b. Analisar e aprovar os plano de atividade e respectivo orçamento, bem como quaisquer programas próprio de investimento;
- c. Propor a assembléia geral o valor da contribuição mensal dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- d. Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens moveis, ceder direito e constituir mandatários;
- e. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da assembléia geral;
- f. Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- g. Indicar o banco ou os bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e se fixar o limete máximo que poderá ser mantido no caixa;
- h. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas em assembléia geral;
- i. Deliberar sobre a convocação da assembléia geral;

CARTORIO DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
 COMARCA DE RIACHO DE SANTANA-BA
 Divânia Cardoso Navarito
 Oficial Designada
 Craf. 801622-4

- j. Apresentar a assembléia geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do conselho fiscal;
- l. Nomear, dentro dos associados, os responsáveis pelos departamentos, que forem criados;

Art. 28- Compete ao Presidente:

- a. Supervisionar as atividades da associação, através de contatos assíduos com os membros da diretoria e com o gerente.
- b. Autorizar os pagamentos e verificar freqüentemente o saldo de "caixa";
- c. Convocar e presidir as reuniões da diretoria e a assembléia geral;
- d. Apresentar a assembléia geral, o relatório e o balanço anual, com o parecer do conselho fiscal;
- e. Representar a associação, em juízo e fora dele.

Art. 29- Compete ao vice-presidente assumir e exercer as funções de diretor presidente, no caso de ausência ou vagância.

Art.30- Compete ao secretário:

- a. Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da diretoria ou da assembléia geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;
- b. Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;
- c. Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dias;
- d. Verificar e visar os documentos de receitas e despesas;
- e. Substituir o vice-presidente no caso de ausência ou vagância.

Art. 31- Compete ao Tesoureiro:

- a. Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, no banco ou bancos designados pela diretoria;
- b. Proceder exclusivamente através de cheque bancário aos pagamentos autorizado pelo presidente;
- c. Proceder ou mandar proceder a escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- d. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da associação.

Art. 32- O regimento interno será constituído com base nesse estatuto por normas estabelecidas pela diretoria, baixadas sob a forma de resolução.

Art. 33- Para a movimentação bancaria, celebração de contratos de qualquer natureza, cedência de direito e constituição de mandatários será sempre necessário a assinatura de dois diretores.

Art. 34- O conselho fiscal da associação será constituída por 3 membros efetivos e 3 suplentes eleitos para o mandato de 2 anos, sendo também permitida a reeleição por 2 mandatos consecutivos.

Parágrafo 1º - O conselho consider-se-a reunido com a participação mínima de 3 de seus membro, sendo as decisões tomadas por maiorias simples de votos.

Parágrafo 2º - Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Capitulo V

Da contabilidade

Art. 35- A contabilidade da associação obedecerá as disposições legais ou normativas vigentes e tanto elas como os demais registro obrigatório deverão ser mantido em perfeita ordem e em dias.

Parágrafo-Único – As contas sempre que possível, serão apurada segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral levantado a 31 de dezembro de cada ano.

Capitulo VI

Dos livros

Art. 36- A associação deverá ter:

- a. Livros de matricula de associados;
- b. Livro de atas de reunião da diretoria;
- c. Livro de atas de reunião do conselho fiscal;
- d. Livros de atas da assembléia geral;
- e. Livros de presença dos associados da assembléia;
- f. Outros livros, fiscais, contábeis e etc., exigido pela lei e/ou regimento interno.

Capitulo VII

Da Dissolução

Art. 37- A associação será dissolvida, por vontade manifestada em assembléia geral extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto nos artigos 17 e 23 deste estatuto.

Art. 38- Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio na poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada a instituição congênere, sediada neste município legalmente constituída, em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

Parágrafo único – Não havendo sociedade qualificada nos termos deste artigo, o remanescente será destinado ao fundo social de solidariedade.

Capitulo VIII

Das Disposições Gerais

Art. 39- É vedada a remuneração dos cargos de diretoria e do conselho fiscal, bonificações ou vantagens adirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 40- A associação não distribuirá dividendo de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a titulo de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente ou “superávit” eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sócias.

Parágrafo único - “Os membros da associação não poderão reivindicar nem incorporar todo o patrimônio ou parte do mesmo, salvo por determinação da assembléia geral no ato de dissolução da mesma associação”.

Art. 41- O presente estatuto foi aprovado em assembléia geral extraordinária realizada nesta data para a sua reforma, os novos membros da diretoria e do conselho fiscal, cujos mandatos terminarão em 17 de dezembro de 2008.

Art. 42- Dos mandatos da diretoria do conselho fiscal perdurarão até a realização da assembléia geral ordinária, correspondente ao seu termino.

CARTÓRIO PÚBLICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E JURÍDICAS
COMARCA DE RIACHO DE SANTANA-BA
Bivãria Cardoso Navatte
Oficial Designada
Ced. 001623-4

Art. 43 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em assembleia geral extraordinária, observado o discurso nos artigos 17 e 23 deste estatuto.

Art. 44- Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes, ou de acordo com a lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para tanto.

Comunidade de Pau Branco, 21 de dezembro de 2008.



Carmelita Dias Moreira
Secretária da Assembleia



Edison Dias Moreira
Presidente da Assembleia

Ed. Vanilde Moreira
- ADVOGADA -
OAB - BA. 8081

TABELIONATO
Reconheço as firmas por autenticidade(s) numeradas e assinadas com a  dou fé.
Em testº MB da verdade.
Riacho de Santana-Ba, 02 de 01 de 09

Maria de Fátima Guedes Barbosa
Maria de Fátima Guedes Barbosa
Cad. 802584-3
Oficiala



Certifico que às alterações sofridas no Presente Estatuto, foram Averbadas às folhas 13, do livro nº A-03, sob o nº AV/110, em 14/05/09. O referido é verdade e dou fé.

Riacho de Santana(Ba), 14 de maio de 2009

Divânia
CARTORIO DO REG. DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE RIACHO DE SANTANA-BA
Divânia Cardoso Navarro
Oficiala Designada
Cad. 809828-4